



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. C AO Nº 105, QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PREVIDÊNCIA

Ata da 19ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2017	4
Ata da 20ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2017	61
Ata da 21ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2017	80





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DA PREVIDÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a CPI da Previdência com a presença dos Senadores Hélio José, Dário Berger, José Pimentel, José Medeiros, Telmário Mota e Valdir Raupp. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Lasier Martins e João Capiberibe. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar Audiência Pública com os convidados dos Requerimentos nº 138 e 177/2017-CPIPREV. **Participantes:** Octavio Bulcão, Diretor Global Tributário da Vale S.A.; Benedicto Celso Benício Júnior, Representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.; Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho. Sérgio Leme dos Santos, Representante da Dedini S/A Indústrias de Base. **Resultado:** Audiência realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2017** que : "Requer que seja convidado representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - UNAFISCO, para participar de audiência pública." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da CPI da Previdência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/06/29>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 161, de 2017, para investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo com precisão as receitas e as despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas aos nossos convidados – são convidados – por estarem aqui inclusive no horário; é que ontem tivemos uma sessão tensa, pesada, e aqui nós não vamos entrar no mérito do resultado. Venceu a visão de que a reforma trabalhista vai agora para o plenário. Não estou aqui entrando nesse tema, estou aqui para dizer que terminou em torno de (...) esse tema, estou aqui para dizer que terminou em torno de 1h da manhã, porque aqui terminou 12h10. Enfim, depois de falar com a imprensa, discutir, conversar, eu consegui chegar aonde eu moro – eu moro longe – em torno das 2h da manhã, e tenso pelo resultado, porque eu, particularmente, não gostei, claro, mas democracia também é isto, não é? Temos que respeitar a vontade da maioria. Então, atrasamos um pouco. Eu sempre eu abro às 9h em ponto. Mas quero agradecer muito aos presentes. Eu vou convocá-los.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os convidados indicados nos Requerimentos nºs 131 e 177, de 2017.

Convido, de imediato, a tomarem lugar à mesa o Sr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho; o Sr. Octavio Bulcão, representante da Vale – seja bem-vindo à Mesa –; o Sr. Sérgio Leme dos Santos, representante da Dedini S.A. Indústrias de Base; o Sr. Benedicto Celso Benício Júnior, representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu cumprimento os três convidados presentes, que, de pronto, atenderam à nossa solicitação para virem aqui na CPI da Previdência falar sobre a situação dos devedores. E, ao mesmo tempo, cumprimento os três porque, de pronto, atenderam o convite nosso. E aqui vocês serão tratados como nossos convidados – tenho certeza absoluta; só naquelas CPIs que eu já vi no Congresso é que... Eu nunca gostei de CPI, porque é uma CPI mais espetaculosa do que objetiva para buscar resultados. Não é o caso desta CPI. Aqui é a busca de resultados para a nossa Previdência, por isso a gente insiste muito: a CPI da Verdade.

E, ao mesmo tempo, eu também registro que a Indústria de Papel Ramenzoni e a Teka Tecelagem foram convidadas, mas justificaram por escrito. Nós vamos marcar, então, uma outra oportunidade para que eles também venham aqui dar o seu depoimento. Eu não vou nem fazer nenhum juízo da vinda ou não vinda porque, como são convidados, eles também têm o direito de dizer que "Olha, neste momento é impossível para nós". Mas claro, quando a gente faz um convite, faz dois, faz três, nós então tomamos todas as providências. Quando for o caso, porque eu não gosto disso – não gosto –, e faço até com muita má vontade a convocação. Mas a Polícia Federal, como a Polícia da Casa se colocaram inteiramente à disposição, se for o caso das convocações, para que eles ajudem nesse sentido.

Então, eu cumprimento e reafirmo, em primeiro lugar, aos nossos convidados que prontamente atenderam – e estão aqui os três – para falarmos sobre esta situação.

Enfim, só para situá-los rapidamente, esta é 19ª Reunião da nossa CPI. Estamos aqui nos reunindo duas vezes por semana e discutindo com todos os setores da sociedade (devedores, não devedores, analistas, estudiosos) para que nós saíamos, no final deste trabalho da CPI, com uma proposta concreta, real e objetiva para respaldar a nossa previdência pública e dar subsídio para mostrar que não é preciso que, mais uma vez, eles passem a conta para os trabalhadores – como é o caso da reforma aqui apresentada.

Já ouvimos aqui o setor de educação, o setor dos frigoríficos, o dos maiores bancos

dos frigoríficos, dos maiores bancos, de todos os devedores que estiveram até o momento, só para situá-los.

E a frase – pode saber que não é nenhuma provocação, porque provocação vai ser nas perguntas – é, mais ou menos, a seguinte: "Devo, não nego, não pago, porque está na Justiça." É, mais ou menos, isto: devo, não nego, não pago... "Mas como não paga?" "Porque está na Justiça, estou discutindo lá." Essa é a linha geral do que eu tenho ouvido aqui.

É claro que isso nos preocupa, porque nós queríamos... Claro que aqui ninguém vai dizer que vocês têm que chegar aqui e dizer: "Olha, está aqui, estou pagando a minha conta." Não é isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queremos que vocês expliquem, coloquem, apontem caminhos. Houve algumas contribuições muito positivas que mostraram qual é o caminho para que isso não continue acontecendo na história.

Uns falaram por dois minutos, cinco minutos. Claro que vamos dar os mesmos vinte minutos que demos a todos os nossos convidados para que vocês possam expressar o seu ponto de vista.

Como é praxe nesta Comissão, vou, de imediato, passar para o Relator – porque nós é que atrasamos hoje, ficamos até quase meia-noite, foi até meia-noite –, para que ele faça as suas considerações finais. Depois ele vai, por escrito, encaminhar aos senhores algumas perguntas no final da fala dos senhores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, cumprimentar nossos convidados e agradecer-los pela presença, cumprimentar todos os presentes nesta Comissão, nossos ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado.

É lamentável quando acontecem fatos como esse da Ramenzoni e da Teka, que não estão presentes ao convite que nós fizemos respeitosamente para vir aqui esclarecer, colocar as posições. Então, Paim, de imediato, quero que a assessoria faça a convocação, tal qual fizemos com os dois frigoríficos que ainda não vieram. Nós não marcamos ainda a reunião – devemos marcar para o segundo semestre – dos convocados por falta de respeito ao convite. E vamos preparar uma oitiva realmente bem mais contundente, porque aí não é convidado, para essas pessoas que estão faltando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, só para ajudar – senão, fica o dito pelo não dito –, como eles mandaram a justificativa por escrito e nos disseram que estavam com problema para estar hoje aqui, como já fizemos com outro, num primeiro momento, nós vamos marcar outra data. Se eles não vierem, vamos seguir exatamente a sua contribuição direta aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O que aconteceu com o frigorífico? Pediram uma data diferente e a gente marcou. Depois os dois frigoríficos, se não me engano... Quais são os nomes dos dois frigoríficos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nicolini e Maggi não vieram, nós fizemos a convocação e aprovamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faremos o mesmo procedimento: primeiro, convidamos; se justificar dizendo que quer outra data, vamos convidar; se não vier, convocamos. Estamos em sintonia com o nosso Relator.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O que não pode é a alegação como a de uma das empresas que faltaram hoje, porque está com Presidente novo. Faz uma semana que nós convocamos. Então, dá tempo suficiente. É só questão de priorizar o trabalho, como vocês priorizaram.

Estou aqui querendo enaltecer o trabalho de empresas sérias, responsáveis, como a Vale, que mandou aqui um diretor da área de auditoria, e cada uma das empresas de vocês, que mandou o mais preparado para representar esse setor. Então, até para valorizar a vinda de vocês aqui, que respeitadamente vêm aqui para colaborar, poder discutir e dialogar conosco, a gente precisa realmente ser um pouco mais duro com quem não cumprir. Aqui esta CPI está sendo mesmo. Nós não estamos aqui para a gente ser um pouco mais duro que eles, e aqui esta CPI tem sido mesmo. Nós não estamos aí para passar a mão na cabeça de ninguém. Nosso compromisso aqui é com a verdade, é com a lógica dos números. Tivemos uma reunião importante na última segunda-feira, onde os cálculos atuariais e a questão dos cálculos demográficos... Ficou demonstrado que não coincide, não é, Paim? Até criamos uma subcomissão especialmente para esse tema, especificamente para esse tema, do número atuário e do número demográfico. Não tem nada a ver, não atrapalha em nada o Relator geral. Essa é uma contribuição de uma equipe nossa para ajudar a fortalecer o nosso trabalho e plotar especificamente nesse tema importante do numerário, que ficou claro aqui no cálculo atuário.

Eu precisava até, Paim, que nós conversássemos com os três membros da Comissão que a gente apontou aqui, porque nós acabamos de aprovar ontem o relatório preliminar da LDO 2017. Você lembra o quanto dialogamos aqui sobre as questões da LDO. Esta Comissão precisaria, talvez, subsidiar para alguma coisa, já que o debate da próxima terça-feira é exatamente da LDO, e a LDO é que está viciada, segundo os números apresentados pelos atuários que aqui estiveram.

Então, queria que vocês, da Assessoria, da Secretaria, contactassem o subgrupo que a gente criou no sentido de ter algum subsídio para a discussão da LDO, com relação àquela questão do não-batimento das contas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros desta CPI, esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social (CPIPev) do Senado Federal tem intensificado suas atividades para demonstrar de forma inequívoca a verdade dos fatos que envolvem a discussão em torno do legado déficit da previdência social. Antes de me ater ao tema central desta reunião da CPI, é impossível não me manifestar sobre o grave quadro político-econômico que estamos experimentando em nosso País. O Brasil está vivendo um sobressalto, dia após dia, com sérias repercussões sociais e econômicas. A crise política não tem fim, e a atividade parlamentar se resume, nos dias de hoje, a conjugar esforços para construir uma maioria que assegure a permanência do Governo em detrimento de uma pauta responsável que aponte a solução para sairmos da recessão que colocou 15 milhões de brasileiros no desemprego e devolveu ao estado de miserabilidade mais de 6 milhões de pessoas em nosso País. Isso nós precisamos superar, e estamos aqui contando com grandes empresas brasileiras hoje aqui presentes para nos ajudar, para arrumar rumos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Enquanto isso, o Brasil segue ladeira abaixo e a expectativa é um ínfimo crescimento do PIB de 2017. O crescimento do PIB em 2017 esfarelou-se e o cenário já é, há mais de um ano, o terceiro com crescimento negativo do PIB, lamentavelmente. É um desastre social e econômico. Precisamos desenhar uma política econômica consistente para os próximos anos, a fim de evitarmos o sacrifício de milhões de brasileiros, o comprometimento da arrecadação e, por via de consequência, o aumento do déficit das contas públicas. Imaginem os senhores e as senhoras quanto significa para a previdência social a perda de receita oriunda de 15 milhões de empregos perdidos nos últimos três anos. O prejuízo é muito grande com esse desemprego enorme, além de a gente olhar para cada casa, casa vizinho, cada pessoa que a gente conhece desempregada em casa. Então, é um prejuízo gigante de arrecadação, de falta de receita, o que tem levado a se acentuarem as dificuldades na previdência e nós estamos aqui, Paulo Paim, para além de fazer todas essas oitivas, essas audiências públicas, apontar algumas saídas

estas audiências públicas são para apontar algumas saídas para realmente termos uma Previdência Social perene, uma Previdência Social que realmente dê condição para que o trabalhador trabalhe e tenha a certeza de que vai chegar o momento da sua aposentadoria e de que vai receber o salário digno.

O alegado déficit da Previdência Social é fruto de absoluta falta de capacidade política de unir o Brasil em torno de um programa mínimo e consistente de desenvolvimento econômico e social que restabeleça a estabilidade da arrecadação com geração de novos empregos.

Alerto, entretanto, que não vamos encaminhar, no âmbito do Congresso Nacional, soluções apenas para alguns brasileiros, excluindo a maioria do nosso povo dos benefícios de um Estado de bem-estar social.

Existe o princípio constitucional que reiteradamente é apontado nos votos do Ministro Celso de Mello, no STF, da impossibilidade de retrocesso social.

Nesse sentido, meus caros convidados, esta CPI direciona seus trabalhos para impedir com fortes e consistentes argumentos qualquer retrocesso social que represente a supressão ou a exclusão de direitos, no caso previdenciários.

Ontem, num gesto corajoso, o Senador Renan Calheiros renunciou ao cargo de Líder do PMDB no Senado Federal. Trata-se de uma renúncia do Líder do Partido do Presidente da República no Senado Federal, o meu partido, que é o PMDB.

E o que aqui dizemos converge com a posição do Senador Renan, que tem grande experiência política e respeito dos Senadores e Senadoras desta Casa. Sem diálogo, é a diáspora. Então, por isso, precisamos de diálogo e muito diálogo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E vocês aqui, que são dos setores industrial e comercial, são fundamentais nesse diálogo. Vocês são o setor produtivo.

Pelo menos o meu mandato nesta Casa é dividido em seis quadrantes. Um quadrante é a defesa do setor produtivo, a defesa da indústria, do comércio, da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, os geradores de emprego que realmente têm condições de dar oportunidade para o nosso povo, porque o Governo não tem condições de abrigar todo mundo que está desempregado.

Então, esta audiência aqui com vocês reputamos da mais alta qualidade, por isso estranhamos a Teka, que é uma empresa tão grande, tão tradicional no Brasil, não ter dado um jeito de vir logo; e a fábrica de papel Ramenzoni, que também é uma grande fábrica de papel que poderia estar aqui discutindo conosco, vendo saída para resolvermos esse bate-conta em que vocês provavelmente vão esclarecer quais são as problemáticas do setor.

A dispersão política fragiliza não apenas o Governo, mas todas as nossas instituições e impede a construção de saídas que assegurem a dignidade de trabalhadores e aposentados.

O Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou, nessa última terça-feira, dia 27 de junho, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, a CMO, que a situação do País continua gravíssima – por isso, meu discurso anterior; estou falando aqui o Governo está dizendo – e que é preciso manter a meta de resultado de déficit primário de R\$131 bilhões. Essa foi a declaração do Dyogo anteontem na CMO. E eu sou membro da CMO.

Teremos completado ao longo dos próximos anos um período de seis anos de déficit em níveis relevantes, cerca de 2% ao ano, disse ele.

Segundo Dyogo Oliveira, a situação fiscal não é normal e é impossível de ser sustentada por longo período.

Então, fica difícil. Se o Ministro do Planejamento fala que a situação fiscal não é normal e é impossível de ser sustentada por longo período, o que o povo vai pensar? O Governo tem de apontar saídas, conversar, discutir. Pelo menos na nossa CPI aqui nós temos o objetivo de apontar saídas. Estamos aqui não é para cristianizar, para fazer firula em cima de um setor tão importante como o setor da indústria, do comércio que vocês representam.

em cima de um setor tão importante que é o setor da indústria e do comércio, que vocês representam. Estamos aqui justamente para discutir com vocês saídas, porque precisamos resolver a crise que enfrenta o Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já ouvimos, na semana passada, o Judiciário, já ouvimos os auditores do trabalho, os fiscais do trabalho também. Hoje estamos aqui com esse reforço da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho – não é, Paim? –, que é um reforço para discutir na linha judiciária.

Segundo Dyogo de Oliveira, a situação fiscal não é normal e é impossível ser sustentada ao longo do período. "Não é um cenário adequado de gestão do País. Precisamos gerar superávits", isso afirmou Dyogo Oliveira.

Vejam os senhores e as senhoras a que ponto chegamos: estamos no limite do volume morto, e o que mais nos assusta, Senador Paulo Paim, nobre Presidente, e demais Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, é que a saída apontada para a crise é sacrificar ainda mais os trabalhadores e aposentados deste País com duas propostas de reforma, que, se analisadas de forma sistêmica, retiram direitos históricos dos trabalhadores.

Então, não dá para entender. Eu tenho conversado com o Presidente Temer, estive com ele esses dias de novo falando, porque não é possível. Primeiro, os cálculos totalmente equivocados que foram colocados por setores do Governo, para tentar forçar um déficit que não existe e tentar prejudicar aqueles que realmente dão condições de sobrevivência à Previdência, que são os trabalhadores, a geração de empregos, que vocês podem gerar, e a questão também dos próprios aposentados, que têm que ter condição de sobrevivência digna e ter as pessoas condições para se aposentarem – há cidades do interior em que praticamente 80% de tudo que se gasta naquela cidade são as aposentadorias que as pessoas recebem ou o Bolsa Família. Então, não se pode fazer esse tipo de sacrifício, porque acabamos asfixiando e matando o País, e o setor produtivo, vocês, que são expoentes do setor produtivo, são fundamentais nessa sobrevivência. Precisamos estar discutindo aqui realmente caminhos, viu, gente?

Vocês têm a liberdade, vocês terão 20 minutos para discorrer, para colocar com tranquilidade, na visão de vocês, que conhecem esse setor tão bem, muito melhor do que eu e Paim, porque eu sou engenheiro electricista, trabalho no setor público, sou concursado da área pública federal; o Paim é um cientista da vida, é uma pessoa que nasceu lutando em prol dos trabalhadores, dos metalúrgicos e formou na principal universidade, que é universidade prática do cientista político da vida na defesa social. Então, gosto de falar isso aqui, porque ele é uma pessoa que encarna isso. Inclusive, Paim, com essa falta de possibilidade de candidatos à Presidência da República, acho que V. Ex^a poderia pensar seriamente em colocar o nome à disposição, porque está complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que V. Ex^a quer me arrumar uma baita confusão na Base. Já há uma confusão enorme lá; se falar isso lá isso, aí sim arruma confusão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sinceramente, eu acho que V. Ex^a, como cientista formado na faculdade da vida e com essa prática toda que V. Ex^a tem – eu o conheço desde a primeira legislação





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui, de que o seu Partido participou, e, depois, a sua atuação na Constituinte... Eu acho que, dos nomes que estão rolando por aí, se o seu nome vier colocado numa base social ampla, suprapartidária, de pessoas que sabem que V. Ex^a é um cara que colabora com todo o sentido, pode ser um nome muito importante para estar discutindo o Brasil. Com toda a sinceridade, estou aproveitando este espaço e fazendo esse parêntese. Eu falo a V. Ex^a, vendo a emoção de V. Ex^a ao defender as conquistas históricas que nós sabemos quais são e que não podem ser perdidas e sua visão estratégica de saber que o setor produtivo é fundamental para a sobrevivência do País, que, sem o setor produtivo, para fazer a complementariedade do Estado, país nenhum consegue

para fazer a complementariedade do Estado. País nenhum consegue sobreviver. Nós precisamos ter um diálogo franco, aberto, respeitoso, como nós estamos fazendo aqui. Eu, por exemplo, sou da Base do Governo. Eu faço crítica ao Governo, mas eu sou do PMDB, Partido da Base do Governo. Falei com o nosso Presidente Temer que ele deveria dar uma recuada nessa questão da Previdência, porque, da forma que está, está totalmente equivocada. Os professores, os cientistas, os atuários demonstraram aqui o total desencontro dos números. Todos demonstram que o servidor público federal, como eu lhe disse, já teve a Reforma da Previdência feita em 2003, 2012 e 2014 e que não há nenhuma motivação, a não ser de algumas pessoas, que eu não creio que seja ele, não nacionalistas que fazem parte do conjunto do governo que queiram crucificar, e sacrificar, e pôr de bode expiatório o servidor público. Já houve essa Reforma da Previdência em 2003, 2012 e 2014. Hoje qualquer servidor público federal é tal a turma do RGPS, com reforma final em 2014 e a criação do Previc. Então, a não ser quem tenha simplesmente o intuito de privatizar a Previdência Pública e querer pôr o dinheiro todo só nos bancos para um setor só da economia fortalecer. E os outros setores como é que ficam? E o resto da sociedade como é que fica? Então, nós precisamos ter cuidado nessa discussão. A base social é ampla.

Eu quero cumprimentar o Presidente da República pela nomeação ontem da Raquel Dodge. Eu sinceramente acho que o Brasil já teve um Gurgel. Agora tem um Dodge. Primeiro eu quero cumprimentar porque eu fui o Relator do Projeto de Lei do Fortalecimento da Mulher na Política e no Esporte e me envaidece muito e fico muito feliz de saber que uma mulher de luta, uma mulher que tem uma história de luta, uma mulher que tem um trabalho digno prestado no Ministério Público é indicada para Procuradora Geral da República. É reconhecimento à maioria do povo brasileiro, mais de 50% do qual são mulheres. Então, eu cumprimento o Presidente da República por essa coragem de valorizar e indicar as mulheres, porque todos os oito que participaram da sabatina são totalmente qualificados. Qualquer um que fosse indicado dos oito seria meritoso. Não tenho dúvida de que nenhum dos oito teria nada que lhes desabone. Então, a indicação da Raquel Dodge para mim foi muito bem recebida como Relator que fui do projeto do empoderamento da mulher na política. Nobre Senador Dário Berger, seja muito bem-vindo, Presidente da CMO, do Orçamento 2017. Estava até dizendo um pouquinho antes, meu nobre Dário Berger, que nós criamos uma comissãozinha com a nossa Senador Rose de Freitas, nosso Senador José Pimentel e nosso Senador Telmário Mota, para





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

podemos checar alguns números que têm muito a ver com a nossa LDO. Ontem nós aprovamos o relatório preliminar. E vamos começar a discuti-la. Nós até pedimos para a Assessoria da Comissão. Contactaram. Eu também vou falar com o Pimentel, que ficou coordenando os nossos três Senadores para esse trabalho para dar para nós o subsídio, já que eu, o senhor, V. Ex^a, só que V. Ex^a como Presidente e eu como membro da Comissão, estamos na CMO para a gente levar em consideração esses números que são categóricos que aqui foram discutidos pelos professores e pelos técnicos de cálculos atuários com relação à LDO.

O nosso nobre Senador Paulo Paim vai rapidamente dar uma entrevistinha. Vou acabar minha fala aqui e vou chamar o primeiro. Está bem, pessoal?

Entendeu, Dário? Então, a gente vai encaminhar essa questão que é importante.

Entendeu, Dário? Então, a gente vai encaminhar essa questão que é importante. E o que mais me assusta, meu nobre Senador Paulo Paim, que brevemente foi ali dar uma entrevista e demais Senadores e Senadoras, membros da Comissão, é que a saída... pela crise é sacrificar ainda os trabalhadores e aposentados do País. É numa dificuldade que estão sendo encaminhadas essas reformas que poderiam ser melhor discutidas com todos os setores aqui. Veja que o Dário Berger, por exemplo, já foi oito anos Prefeito de uma cidade, oito anos de outra e está preparando para ser Governador de um Estado importante, que é Santa Catarina. E, então, são tantos Senadores desta Casa com capacidade, com competência, com conhecimento que podia estar ajudando o nosso governo a superar, apresentar as propostas com mais tranquilidade de emendas importantes, porque nós somos favoráveis à reforma, não é isso, Dário? Nós somos contra algumas formas que a reforma está sendo colocada. Nós não somos contra a Reforma. Mas poderíamos discutir com mais tranquilidade a reforma para atender a todo o mundo.

Hoje ouviremos a manifestação de vários convidados. Estão conosco Dr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho. Seja bem-vindo, Dr. Hugo. Já ouvimos aqui Anamatra. Já ouvimos Juizes do Trabalho. E agora ouvindo você é importante também para complementar o que já foi feito.

Ouviremos também o Dr. Otávio Bulcão, Diretor Global Tributário da Vale S.A. Seja muito bem-vindo, Otávio. Nossos sentimentos ainda até hoje eternos pela morte breve lá do nosso querido Conselheiro da Vale. Então, Deus os ilumine no trabalho que vocês vêm fazendo na Vale, uma empresa importante para este País, área minerária. Nós sabemos o tanto é importante a presença de vocês.

Sr. Sérgio Lemes dos Santos, representante da Dedini S/A Indústrias de Base. Muito bem-vindo, Sérgio. Congratulações pelas contribuições do seu setor, que é um setor também importante.

Sr. Benedicto Celso Benício Júnior, representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas, Tatu S.A. Sabemos o tanto que o agronegócio no Brasil, as máquinas agrícolas são





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

importantes e o tanto que esse setor fomenta e ajuda ou atrapalha quando têm dificuldades os nossos agropecuaristas. Então, é muito importante a sua presença aqui. Ressalte-se o tanto que é importante também a gente ter a Previdência Social ativa, porque você sabe que, lá no interior, onde você vende as suas máquinas, a circulação de vida lá é porque há aposentado que recebe sua aposentadoria e faz com que haja circulação de moeda.

Lamentamos, mais uma vez, a ausência da Teka e da Amazon. Nem vou citar o nome das pessoas aqui. Vamos aguardar o retorno deles o mais rápido possível.

Esperamos que esta audiência contribua com o nosso trabalho legislativo, que, aqui nesta CPI, é de busca integral da verdade real, é contribuir com o País para que a gente possa realmente sair, ao final desta CPI, com uma proposta que colabore para que os nossos servidores, para que a Previdência, para que todo o povo brasileiro tenha condição de ter uma vida melhor, mais digna, que o Governo tenha condições de ter uma governabilidade melhor, mais perene com todos os setores.

Senador Dário Berger, você queria fazer um comentário? Por favor, antes de eu passar aqui para o meu amigo Hugo, que vai ser o primeiro a falar.

Dário Berger, com a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quero cumprimentar o Sr. Relator, prezado e distinto amigo Hélio José, o Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim e prestar homenagem a todos os nossos convidados. Acrescento primeiro a minha grande preocupação com os resultados desta comissão. Ela foi idealizada, instituída e criada com o grande objetivo de desmistificar a tese de que

Com um grande objetivo de desmistificar a tese de que é ou não é deficitária a Previdência Social. Então, nós temos um grande desafio pela frente, mas acima de tudo uma grande responsabilidade: de construir um cenário, ou um relatório, que possa ser inteligível desde o mais humilde cidadão até o mais graduado. Inclusive, ontem, falando com o Senador Hélio José, nós temos que apresentar esse relatório de forma simples e sucinta, para que todos, efetivamente, possam entender. Porque, se nós discutirmos no economês dos economistas de plantão, nós mesmos, Senadores, temos dificuldade para entender a realidade desta situação. E esse cenário, ele se apresenta, e as CPIs, elas são criadas exatamente em momentos de turbulência, de crise, de falta de recursos, onde todos nós sabemos aquela máxima que “em casa em que falta pão, todo mundo briga e todo mundo tem razão”. É o que está acontecendo com o Brasil de hoje. Quer dizer, o Estado brasileiro está maior do que a sua capacidade de arrecadação.

O que que significa isso, na minha opinião? Significa que, em primeiro lugar, nós ficamos insolventes. Nós temos um rombo ainda, um déficit financeiro, de 130, 140, 170, e agora eu, como Presidente da Comissão de Orçamento, tenho também uma enorme responsabilidade para construir uma peça que não seja uma peça de ficção, como sistematicamente, ao longo dos últimos anos e das





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

últimas décadas, foram construídas as peças orçamentárias. De que eu não quero me eximir, que, como administrador público, existia uma concepção, na elaboração do orçamento, de inflar as receitas para reduzir o poder, ou a relação com o Poder Legislativo, para facilitar a gestão e a administração no remanejamento de verbas, etc. e tal. Mas, por outro lado também, para inflar e para colocar no orçamento obras, projetos e ações, que criavam na comunidade, na sociedade, uma expectativa de que aquilo pudesse efetivamente acontecer. Passado o ano, verificava-se que, evidentemente – já naquela época, e inclusive na época do milagre econômico, imagina no momento que nós estamos hoje.

Então, a peça orçamentária, eu, sinceramente, carrego um sonho de um dia poder, ainda, observar no Brasil uma peça orçamentária transparente, mas exequível quase que na sua totalidade. Porque aí a população brasileira já sabe antecipadamente o que vai acontecer no seu bairro, na sua comunidade, no seu Estado, enfim, e tenho a certeza de que a luta não é mais por

... aquele orçamento que está em execução, mas, sim, por dar continuidade a esses projetos para que a gente não se encontre em um emaranhado de obras mal feitas e inacabadas que nós temos no Brasil.

E todos nós sabemos que um dos grandes problemas, dentre tantos e muitos que nós temos, é a falta de continuidade administrativa. Uma obra para e para retomá-la custa muito dinheiro, perde-se muito tempo e o Brasil não avança da forma como nós gostaríamos que avançasse.

Muito bem, feita essa introdução dessa importante responsabilidade, o nosso Relator, eu diria que é o agente que tem a maior responsabilidade de colher todas essas informações, informações fidedignas, verdadeiras. A minha posição aqui, eu que sou da iniciativa privada também e durante muito tempo exerci a minha função no setor público, o nosso compromisso tem que ser com a verdade, com a realidade, com o mundo real, não com o mundo de enganação, do qual se tira dinheiro daqui, coloca lá e etc e tal e vai levando.

Bem, se nós pegarmos, Senador Hélio José e prezados convidados, e analisarmos a execução orçamentária de 2016 não precisa ser economista, nem dotado de uma inteligência muito superior para perceber onde estão os verdadeiros problemas emergenciais que precisam ser enfrentados. O primeiro problema que precisa ser enfrentado, na minha opinião, está relacionado aos juros e à rolagem da dívida. Até, se eu não me engano, não sei se o autor disso era o Delfim Netto, mas Delfim Netto dizia que dívida não se pagava, se rolava. Para os senhores verem, a concepção de Brasil que se tinha e que nos levou a esse caos que nós estamos enfrentando hoje.

Eu acho que se eu tenho uma dívida tenho que tratar de pagá-la, para me ver livre, sobretudo em um País que pratica juros exorbitantes como o Brasil e, levando em consideração isso, o grande problema do Brasil não é o tamanho da dívida com relação ao PIB, porque a nossa dívida gira em torno de 60, 70%, pode chegar a 100% e etc e tal, mas nos Estados Unidos a dívida é três, quatro, cinco vezes





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

superior a isso. O problema é o quanto nós pagamos por essa dívida, enquanto os Estados Unidos pagam 1%, talvez um pouquinho mais, talvez um pouquinho menos, nós pagamos, chegamos a pagar 14%. Enquanto países como Estados Unidos, Japão, inclusive Portugal, Portugal a nossa pátria-mãe, vamos dizer assim, da nossa existência, cobra pelo juros da dívida 1% ou menos de 1%, 0,5% e etc e tal, o Japão cria incentivos de taxas negativas para promover o desenvolvimento econômico, para promover o desenvolvimento da infraestrutura, para gerar oportunidade, para gerar emprego e, nós aqui, no Brasil, trabalhamos para desembolsar quase que 50% de tudo que nós produzimos para rolar a dívida e para pagar os juros da dívida.

Ora, então, nós chegamos à conclusão de que essa matemática não fecha.

A segunda fonte de ... A segunda fonte que precisa ser abordada está relacionada com a previdência social. O Brasil pagou, no ano passado – e eu estou arredondando esses números, mas é em torno disso –, em torno de R\$700 bilhões para a previdência – pagou para a previdência, custou para a previdência. O déficit qual é? É o que arrecadou evidentemente e o que pagou, que acho que gira em torno de um pouco mais de R\$250 milhões, mas nessa composição que nós estamos agindo hoje e que nós não sabemos exatamente quais são os itens, os vetores que influenciam diretamente nesse déficit; se esse é um déficit da previdência pública; se é um déficit da previdência privada; se é da seguridade social; o que está embutido aí; se utiliza realmente dinheiro da previdência social para financiar obras de infraestrutura; para financiar Brasília, como nós sabemos, na história, que grande parte dos recursos para instituir a capital federal, há 50 e tantos anos, veio da previdência social... Aí, realmente, a previdência social tem de ser deficitária, e nós temos de fazer uma reforma para aumentar o tempo de contribuição, para aumentar a contribuição, para aumentar a idade, etc. e tal, quando, na verdade, eu tenho dúvidas, e o povo brasileiro tem dúvida, de se realmente esse déficit é um déficit real da previdência ou se nós estamos utilizando os recursos da previdência para fazer assistência social, o que, na minha opinião, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Se nós desejamos fazer assistência social, nós temos de criar as receitas apropriadas para essa destinação, não misturar alhos com bugalhos para que possamos construir um Brasil seguro, com segurança jurídica, transparência, onde todos possam perceber se é necessário mesmo ampliar, aumentar a contribuição, aumentar tempo de serviço, reduzir os direitos dos trabalhadores e por aí vai.

Então, só para não me alongar, porque esses temas são temas em que podemos discorrer sobre eles horas e horas a fio e nós não vamos nunca chegar a uma conclusão exata, porque o Brasil é muito burocrático, ele não anda com a velocidade que anda, ele tem muitos ralos. Um dos exemplos que, agora, ocorreu na Comissão de Orçamento. Ontem, recebi vários telefonemas para tentar agilizar a aprovação de um projeto de lei de remanejamento orçamentário para mandar recurso para Polícia Federal emitir os passaportes. Só que, percebam os senhores que são especialistas nesta matéria, para nós tirarmos o passaporte, nós pagamos uma taxa. Essa taxa, pelo que já me informaram, é suficiente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para gerir todo o sistema de emissão de passaporte, mas esse recurso que nós pagamos quando tiramos o passaporte vai para um fundo e, desse fundo, é distribuído – eu ia dizer desviado, mas eu tenho muito cuidado com as palavras, porque, quando a gente fala em desvio, dá a impressão de que estão roubando dinheiro

fala em desvio, dá impressão de que estão roubando dinheiro – que não é esse. Mas ele é destinado para outras finalidades quando, na verdade, se nós criarmos uma logística própria de autofinanciamento do passaporte, nunca mais nós vamos nos incomodar com esse problema.

Então, o grande problema do setor público é que, ao invés de ele tirar o problema da mesa dele e resolver definitivamente, ele mantém o problema na mesa dele, como se isso fosse uma forma de manter o poder discricionário do gestor ou da pessoa para que outros que tenham dificuldade venham, de pires na mão, solicitar, implorar para que os serviços possam ser prestados com naturalidade.

Então, esse é o Brasil em que nós estamos vivendo; infelizmente, essa é a triste realidade. Esse é o cenário do Brasil de hoje, e não vai ser só a reforma da previdência ou a reforma trabalhista... Na verdade, nós temos que fazer reforma em todas as áreas, mas a verdadeira reforma, que nós precisamos fazer mesmo, vem das nossas consciências, de quem nós somos, o que nós queremos, e para onde nós vamos com o Brasil, entendeu?

Se cada um fizer a sua parte e se o setor público fizer a sua parte também, se nós formos corrigindo esses pequenos problemas... Porque um grande problema é a somatória de pequenos problemas, e, se nós formos gradativamente corrigindo esses pequenos problemas, nós vamos chegar à conclusão de que, em um curto espaço de tempo, não vamos mais conviver, Senador Paulo Paim, com estas manchetes de que faltou dinheiro para os coitados dos nossos queridos brasileiros, que programaram suas viagens, que têm necessidade de viajar a trabalho, que têm necessidade premente e têm dificuldade para recolher os seus passaportes.

Então, queria fazer essa introdução e espero que nós possamos, mais uma vez, aqui contribuir para a construção daquele relatório, Sr. Presidente, verdadeiro e real da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Meus cumprimentos a todos e ao Hélio José, que assumiu aqui enquanto eu fui dar uma entrevista ali para a imprensa, mas muito sobre a questão de ontem; eles estão ouvindo todos, enfim, sobre o debate. Independente de eu gostar ou não, assim é a democracia, não é? E V. Ex^a sabe muito bem, tanto quanto eu, mas, enfim, expressei o meu ponto de vista, claro, contra as reformas, mas tenho que respeitar os que pensam diferente, senão não estaríamos aqui.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu queria dar a palavra aos nossos convidados, senão vamos chegar ao meio-dia, e os convidados não falaram ainda. E, se for o mesmo caso da outra vez, eles vão ficar felizes, porque os da outra vez queriam falar dois minutos cada um.

Posso passar a palavra para os convidados?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, de imediato, Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação... Ah, não... Houve um equívoco aqui. O Hugo pediu para falar mais...

Mas vamos intercalar, vamos botar um empresário ou um representante, claro, do setor empresarial, e o Hugo, e depois outros, e vamos, assim, intercalando.

Então, eu começo aqui com o Sr. Sérgio Leme dos Santos, representante da Dedini Indústria de Base.

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – Bom dia.

Eu queria cumprimentar S. Ex^ª o Senador Paim, todos os outros presentes, Senadores, e agradecer pelo convite para estarmos aqui participando deste debate aberto para discutir um pouco...

Meu nome é Sérgio; estou representando a Dedini. Tenho 35 anos

Meu nome é Sérgio, estou representando a Dedini. Tenho 35 anos no setor de bens e capital, engenheiro, então, não sou um especialista tributária, mas já vivo há muito tempo no setor e conheço bem os problemas e aquilo que gerou a situação que a gente vive hoje, principalmente na área industrial.

Antes, eu gostaria de destacar alguns pontos-chave, que é a síntese do que nós pretendemos mostrar aqui. Não pretendo passar dos 20 minutos.

A Dedini é uma empresa nacional, 100% de capital privado, com 96 anos de existência. Tem um posicionamento estratégico, no Brasil e no mundo, principalmente no setor sucroenergético, tecnologia de ponta, inovação, produz tecnologia, exporta tecnologia para produção de etanol – 80% do etanol do Brasil passa por equipamentos Dedini e 32% do etanol do mundo passam por equipamento Dedini.

Bens de capital sob encomenda, que é em que a Dedini está inserida, é o primeiro a entrar numa crise e o último a sair de uma crise, pois depende de investimentos. A máxima que nós temos é que somos uma fábrica de fábricas. Então, se não há fábricas, não há pedidos. O que a gente vai mostrar numa rápida apresentação.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tivemos aí, nesses últimos anos, talvez, a tempestade perfeita: queda de investimentos; por 15 vezes, as vendas caíram; e tivemos que reduzir o nosso número de funcionários cinco vezes. Então, isso é terrível para a indústria, não é?

É uma empresa viável, tivemos que buscar uma opção de uma recuperação judicial há dois anos, para organizar aí a nossa reestruturação, e temos a confiança de buscar uma retomada no mercado, porque acreditamos que o Brasil é um País que tem grandes oportunidades de investimento, e a saída é crescer e realmente trabalhar nos juros, como foi dito, e em outros aspectos importantes.

Então, rapidamente, a Dedini – pode deixar esse eslaide mesmo – tem 96 anos de tradição, uma empresa tipicamente do interior de Piracicaba – o r é bem forçado mesmo, então, a gente é lá do interior de Piracicaba – e uma empresa que tem participado bastante do parque industrial brasileiro, fundada por um imigrante italiano e está na quarta geração. Então, uma empresa 100% nacional aí.

Pode ir para a frente, por favor.

Aí é um foto de quando iniciou. Essa era a diretoria e o principal grupo de trabalhadores também.

Pode ir, por favor.

O primeiro equipamento em 1920.

Por favor.

Esse é um equipamento que foi, desde 2006, que, no ano passado, fornecemos para os Estados Unidos: uma das maiores moenda do mundo. Essa moenda é capaz de moer 48 mil toneladas de cana/dia. Então, um equipamento robusto, com tecnologia. Aí há uma tecnologia embarcada de hidráulica, materiais e de várias outras coisas.

Próximo, por favor. Pode ir.

A Dedini já forneceu 108 usinas completas de açúcar e etanol, desde a recepção da cana até a armazenagem. Todos os processos a Dedini é capaz de fornecer. Dez cervejarias *turn-key*, 50% da cerveja produzida no Brasil passam por equipamento

cervejarias *turnkey*, 50% da cerveja produzida no Brasil passa por equipamento Dedini.

Infelizmente, as últimas três cervejarias foram trazidas da Alemanha, por incentivo que os alemães deram e por causa das nossas taxas de juros, mas já fizemos dez cervejarias, dez usinas completas de biodiesel.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pode ir para frente.

São 864 destilarias autônomas de bioetanol – então, esse é um número bem expressivo –, 180 estações de tratamento de efluentes.

Aí, um resumo desses números: as 864 destilarias, as 108 usinas, 2.573 ternos de moenda, que são aqueles equipamentos que mostramos ali – no segundo concorrente, o número deve ser em torno de 300 a 400, e temos 2.500, então a Dedini tem uma liderança expressiva nesse segmento de mercado –, 30 plantas *turnkey* no exterior. Este já comentamos: 80% do etanol brasileiro passa por equipamento Dedini e 32% do etanol mundial. Um terço do biodiesel total produzido no Brasil também foi fornecido pela Dedini.

Hoje temos uma capacidade instalada em seis parques fabris estrategicamente localizados no Recife, Maceió, Sertãozinho e Piracicaba. Infelizmente estamos com dois parques desses praticamente hibernados por falta de atividade. Esperamos que volte, mas praticamente hibernados. E pior, aqui estão as fotos.

Pode ir para a próxima, por favor.

Essa é a maior área disponível para bens de capital. Essa é a fábrica em Piracicaba. Infelizmente essa fábrica está com 50% de ociosidade hoje, 50%. E, em alguns meses, chega-se a 30% de trabalho e 70% de ociosidade, o que é terrível para nós, para uma indústria de bens de capital, porque você não pode produzir para o seu estoque, você tem que ter um pedido em mãos para atender.

Temos uma fundição, que é a maior fundição do Brasil. Produz peças unitárias, até 60 t por peça, então é uma das maiores de fundição. Acabamos de fechar um contrato com a Alemanha, que tem fechado as suas fundições. Essa é uma fundição que atende aos requisitos ambientais, tem ISO 14000, aprovada por todos os órgãos e capaz de competir no mundo inteiro. Então, é uma fundição moderna, mas também tem sofrido bastante com a crise.

Essa é a primeira fábrica. Ela foi colocada numa região da cidade. Quando ela foi iniciada, as casas não estavam ali do lado. Hoje a fábrica ficou isolada. O futuro é tirar essa fábrica daqui e levar para perto da fundição, onde há espaço, mas ainda é uma unidade industrial da empresa.

Essa é a nossa fábrica em Maceió.

Aqui é um resumo só dos números. É uma capacidade instalada significativa de 6,53 milhões de horas por ano, e hoje temos bem menos do que isso em utilização.

Temos capacidade de elevação de 150 t, então uma das maiores empresas de bens de capital do Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui é um ponto importante. O que acontece nesse gráfico aqui? Aqui é a evolução de vendas. Se olharmos, esse gráfico se compara muito com o perfil do PIB brasileiro. O que aconteceu?

com o perfil do PIB brasileiro. O que aconteceu? A gente saiu de 2002 e teve um crescimento muito expressivo. O setor sucroenergético teve um decolagem fantástica com o carro flex, com as políticas e outras coisas. E esse crescimento saiu lá de 2002, em torno de 220, 230, de volume de vendas, e chegamos, em 2007, com 3 bilhões de vendas de equipamentos, tanto para o Brasil quanto para o mundo. Um valor expressivo e um crescimento muito forte. Nesse período, a empresa cumpriu com todas as suas obrigações, investiu mais de R\$300 milhões nas suas instalações e realmente trabalhou muito na consolidação da empresa e de todos os seus compromissos.

Mas a partir de 2008, infelizmente, com a crise mundial, com o desdobramento desse crise no Brasil, a queda foi vertiginosa, uma montanha-russa na descida. Então, a gente vê que teve muitos pedidos cancelados, o mercado caiu extremamente e a gente saiu daquele nível de 3 bilhões quase para, no ano passado, 200 milhões de vendas. Isso dá quinze vezes de queda. Então, se qualquer um de nós fizer a conta do seu rendimento quinze vezes menos, vai saber quanto precisa apertar o cinto, porque é muito forte.

Próximo, por favor.

Infelizmente, isso se reflete nos números de colaboradores. A empresa teve de fazer um ajuste de seis mil e quatrocentos funcionários. Hoje ela tem mil cento e vinte funcionários. Ainda é um número expressivo de funcionários. Cada funcionário desse gera três empregos indiretos, numa média de três dependentes por pessoa. São doze pessoas que cada funcionário desse gera de dependência. Então, a gente ainda tem um número expressivo. A gente fez todos esses ajustes. Até 2014 foram feitos todos os acertos, a gente fez tudo. E alguns ainda estão fazendo parte da recuperação judicial que entramos em 2015. Mas se a gente fizer a conta, a gente perdeu quinze vezes o volume de vendas. E aqui a gente teve de reduzir cinco vezes o número de funcionários, o que foi muito difícil para a empresa. Gente especializada, gente difícil de treinar. A gente espera recuperar um pouco isso.

A única vantagem que nós temos é uma sazonalidade no setor de bens de capital, principalmente no sucroenergético. Durante a entressafra, a gente tem um volume de pedidos de manutenção muito forte e a gente contrata em torno de trezentos a quatrocentos funcionários para um período de cinco ou quatro meses, o que dá um refresco. Mas o que a empresa gostaria era de voltar, realmente, a crescer.

Próximo, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Hoje você tem só mil cento e vinte e seis servidores efetivos?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – É. Hoje são só mil cento e vinte e seis.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Tinha cinco mil?

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Seis mil e quatrocentos..

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Chegou a ter seis mil e quatrocentos.

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – Quando vendia 3 bilhões. E aí vendeu duzentos...

Próximo, por favor.

Hoje nós estamos buscando também – sempre estivemos – uma participação maior no mercado externo. A Dedini tem essa condição. A gente tem uma tecnologia reconhecida, tem muita referência. A gente tem bastantes referências no mundo.

Próximo.

Aqui é o gráfico. A gente já teve um volume de exportação maior, mas estamos aí buscando 15% do nosso volume na exportação. O câmbio às vezes ajuda, às vezes atrapalha, mas a gente tem trabalhado bastante para que possa

ajuda, às vezes atrapalha, mas a gente tem trabalhado bastante, para que a gente possa ser competitivo em nível internacional.

Temos as certificações ISO de vários clientes. Eu não coloquei todas aí, mas é uma empresa que tem preservado toda a sua qualificação e o reconhecimento internacional dos seus processos e de tudo o mais.

Eu coloquei alguns dados da Abimaq que mostram o quanto o mercado de bens de capital sob encomenda, principalmente nesse setor, tem caído. Então, se a gente olhar os dados, a queda, no ano, foi de mais de 22%.

O próximo, por favor.

As vendas realizadas pela indústria de bens de capital mecânico, no mês de abril, caíram 20%, em comparação com março de 2017. Então, 20% é muito expressivo. E, na comparação interanual, a queda foi de 10%. A 25ª queda consecutiva nesse tipo de indústria.

Então, é realmente um fator, e esse é um organismo independente, que tem feito essas pesquisas, que mostra o período turbulento que passa a indústria de bens de capital.

Aqui a gente vê a carteira de pedidos, que reflete um pouco da ociosidade que eu mencionei. Quanto à carteira de pedidos geral, das indústrias de bens de capital, a gente tem, hoje, 68% só de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ocupação, e o ideal seria ter mais de 80%, para ser viável. Então, a gente tem passado por uma ociosidade muito forte, no Brasil, nesse momento.

Temos só dois meses de carteira de pedidos aí.

Aqui é o pessoal ocupado. A gente já teve 386 mil pessoas ocupadas nesse setor de bens de capital mecânico, e hoje a gente fala em 292 mil. Então, aí são quase 100 mil pessoas que a gente teve que reduzir nesses segmentos.

O próximo.

Dentro desse contexto, 80 usinas fecharam as portas desde 2008. De 354 usinas operantes – algumas usinas já estavam fechadas –, elas simplesmente fecharam as portas.

Temos, em recuperação judicial, 71 usinas, e a Dedini, principalmente, é uma empresa fornecedora do setor sucroenergético, e esses números impactam diretamente no nosso negócio.

O próximo, por favor.

Além disso, à medida que os clientes passam por dificuldades, estão fechando seus negócios e tendo recuperação judicial, eles não conseguem pagar. E a gente tem uma inadimplência que chegou a R\$207 milhões e persiste, em todos esses anos, na faixa de R\$92 milhões. Essa é a inadimplência que a gente tem. E a gente vinha sempre numa inadimplência de R\$30 milhões. E, desses R\$92 milhões, R\$34 milhões estão em recuperação judicial, o que dificulta a realização a curto prazo.

Quanto ao cancelamento de pedidos, a gente teve mais de 500, praticamente 600 milhões de cancelamentos de pedidos nos últimos anos, pedidos de investimentos que não saíram, pessoas que começaram o investimento e não tiveram recursos para continuar e fechar os seus investimentos.

Esse quadro mostra o quanto a Dedini pagou de impostos nos últimos 15 anos. Então, foram R\$1 bilhão, praticamente. E o que aconteceu

Então, foram R\$1 bilhão praticamente. E o que aconteceu? Durante aquele período de crescimento, todas as obrigações estavam em dia. A gente tinha uma dívida do passado que estava sendo liquidada, que foi originada lá em 1980, no pró-álcool, naquela fase. Mas estava sendo cumprida, R\$900 milhões. Com a crise, a prioridade da empresa foi sobreviver, fazer os ajustes e tentar se reorganizar.

Então, a gente tem esse quadro, que mostra, tendo condições, a empresa sempre pagou, declara todos os seus impostos, mas a crise realmente foi um fator que afetou muito o fluxo de caixa da empresa.

Próximo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tivemos um plano de recuperação judicial, que a gente teve que entrar, no final de 2015, em agosto. Tivemos o deferimento, fizemos o plano. O plano foi aprovado por 97% dos credores. A empresa tem viabilidade. E uma sugestão, que eu acho que não é desta Comissão, mas mostra. No Brasil, a recuperação judicial não trata dos impostos. Ela trata dos outros créditos e isso dificulta muito. A gente poderia ter tentado equacionar o nosso problema tributário dentro da recuperação. Tratamos do trabalhista, tratamos dos bancos e os impostos a gente tem que dar um outro tratamento.

Então, eu creio que a lei ainda vai evoluir para isso. E a gente deveria ter, dentro do plano de recuperação judicial, a possibilidade de incluir os impostos e discutir isso de uma forma completa, para recuperação da empresa como um todo. A publicação da homologação foi em 2017, nesse começo de ano, e estamos agora realizando o pagamento dos credores trabalhistas que nós temos no ano para liquidar. E já estamos com mais de 50% pago.

Próximo, por favor. Próximo.

Aí é a lista, né? A empresa tem um ativo imobilizado, que em 2010, valia R\$1.240 bi e tem uma dívida de R\$158 na recuperação judicial. Então, a empresa tem viabilidade, tem condições de voltar, mas depende muito do mercado e das condições de retomada de investimentos, como toda empresa de bens e capital.

Aqui é um cenário futuro, as perspectivas. Nós enxergamos que é boa a perspectiva. Essa semana teve um evento em São Paulo, eu estive ontem lá, o Ethanol Summit. O setor tem esperanças de que, a partir de 2018, vai haver um novo ciclo de investimentos. Então, a gente considera que há um potencial muito grande. E não só para o etanol, mas para energia. A gente tem uma Itaipu perdida hoje nas usinas. A gente pode ter uma Itaipu a mais se a gente conseguir otimizar as usinas que estão aí.

Próximo, por favor.

As estratégias que nós temos são cinco eixos aí. Buscar recuperar e crescer no *market share*, nos diversos seguimentos; intensificar a participação no mercado externo, como eu falei, que é importante, ter o mínimo de 20%; otimizar a redução de custo, a nossa competitividade; e implementar o plano de recuperação judicial; e o quinto eixo é uma adesão ao plano de parcelamento do Governo e cumprir as nossas obrigações aí, mas a empresa depende exclusivamente do mercado.

Obrigado pela atenção. E, para terminar, eu gostaria só de dizer que a empresa acredita muito no Brasil, tem condições de contribuir muito, como contribuiu durante 94 anos, e acredita

...contribuir muito, como contribuiu durante 94 anos. E acredita que esse problema, que essa Comissão discute, é um problema complexo, que passa por vários eixos, vários aspectos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, uma solução ela só vai passar por um programa de crescimento, por um programa de redução de taxa de juros, para que o país volte a crescer, porque, senão, vamos bater em ferro frio.

Agradeço e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não ia falar nada, mas você falou, agora vou ter que fazer um comentáriozinho rápido.

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não ia falar nada, porque quero ouvir os outros dois também. Então, vamos deixar...porque acho que é melhor.

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – Está bom.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falou 20 minutos, enfim, a liberdade aqui é total, não há censura, cada um pode expor a questão da forma que entender melhor. Mas, também os Senadores farão, depois, questionamentos sobre o tema em debate, que é a dívida das empresas com a previdência.

Passo a palavra, agora – eu passei para o Sr. Sérgio, não é? – agora, vamos para o Sr. Octávio Bulcão, representante da Vale, daí, em seguida, o Sr. Hugo.

O SR. OCTAVIO BULCÃO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os Exmos Srs. Senadores integrantes dessa Comissão, as pessoas do Sr. Presidente, Senador Paulo Paim e do Senador Hélio José e demais integrantes da Mesa.

Gostaria de registrar, inicialmente, que os esclarecimentos solicitados, objetos do Requerimento 191, de 2017, serão enviados e complementadas as informações com as questões levantadas hoje.

Julgo importante, para contextualizar a situação fiscal da Vale, um breve histórico. Na lista trazida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, essa composição de devedores tem dois grupos que se distinguem de forma relevante, quer dizer, há aquelas empresas que não conseguem, por razões diversas, honrar seus compromissos correntes, acabam não pagando os tributos regularmente e acabam ficando em situação de irregularidade fiscal. Essas empresas naturalmente se habilitam para programas de parcelamento, os REFIS, como uma forma de financiar essa dívida e tentar voltar à condição de regularidade. Então, esse é um grupo.

Há um outro grupo, é um grupo que paga regularmente os seus tributos, mas, em certos momentos, na sua avaliação interna, apoiada sempre por consultores externos, identifica ali





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

divergências de interpretações. Então, ali há interpretações que não coincidem com o fisco, essas empresas recorrem a pareceres externos e vão buscar também um pouco da tendência jurisprudencial, entender como o Judiciário está tratando a questão.

Quando não há uma definição, uma pacificação do tema, ela, por dever de ofício e dentro do próprio estatuto, dentro dos órgãos de governança, submete a questão e define discutir essas questões na forma administrativa e judicial.

Para tanto, elas cumprem o seu dever de garantir, de oferecer uma garantia idônea, para que, ao final do processo, sendo o desfecho desfavorável, o fisco não tenha prejuízo, ela possa ter garantido o pagamento do seu crédito.

garantido o pagamento do seu crédito.

Então, nesse segundo grupo, a Vale se insere. A Vale recolhe, rotineiramente, todos os seus tributos, sejam os tributos federais, sejam os tributos na esfera previdenciária.

Para os senhores terem uma ideia, a Vale, hoje, no Brasil, tem mais de 55 mil funcionários, e, sobre esses funcionários, a parte dos empregados é totalmente recolhida.

Na questão patronal, há algumas questões que são debatidas, fruto da complexidade da legislação, que permite interpretações divergentes. Então, a Vale, nesse sentido, recorre, usa seu direito constitucional do contraditório e espera uma decisão do Judiciário até que ela se pacifique. Mas isso não significa, de novo, que ela não recolha os seus tributos. No ano passado, em 2016, em função dessa folha e dos contratos com terceiros, a Vale recolheu aproximadamente R\$5 bilhões para financiamento da seguridade social.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OCTAVIO BULCÃO – São R\$5 bilhões. Isso é para os senhores terem ideia das proporções.

No caso de empresas que estão regulares porque oferecem garantias e têm divergências de teses, a própria Procuradoria da Fazenda e a Receita Federal expedem certidões de regularidade fiscal. Quer dizer, a Vale hoje tem certidões vigentes e válidas de regularidade fiscal que serão apresentadas inclusive aos senhores desta Comissão.

Aí entra um ponto que me parece muito relevante para contribuir no debate. Qual é o tipo de programa, então, a que poderia a Vale se candidatar, se ela cumpre com todas as suas obrigações? Esses programas de parcelamento, muitas vezes, têm dupla natureza. Eles alcançam situações em que há uma dívida: empresas que não tiveram condições de honrar suas dívidas e precisam de financiamento para voltar à regularidade fiscal. E há outros que têm teses e cujo desfecho ainda é incerto. Então, a Fazenda tem uma linha, a empresa outra, e o Judiciário não se definiu. Nesse caso, o Refis tem uma natureza de transação. Ali há uma chance de, lado a lado, avaliarem suas chances e





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

perceberem que podem pôr fim antecipado a esse litígio, por intermédio de concessões recíprocas. Para esse grupo, o Refis não é um favor, um benefício, uma anistia. Ali há, de um lado, a chance de se reduzirem multas e juros – nunca o principal –; de outro lado, a empresa renuncia ao direito de discutir até o final. Então, há uma ponderação de valores em que tanto a Fazenda quanto a empresa percebem que a adesão pode ser um meio de pôr fim àquele litígio. É nessa situação que a Vale se encontra em todos os seus parcelamentos. Ela não parcela débitos e não ingressa em discussões cujo prognóstico seja de perda provável. Pode até acontecer que, no curso de uma demanda, a jurisprudência vá se encaminhando para um desfecho desfavorável, e aí a Vale, nesse momento, honra os seus compromissos. Mas, muitas vezes, as situações e os desfechos são favoráveis à empresa.

Então, esse é um contexto importante, essa é uma contribuição importante ao debate, porque os programas de financiamento são, muitas vezes, debatidos...

... programas de financiamento são, muitas vezes, debatidos, controversos, se há ou não incentivo ao não pagamento, mas eu acho que existem realidades distintas, uma de financiamento de empresas que por razões diversas, pela crise ou o que seja, não conseguiram honrar e, outra, daquelas que querem ter um programa de transação.

E aí que se coloca a questão para debate, provavelmente até em outro foro, será que não seria mais produtivo ter uma lei perene regulamentando o instituto da transação? Com uma lei que tivéssemos o instituto da transação, válida de uma forma perene, você teria sempre a chance – no controle da própria procuradoria, estabeleceriam requisitos – de colocar condições para o fim do litígio, por intermédio sempre de concessões recíprocas.

Com isso pode-se antecipar recebimentos e, talvez, a discussão do parcelamento fique mais restrita a momentos específicos de crise ou a momentos excepcionais em que se precise financiar empresas que estão com dívidas para que elas voltem à sua condição de regularidade, mas esse é um ponto que merece debate porque há previsão na legislação, mas essa regulamentação ainda não é presente.

Há, também, como contribuição, um ponto que poderia ser visto do ângulo da cobrança, quer dizer, a gente sabe que a Procuradoria da Fazenda tem promovido estudos, debates, seminários de como tornar mais eficaz, mais eficiente, mais célere, esse processo de arrecadação, identificando muito as causas. Desses fóruns de discussão surgem muitas ideias, eu acho que elas deveriam, de fato, serem discutidas e muitas implementadas. Exemplo concreto, percebe-se claramente que há um congestionamento da justiça com ações que não têm natureza tributária. Então, uma das propostas para debate seria ter juizados especiais para os créditos tributários, porque a lei de execuções fiscais hoje é um instrumento de cobrança de débitos tributários e não-tributários, é um instrumento que alcança, e isso congestionam as varas de Fazenda Pública.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O próprio rito tem sempre medidas que podem fazer com que esses processos, que duram, em média, dez anos possam ser abreviados, mas eu acho que o ponto, no âmbito da cobrança, fundamental – e que a Fazenda está se aprimorando cada vez mais – é a identificação prévia de um setor de inteligência de quais são os bens que possam garantir essas cobranças e elas serem efetivas ao final.

De outro lado, nunca descuidar e também trazer para o debate onde estão as causas desse contencioso, porque para as empresas que estão desenvolvendo atividades produtivas não interessa ter um contencioso elevado, o seu custo de gestão é muito alto, inclusive no seu financiamento, porque essas agências de *rating* e a qualquer momento que se vai tomar um empréstimo o tamanho do seu contencioso, essa discussão, gera impacto. Então, esse tipo de situação não é desejável e a gente percebe que as principais causas estão no próprio modelo tributário. O nosso modelo tributário, acho que há um consenso, é muito complexo e há espaços – e os senhores estão tendo a oportunidade de debater – para simplificação e transparência. Exemplos concretos, o PIS Cofins, o ICMS, hoje nós temos uma alíquota nominal de PIS Cofins e uma alíquota nominal de ICMS que não corresponde à realidade.

Uma alíquota nominal de PIS/Cofins e uma alíquota nominal de ICMS que não correspondem à realidade. Seja porque, no caso do ICMS, a alíquota é colocada por dentro, integra a própria base, seja porque há uma interpretação restritiva quanto aos créditos, os mesmos créditos acumulados no caso de exportadores. O fato concreto é que esses créditos viram custo, e a alíquota efetiva é sempre superior. Então, uma das questões que está em debate é uma simplificação do PIS/Cofins, no sentido de não ter um problema de crédito, e se a decisão política for de uma maior alíquota para que se mantenha a arrecadação num patamar adequado, que se dê transparência a isso, que a forma seja direta, aumentando a alíquota, mas com uma base clara e simples. O mesmo para o ICMS.

Então, o que nós gostaríamos de trazer aqui são informações. A distribuição desse contencioso da Vale e das demais empresas do grupo está concentrada em teses, e eu diria que, no âmbito do financiamento da seguridade social, 92% dessas teses referem-se à questão da natureza indenizatória ou remuneratória das verbas trabalhistas. Que é uma questão comum às empresas do setor e de seu porte. Mesmo aqui nessa comissão, esse depoimento já foi dado. Quer dizer, os bancos que já estiveram aqui deram um depoimento de que também grande parte, a maioria do seu estoque, decorre dessa interpretação entre natureza remuneratória ou indenizatória das verbas trabalhistas.

E aí, para fechar essa primeira etapa, dizer que, desta distribuição do que está constando na dívida ativa previdenciária, metade dela refere-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E é um tema, esse valor, esse valor relevante, ele foi já debatido e definido no Supremo Tribunal Federal na ocasião de uma Adin relacionada a lucros no exterior, e ali se decidiu que determinados períodos dessa cobrança não poderão ser executados em função da irretroatividade das leis. Então, é um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

elemento que é importante trazer para os senhores, porque a tendência é uma questão de operacionalização da baixa dessa parcela.

E aí, agradeço o tempo e fico à disposição para esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Octavio Bulcão, representante da Vale, que faz uma série de ponderações e aponta alguns caminhos que, na visão dele, podem ajudar esta CPI. Depois nós vamos para os questionamentos dos Srs. Parlamentares.

Hugo Cavalcanti de Melo Filho é juiz, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho. O tema é esse, Hugo, a questão das dívidas com a nossa Previdência.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO – Bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite para estar aqui nesse importante evento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social. Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, que foi, em alguma medida, uma reação à proposta de reforma da Previdência, porque, antes de reformar, é necessário que nós conheçamos exatamente os gargalos por onde escoam os recursos previdenciários. Parabenizar o Relator da comissão, o Senador Hélio José, e também uma homenagem especial ao Senador Paulo Paim por sua atuação ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tentando barrar, juntamente com os demais Parlamentares da oposição, a absurda

tentando barrar, juntamente com os demais Parlamentares da oposição, a absurda reforma trabalhista que está sendo levada a efeito nesta Casa.

Cumprimento os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras e os demais presentes na pessoa do meu colega e amigo juiz Paulo Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, e a Dr^a Norma Cavalcanti, que preside a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, aproveitando o teu gancho... Estão aqui nos visitando e dispostos a colaborar, naturalmente, o Presidente da Anamatra, Dr. Guilherme Feliciano, o Luiz Colussi, também diretor da Anamatra, o Marcelo Oliveira, da Conamp, Norma Cavalcanti, Presidente da Conamp, Paulo Penteado, da Conamp, Roberto Veloso, Presidente da Ajufe e Coordenador da Frentas, e Vilson Romero, Presidente da Anfip, que estão aqui sempre prestigiando a CPI. Aproveitem o seu gancho para me registrar, mas havia esquecido.

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO – Muito bem.

A reunião de hoje é para discussão das dívidas das empresas que compareceram e de mais duas que ainda não compareceram.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Minhas primeiras considerações dizem respeito ao contexto em que esta CPI foi instalada. O atual governo, logo após sua instalação, cuida de encaminhar ao Congresso Nacional reformas profundas na seara trabalhista e na seara previdenciária, reformas que são fundamentadas no propósito de permitir o avanço da economia brasileira como elemento essencial para que isso possa acontecer.

Na verdade, a visão da magistratura trabalhista é bem diferente disso. A visão é de que todas as propostas que foram encaminhadas, seja a PEC 55, seja a PEC 287, seja a reforma trabalhista, têm por destinação a desconstrução de todo o aparato de proteção social construído nas últimas décadas em nosso País, e isto é muito evidente.

As associações de magistrados do trabalho não acreditam em nenhuma proposta republicana do atual governo. A rigor, essa proposta trabalhista é um verdadeiro crime de lesa-pátria, que está sendo implementado a despeito de 90% da população brasileira serem contrários à sua implementação porque não há na reforma trabalhista uma única medida que beneficie a classe trabalhadora. Muito ao contrário, a reforma conduzirá os trabalhadores à condição de semiescravidão. Voltaremos ao século XIX aqui no Brasil, infelizmente, com a aprovação, nesta Casa, ao que parece, na data de hoje, porque aprovada a urgência para votação em plenário de um projeto absurdo que não teve discussão social anterior. Foram feitas reuniões na comissão da Câmara de um projeto com seis artigos, e depois o Relator apresentou um substitutivo com 200 alterações da CLT, um absurdo completo, e isso está sendo empurrado goela abaixo da sociedade brasileira, com prejuízo evidente para todos.

A reforma da previdência não foge disso. A argumentação do Governo Federal para o encaminhamento do projeto ou da proposta de emenda constitucional para reformar a previdência social está fundada na existência de um déficit previdenciário, da arrecadação da Previdência, que já foi desmistificado absolutamente ao longo dos últimos meses por todos os estudiosos que se debruçaram, inclusive as associações de classe que mais de perto atuam nessa área, mostrando que, a rigor, o sistema previdenciário não é deficitário, e sim, pelo contrário, superavitário, que, de fato, existe uma redução anual desse superávit, mas nos últimos anos tem sido superavitária a arrecadação do sistema previdenciário, tanto assim que o Estado brasileiro se dá ao luxo de desvincular receitas da União destinadas à Previdência para outras ações governamentais.

No que concerne

para outras ações governamentais.

No que concerne ainda aos fundamentos do encaminhamento da proposta de emenda constitucional, o Governo anunciava, no início, o propósito de reduzir as despesas previdenciárias, nos próximos dez anos, em cerca de R\$790 bilhões, estimativa que foi reduzida depois das alterações promovidas na Câmara para cerca de R\$600 bilhões. Então, com a reforma previdenciária, o governo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

anuncia o propósito de reduzir o que se estima R\$600 bilhões nos próximos dez anos a valores de 2017, obviamente.

Só esse dado demonstra o absurdo que é promover todos esses ajustes no sistema previdenciário brasileiro enrijecendo os critérios de alcance dos benefícios previdenciários para a redução, nos próximos dez anos, da despesa em R\$600 bilhões quando se tem em mente o dado indiscutível de que os devedores da Previdência Social devem algo em torno de R\$450 bilhões em dinheiros de hoje.

Então, nós estamos promovendo uma alteração radical estabelecendo critérios rigorosíssimos para que se tenha acesso aos benefícios previdenciários hoje previstos na Constituição e nas leis para que o Estado economize R\$600 bilhões quando os devedores da Previdência Social devem, neste momento, R\$450 bilhões à Previdência.

Se nós fizermos um encontro de contas, teremos aí uma diferença de R\$150 bilhões, aproximadamente. Se bem que a Anfip apresenta valores bem diferentes desse, de em torno de R\$500 bilhões. E estamos falando aqui de dívidas que já foram processadas e inscritas, sem contar as dívidas que ainda se encontram na fase administrativa, que não estão consideradas nesse valor porque ainda não se constituem dívida.

Para além disso, o Dieese apresentou, recentemente, um estudo mostrando que, se considerarmos as dívidas relacionadas com Cofins, PIS e CSLL, o total chega a quase R\$1 trilhão. Nós teremos, só em relação a esses três tributos, R\$500 bilhões, aproximadamente, ainda em dívida, sendo só de Cofins cerca de R\$300 bilhões. Esses são dados do Dieese apresentados agora no mês de maio de 2017, contestando o valor da dívida de R\$450 bilhões e afirmando que é mais que o dobro disso se considerarmos esses valores relacionados a Cofins, CSLL e PIS, porque esses todos resultam em, aproximadamente, R\$500 bilhões.

As empresas devedoras estão, evidentemente, demandando em juízo ou nas execuções fiscais que já são promovidas a postergação do momento de pagamento dessas dívidas ou discutindo como autores determinados aspectos da legislação.

As duas empresas que me antecederam nos seus pronunciamentos mencionaram, a primeira, questões relacionadas às dificuldades que as empresas vêm enfrentando com a crise econômica, que são dificuldades reais e que não estão em discussão.

Entretanto, na minha visão, essas dificuldades não justificam as dívidas. Por exemplo, no caso da primeira empresa que se manifestou, eu não sei exatamente em que época essas dívidas foram constituídas, mas o quadro demonstrado aqui revela que nos últimos dez anos houve uma redução de 6.400 empregados para que, nos últimos dez anos, houve uma redução de 6.400 empregados para 1.126 empregados. Considerando que as contribuições devidas pelas empresas representam 20% do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

total da remuneração paga aos seus empregados, os valores recolhidos hoje representam cerca de um sexto do que as empresas recolhiam dez anos atrás, uma vez que a contribuição é proporcional ao montante das remunerações pagas ao conjunto dos trabalhadores empregados, de modo que a redução de trabalhadores vai determinar necessariamente a redução das contribuições. Portanto, não é essa redução de trabalhadores ou do ritmo da produção empresarial que vai justificar a dívida. A dívida ou os custos com a Previdência Social reduzem-se proporcionalmente aos custos com a remuneração dos trabalhadores, de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.212, que estabelece como a base de cálculo a remuneração paga aos trabalhadores empregados da empresa.

Mais do que isso: há pouco espaço para discussão, convenhamos, em relação às contribuições patronais devidas sobre a remuneração, porque o art. 28 da Lei nº 8.212 estabelece com riqueza de detalhes os critérios para consideração da base de cálculo dessas contribuições. Ali estão indicados toda a remuneração, como referência original, e, depois, são excluídas todas aquelas parcelas que não se consideram como base de cálculo, com detalhes até pouco comuns em se tratando de normatização, para que não haja margem para discussão em relação a essas questões. De modo que pouco espaço haverá para discussão em relação a esse tipo de contribuição, a contribuição patronal.

A segunda empresa, a Vale, afirmou que toda contribuição relativa aos empregados foi integralmente cumprida, ou repassada. Sim, mas isso não é nenhum favor. Esses valores são descontados da remuneração dos trabalhadores e tem que ser automaticamente repassados. Aí está um segundo aspecto que eu queria mencionar e que não está incluído nessa dívida apresentada, de R\$450 bilhões, que diz respeito às fraudes relacionadas ao desconto em folha salarial e o não repasse para a Previdência Social.

Há um estudo do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), que é a associação dos fiscais do trabalho, mostrando dados estonteantes. Diz que, nos últimos quatro anos, as empresas deixaram de recolher R\$92 bilhões de valores descontados dos seus trabalhadores e não repassados à Previdência Social, o que constitui ilícito tipificado na própria Lei 8.213. Basta ver que, no ano de 2015, de acordo com a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), as empresas comunicaram a massa salarial de R\$1.136.552.000.000 (um trilhão, cento e trinta e seis bilhões e quinhentos e cinquenta e dois milhões). Com base nisso, seriam devidos pelos trabalhadores, portanto, descontados os trabalhadores para repasse à Previdência Social R\$90.679.000.000 (noventa bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões). Entretanto, só foram repassados e arrecadados R\$60.244.000.000.000 (sessenta bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões). Apenas em 2015, as empresas declararam remuneração num percentual e repassaram apenas 66% desse valor, deixando de repassar à Previdência Social R\$30.435.000.000 (trinta bilhões, quatrocentos e trinta e cinco milhões), isso em um ano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso é gravíssimo, porque as empresas estão descontando e se apropriando indevidamente de recursos que foram descontados dos seus empregados para repasse à Previdência, deixando de fazê-lo.

O total entre 2012 e 2015 O total entre 2012 e 2015 é de quase R\$100 bilhões, de valores que não foram repassados, a despeito de terem sido recolhidos, terem sido descontados das remunerações dos seus empregados.

Além disso, em relação ao seguro contra acidentes de trabalho, a massa salarial, a mesma, de R\$1,136 trilhão, deveria representar a arrecadação de R\$62,450 bilhões para seguro contra acidentes de trabalho. Entretanto, deixaram de ser recolhidos R\$25 bilhões. Nós estamos falando, senhores, em apenas quatro anos, de 2012 a 2015, em quase R\$120 bilhões que foram descontados e deixaram de ser arrecadados pelas empresas para a Previdência Social, o que é um dado gravíssimo e que precisava ser corrigido imediatamente, inclusive com a responsabilização criminal dessas empresas.

Um outro dado que precisa ser mencionado é a alta informalidade. Como juiz do trabalho, no dia a dia do foro, eu presencio a informalidade absurda de trabalhadores que são, nos termos da lei, arts. 2º e 3º da CLT, empregados indiscutíveis. Entretanto, não são formalizados nessa condição. Como se diz, não têm a carteira assinada, e esses empregados, claro, como são clandestinos, terminam não contribuindo nem com a parte deles e, muito menos, com a parte empresarial.

Para outros empregados que, embora formalizados, embora empregados fichados da empresa, as empresas – e isso é um dado constatado diariamente no foro trabalhista – adotaram há muito o costume do pagamento de parcelas *a latere*, como se diz, por fora do recibo de salário, especialmente o pagamento de horas extras, o pagamento de determinadas parcelas de natureza salarial, que não são incluídas nos recibos de salários e, portanto, sobre as quais não incide a contribuição previdenciária. Isso faz com que a Justiça do Trabalho, por ano, arrecade cerca de R\$2 bilhões de recolhimentos previdenciários apenas sobre as suas condenações. Significa dizer reconhecimento de vínculo, com o pagamento de salários, reconhecimento de valores que foram pagos e não houve o recolhimento previdenciário correspondente, o que faz com que, nos últimos dez anos, e esses dados são do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos últimos dez anos, de 2006 a 2016, a Justiça do Trabalho tenha recolhido cerca de R\$20 bilhões à Previdência Social relacionados a condenações às suas próprias decisões. Significa dizer que a Justiça do Trabalho condenou as empresas em valores devidos, seja pelo reconhecimento de vínculo de trabalhadores tratados clandestinamente, seja pelo reconhecimento de pagamentos *a latere*, ou seja, por fora dos recibos de salário, o que representa um prejuízo brutal para a Previdência Social, da ordem de R\$20 bilhões nos últimos dez anos.

Considerem os senhores que – e esses são estudos disponíveis também em diversas fontes, inclusive no Conselho Nacional de Justiça –, de cada dez trabalhadores despedidos, apenas dois demandam em juízos trabalhistas. Significa dizer que 80% de trabalhadores têm os seus contratos de





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho desfeitos a cada ano e simplesmente não vão demandar em juízo qualquer reparação, a começar pelo fato de que a prescrição compromete todas as parcelas anteriores aos últimos cinco anos, porque se sabe que, no Brasil, o trabalhador, infelizmente, não pode demandar em juízo enquanto está

a gente sabe que no Brasil o trabalhador infelizmente não pode demandar em juízo enquanto está empregado, porque se assim fizer ele é automaticamente despedido.

Se os senhores fizerem uma pesquisa na Justiça do Trabalho, em qualquer Vara Trabalhista os senhores constatarão que não há em curso na Justiça do Trabalho, praticamente, processos de atuais empregados contra os seus atuais empregadores. E quando isso acontece às ações são, praticamente todas, as iniciais são emendadas ou aditadas antes da primeira audiência para postular verbas rescisórias, porque entre o ajuizamento e a primeira audiência a empresa foi notificada, e ao ser notificada do ajuizamento da ação automaticamente despediu o empregado, porque não reconhece aos empregados o exercício do direito constitucional de ação, direito esse que é invocado por todas as empresas para discutir em juízo as dívidas fiscais e previdenciárias.

As empresas se sentem e têm efetivamente o direito de demandar em juízo para discutir qualquer tema, inclusive os temas previdenciários e os temas fiscais, mas os trabalhadores também deveriam ter o reconhecimento pelas empresas do direito constitucional de recorrer à Justiça do Trabalho para discutir ali dívidas que a empresa, ou ele considera que a empresa tem para com eles, o que não é permitido pelo empresariado brasileiro como regra.

Nós vamos encontrar na Justiça do Trabalho demanda de trabalhadores estáveis e de trabalhadores das empresas públicas, porque esses são protegidos pelo princípio da necessidade de fundamentação dos atos da administração e não podem ser despedidos sem nenhum motivo como é a praxe empresarial no setor privado.

Alie-se a tudo isso o dado estarrecedor de que, embora a dívida empresarial para com a Previdência cresça à taxa de 15% ao ano, o Estado brasileiro só consegue recuperar 1% ao ano dessa dívida. Basta ver que no ano passado o Estado recuperou cerca de R\$4,2 bilhões, para uma dívida de R\$427 ou R\$433 bilhões de reais.

Então a taxa de recuperação anual é de 1%, enquanto a taxa de crescimento da dívida é de 15% ao ano. Se não houvesse mais nenhum valor devido nos próximos cem anos esse seria o tempo necessário para que o Estado brasileiro recuperasse a dívida.

E olhe lá, porque aí teríamos percentual sobre percentual o que dificultaria o cumprimento dessa meta. Basta ver ainda que as empresas têm sido, nos últimos 17 anos, beneficiadas pelos programas de parcelamento, os Refis. E os auditores fiscais da Receita têm denunciado que as empresas têm se valido disso como um instrumento de rolagem de dívida.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então essas dívidas terminam não sendo pagas, porque elas são parceladas parceladas e termina não havendo a efetivação do pagamento e essa dívida permanece embora já com o parcelamento autorizado.

Para além disso as empresas se utilizam do sistema judicial, inclusive da morosidade do Poder Judiciário infelizmente, porque existem estatísticas demonstrando que, em média, uma ação judicial dessa natureza demora dez anos para ser concluída e custa ao erário cerca de R\$6 a R\$ 7 mil cada são dessa. Tanto assim, que a própria Procuradoria da Fazenda Nacional faz aí uma relação de custo/benefício. E a última informação que eu vi é de que dívidas até R\$ 21 mil não merecem ser cobradas porque o custo de cobrança é superior à arrecadação, isso se houvesse uma arrecadação integral, quando na verdade a taxa de êxito é de cerca de 16% apenas.

Então, para uma taxa de êxito de 16%, essas dívidas de até R\$21 mil reais sequer são cobradas. Pode parecer um valor pequeno, mas se somados todos os

sequer são cobradas. Pode parecer um valor pequeno, mas se somadas todas as dívidas até esse montante representa um valor substancial.

Além disso, devemos ter em mente o fato de que a Procuradoria da Fazenda Nacional faz uma classificação dessas dívidas, como dívidas que são de difícil recuperação, como a das empresas falidas. A Varig, que a maior devedora, a massa falida da Varig é tida como praticamente inviável a recuperação desses valores.

De modo que apenas cerca de 40% dos valores são considerados de média ou maior possibilidade de resultado de arrecadação.

Então, considerados todos esses fatores, inclusive a redução do prazo prescricional que foi fixado, e aí o auxílio luxuoso do Poder Judiciário, reduzindo de dez para cinco anos os prazos decadenciais e prescricionais para as dívidas previdenciárias, o que nós temos é um quadro muito difícil para a Previdência Social num momento em que se pretende reformar todas as regras com dificuldades absurdas para o acesso aos benefícios previdenciários.

Em suma, se o Governo pretende reduzir os gastos com a Previdência em cerca de 600 bilhões de reais nos próximos 10 anos, essa reforma praticamente não se justifica, porque muito mais êxito haveria com a cobrança e o recebimento das dívidas hoje que, segundo o Dieese, representam mais de R\$900 bilhões se acrescidas às dívidas de Cofins, CSLL e PIS.

E, segundo, apenas em relação às contribuições previdenciárias devidas sobre as remunerações dos empregados, parte patronal e parte de empregados, nós teríamos quase 500 bilhões de reais o que, a curto prazo ou a médio prazo, considerando o prazo de duração dessas próprias ações no mesmo período e tendo em vista uma otimização da taxa de resultado ou de eficiência dessas cobranças, nós teríamos praticamente quitado esse valor de R\$600 bilhões ou, quando menos, muito





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

próximo a isso, o que merecia apenas algumas regulagens para impedir os outros ralos que existem e por onde escoam os recursos previdenciários para que se anuncie em seguida esse invocado déficit apresentado pelo sistema previdenciário.

Essas seriam as primeiras considerações que eu gostaria de fazer a respeito do tema e, claro, coloco-me aqui à disposição para eventuais debates em seguida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Hugo Cavalcanti Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, que dá essa bela contribuição à CPI sobre a Previdência e que fez considerações rápidas e justas, como sempre, você que tem sido um Líder aí nesse campo do debate da reforma trabalhista e previdenciária, tanto que foi, eu diria, injustamente, o termo que eu queria usar é covardemente agredido na Câmara dos Deputados pela sua franqueza e essa posição com instrumentos quando esteve lá na CPI da Previdência e Trabalhista, expondo o seu ponto de vista.

Fica aqui toda a nossa solidariedade. Parabéns pela exposição, que dá uma bela contribuição e aponta caminhos aí para esta CPI na busca de soluções, nós que dissemos tanto que esta é a CPI da Verdade.

Por favor, passamos agora ao Senhor Benedicto Celso Benício Júnior, representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas.

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Sr. Presidente, bom dia. Demais colegas da Mesa, demais presentes

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Bom dia, demais colegas da Mesa, demais presentes.

Sr. Presidente, falo em nome da Marquezan, indústria de implementos e máquinas agrícolas, que têm uma dívida com a Previdência, uma dívida já antiga, justamente originada por ser uma grande empregadora.

Hoje nós mantemos uma média dois mil funcionários. É a principal indústria hoje de Matão, que representa diretamente 20% da mão de obra empregada pela cidade e que tem essa dívida por conta da sua alta folha de salários.

Outra característica também geradora desse passivo – e essa dívida será esmiuçada no atendimento de todos os requerimentos com relação à competência, origem e natureza – é que essa é uma dívida declarada e não paga. A empresa, por seu tamanho e importância regional, sofre diversas fiscalizações ao longo dos períodos. Foi fiscalizada e, com relação à Previdência, ela nunca teve qualquer atuação relevante, o que demonstra a sua lisura, a sua boa-fé em seus compromissos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essas dívidas geram restrições, essas restrições negam a certidão negativa para efeitos fiscais, essa certidão é indispensável para a obtenção de créditos. Nós não conseguimos sequer a certidão positiva com efeitos negativos, na medida em que isso exige uma série de situações que também dependem financeiramente. Isso nos alija do mercado de capitais.

A empresa é efetivamente uma consumidora de capitais por conta da sua atividade, precisa comprar antecipadamente a matéria-prima para poder produzir e, dessa forma, não consegue mais acesso a bancos de primeira linha. E isso vem dificultando, um ciclo que dificulta a sua produção.

Ela não intenciona... Não existem grandes teses da Marquezan. Ela não intenciona postergar a sua dívida, não intenciona questionar a obrigação principal ou mesmo consecutórias. Ela intenciona regularizar o seu passivo.

Hoje ela estancou essa dívida, não gera mais a dívida tributária. Ela paga regularmente as contribuições previdenciárias da parte patronal. Hoje esse valor é muito expressivo para a companhia: chega a R\$1 milhão por mês. Faz os repasses dos funcionários, o que chega a R\$800 mil por mês. E a tentativa... Já que não questiona – está nesse grupo que não questiona e que não tem condição também de questionar –, ela quer regularizar o seu passivo.

E, ao longo da sua história, vê, nesses parcelamentos especiais, uma possibilidade de equalizar, de conseguir a sua certidão, de conseguir a sua regularidade fiscal, de voltar ao mercado de capitais e conseguir... e para ter a sua produção regularizada e conseguir expandir.

Ela tentou fazer essa adesão, aderiu efetivamente ao Refis em 2000; depois fez uma adesão na 11.941; fez toda uma programação para o parcelamento da 12.996, que é o Refis da Copa, esse que já exige, inclusive, uma antecipação, porque se percebe também que, ao longo do período, nos últimos 17 anos em que foram feitos esses parcelamentos especiais, existe um endurecimento, um recrudescimento das regras e das condições para pagamento dos parcelamentos. Essa percepção de que o parcelamento de fato é uma forma de rolagem de dívida vem sendo espelhada nas próprias condições dos parcelamentos.

As empresas, como a Marquezan, que desejam pagar, que precisam pagar essa dívida, têm mais dificuldade, porque arcam com a dívida corrente, precisam pagar os tributos vincendos, precisam pagar as parcelas vencidas.

Existem momentos, situações macroeconômicas, em que a empresa acaba demitindo funcionários e aí tem que pagar as verbas indenizatórias. E a Marquezan

acaba demitindo funcionários e aí tem que pagar as verbas indenizatórias. E a Marquezan nunca deixou de pagar isso – é um sindicato forte, presente na região e sempre cumprindo as suas obrigações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, Sr. Presidente, a vida de uma empresa – uma indústria com margens de lucro muito pequenas, concorrência muito grande, uma empresa familiar, tudo isso dificulta o cumprimento das obrigações. Então, para a Markezan, ela está no grupo das empresas que não veem o parcelamento como uma forma de postergação e de jogar essa dívida para frente, mas sim como uma condição de buscar a regularidade, que vai ter acesso ao mercado de capitais. É isso que ela busca recentemente.

E, ao longo desses anos, ela não conseguiu fazer isso. Não conseguiu por uma questão de caixa, por uma questão financeira.

Agora, no seu passado recente, ela aderiu parcialmente as suas dívidas, que serão detalhadas a esta CPI, nesse parcelamento do Refis da Copa, vem pagando... A intenção era aderir tudo. Desistiu das discussões judiciais, fez um estudo para poder captar essa antecipação no mercado, mas o valor era muito expressivo. Se captasse o mercado, iria gastar mais ainda em encargos financeiros, o que dificultaria mais a situação, e acabou não regularizando toda a situação.

Hoje ela paga de parcela R\$428 mil, um valor também relevante, e, desde que aderiu ao Refis da Copa, já foram pagos R\$22.296.308 para os cofres públicos, para o pagamento de dívidas. E o que ela intenciona, de fato, é regularizar a sua situação.

Como forma de tentar colaborar com os trabalhos, o que se percebe hoje é que tanto a Receita quanto a PGFN estão muito bem aparelhadas para a consecução dos seus créditos. Hoje as empresas declaram os seus tributos. É uma declaração eletrônica: o eSocial, o DCTF. Tudo isso processa a cobrança muito rapidamente.

Hoje, a Procuradoria já entende essa dívida de forma muito rápida, a execução também é muito rápida, a certidão de dívida ativa é também expedida com muita celeridade, de forma eletrônica, e logo já há uma penhora de conta corrente, uma penhora de faturamento.

Conviver com dívida hoje de empresas regulares, de empresas que não têm um caixa dois, que emitem todo o faturamento e que não têm condição de ter acesso ao mercado de capitais para conseguir garantias para as execuções, isso é muito oneroso para a empresa.

Hoje, se uma empresa tem condição de acessar o mercado e de acessar garantias, pega um seguro-garantia, garante uma execução, e essa execução pode demorar cinco, dez anos. Se ela tem hoje condição de acessar o mercado, pega uma carta de fiança, garante o credor e também posterga isso. Mas não é o caso das grandes empresas. As empresas ficam à mercê de ataques do próprio credor para a obtenção do seu crédito.

E a Procuradoria também, hoje, que, de última análise, acaba sendo a credora e adotando as medidas para a consecução dos créditos, tem muito poucas ferramentas legislativas para entender o devedor e propiciar o pagamento. E o que interessa, efetivamente, acho, para esta CPI é que o





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dinheiro fluta e que os cofres da Previdência sejam alimentados pelos seus patrocinadores, pelos seus contribuintes. Acho que essa é a análise.

Hoje a Procuradoria, com uma empresa... A Marquezan, que está com toda a sua dívida executada e com garantia – nós garantimos com a fábrica, porque é um parque fabril espetacular, com mais de 800 mil metros quadrados na cidade de Matão. Então, o credor está garantido. Só que a empresa intenciona quitar, quer pagar. E, mesmo o parcelamento, ela tem dificuldade de honrar essas parcelas por conta da conjuntura de todas as obrigações, que são cumulativas. E a Procuradoria não tem como transacionar.

Bem falou o representante da Vale: não existe um elemento de transação constante, aberto. Falou também

transação constante, aberto.

Falou também, quem me antecedeu, o representante da Dedini, o Sr. Sérgio, falou: "Não, a recuperação judicial não trata hoje das questões tributárias. Isso é feito à margem da recuperação".

Então, se a Procuradoria, ou mesmo a Receita Federal tivessem elementos com que pudessem entender os devedores, separar, entender que esse devedor é um devedor que está nessa situação não porque ele está rolando a dívida, não porque ele está querendo uma oportunidade, mas, sim, porque ele não conseguiu pagar por certos momentos, e conseguir comprovar isso, mostrando um balanço, mostrando que naquela situação aconteceu um problema de mercado, um problema conjuntural efetivo, para que a empresa consiga reagir a isso.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar aqui esse projeto de lei que foi tratado, Projeto de Lei nº 5.082, de 2009. É um projeto de lei que trata da transação tributária.

Esse processo, esse projeto de lei veio justamente nessa lacuna da Lei de Recuperação Judicial, para que a própria Procuradoria e a própria autoridade fazendária, os Delegados da Receita Federal pudessem entender quem são esses devedores, e efetivamente criaram condições específicas para cada devedor.

Então, Sr. Presidente, é essa a situação da companhia.

A outra dívida dela, já encerrando, nós estamos fazendo estudos para adesão ao Pert, que é o novo parcelamento, que está em aberto, e pretendemos regularizar esse passivo o mais rápido possível.

Fico à disposição para qualquer outro esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, que bom que o Senador Hélio José chegou. Chegou na hora certa. Eu vou explicar por quê. Eu estava





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

até acelerando, um pouco, ele aqui, ele entendeu o que eu fiz, mas você teria ainda mais uns dez minutos se quisesse, se quiser usar.

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Não, Sr. Presidente, o senhor que está pilotando aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que te dei uma acelerada aí, porque, nesse momento, tem um debate no Plenário sobre a reforma trabalhista e eu sou um dos relatores de um dos requerimentos.

Então, o Hélio José foi até a Câmara dos Deputados, fez um pronunciamento lá sobre o INSS, e eu vou pedir que ele continue aqui, na coordenação, porque vão ter, agora, as perguntas do relator, teremos as considerações finais de cada um dos senhores e eu, por dever de ofício, tenho que correr lá no Plenário, para participar do debate da reforma trabalhista, com que eu estou envolvido, confesso, de alma, coração, vida e razão e porque acho que tenho razão também. E, como o Hélio José é o nosso relator, inúmeras vezes acontece isso, a correria na Casa, eu queria que ele assumisse aqui as funções de relator e de Presidente e, inclusive, se eu puder, eu volto. Senão, eu terei que ficar lá, mas fica sob a sua liderança aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Você é o nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Muito obrigado a todos.

Eu tenho que correr lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ok. Antes de começar a Ordem do Dia, Paim, nós vamos colocar logo em votação dois requerimentos que estão aqui, na nossa mesa, um só...

Com base no art. 121, do Regimento Interno, incluo extrapauta o seguinte requerimento para que possamos apreciá-lo:

Requerimento 227, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer que seja convidado o representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Unafisco, para participar de audiência pública.

Consulto o Plenário se há algum Senador que deseja encaminhar a votação.

Como não há, a votação fica encaminhada aqui, por essa Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o referido requerimento da convocação da Unafisco.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Coloco em votação as Atas da 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

As senhoras e os senhores que as aprovam permaneçam como se encontram.

As Atas estão aprovadas.

Amigos, de fato, nos preocupamos, porque vocês que representam uma fonte geradora de emprego importante para o nosso País, porque o equilíbrio de um país faz-se com economia pujante, com a geração de emprego

porque o equilíbrio de um país faz-se com economia pujante, com a geração de emprego e oportunidade.

E a gente ouviu a fala de vocês, muito importante, colocando, inclusive a história da empresa de vocês e todas as questões, porque são empresas grandes, importantíssimas. Eu mesmo, quando trabalhador, quase fui ser servidor da Vale, a Vale me chamou para trabalhar, quando a Vale era estatal, lá, nos anos de 1982, quando eu concluí o curso de Engenharia Elétrica, fui convidado a trabalhar na Vale, na Shell e eu preferi trabalhar na Eletronorte, porque eu fiz o concurso público para lá, na época, preferi trabalhar na Eletronorte, mas a Vale é uma empresa grandiosa. O Brasil passa pela Vale. A Dedini mostrou aí, discorreu sobre a importância dela na questão dos destilados no mundo e o material com que eles fazem, que 80% os utilizam.

Eu não pude ver a apresentação do amigo Benedicto – Benedicto mesmo, não é? –, da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas, mas eu sei da importância das máquinas agrícolas no nosso mercado e coisa e tal.

O problema é que essa variável estoque, que representa a dívida de vocês com o INSS, tem causado uma situação muito complicada para a vida e sobrevivência do INSS e nós temos que ter saída para resolver.

A Constituição brasileira prevê que contas distintas não podem ser compensadas umas com as outras. Eu não sei quais são os motivos que estão levando vocês a não estarem fazendo a contribuição da conta previdenciária de forma clara.

Então, é importante agora, nas perguntas, inclusive eu as quero respondidas depois por escrito, porque elas são base para o relatório que nós vamos apresentar. Por isso que a gente sempre permite que a resposta por escrito venha até a próxima sessão, porque a gente, como falamos, nosso compromisso é com a verdade e apontar as soluções.

Nós não estamos aqui para achacar nenhum setor e nem para ficar fazendo aqui firula. Estamos aqui para saídas e parcerias. Eu sou defensor do setor produtivo. Então, não tenho nenhum motivo aqui para estar desconstituindo o setor produtivo, que é muito importante para a geração de emprego, para a geração de oportunidade e para que o Brasil cresça de verdade.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fico muito triste quando vejo uma Dedini, com a experiência, sendo a marca que é, cair de 6,4 mil servidores, colaboradores, para mil e poucos, 1,2 mil.

Então, quer dizer, isso é contraproducente. Não dá para entender, no mundo moderno, em que temos que gerar mais oportunidade, estarem as oportunidades sendo diminuídas.

Então, a gente precisa ver como é que a gente vai superar essa crise no geral, no global. Eu, sinceramente, o nosso Senador Dário Berger colocou algumas questões aqui fundamentais, e nós aqui, nessa CPI temos visto grandes problemas. Primeiro, não existe o déficit, porque querem forçar que tem o déficit.

Existe uma conta chamada seguridade social. A seguridade social prevê assistência social, previdência e saúde, com caixa único, e tem como fontes contribuidoras o CSL, os jogos e prognósticos, Cofins, PIS, o próprio recolhimento que o aposentado, o servidor público e o trabalhador da iniciativa privada rigorosamente recolhem todo mês – por isso é que nós não admitimos esse grupo ser utilizado como bode expiatório, porque todo mês o aposentado e o servidor público recolhem.

Vocês, que têm a contribuição em folha da parte patronal de vocês, que creio, pelo menos quero crer, quero até perguntar a vocês se algum de vocês tem algum problema, se essa dívida de vocês alguma tem a ver com o não recolhimento das contribuições previdenciárias obrigatórias das empresas.

Então, isso é importante, essa resposta, porque obrigatórias das empresas. Então, é importante essa resposta, porque, se tivesse, ficaria complicado.

O setor do frigorífico demonstrou aqui uma incoerência... Na visão deles, porque eles têm contas a haver e têm contas a pagar. Só que são contas que a Constituição brasileira não prevê o desconto de uma pela outra, não dá, não pode, uma fonte é diferente da outra fonte. Então, quer dizer, aí não resolve quebrar a Previdência, porque o Estado deve a eles de outra forma. Tem que acertar a outra forma e acertar a forma de cá.

Então, a variável estoque hoje, a dívida, segundo a PGFN, é mais de R\$450 bilhões. Então, a gente precisa resolver esse assunto, já que o déficit é de cento e pouco. Eu sei que a variável estoque não resolve a vida da Previdência. Nós precisamos é ter variável fluxo para a Previdência ficar permanente e perene e viger de forma adequada.

Mas o pagamento da variável estoque é importante no sentido de ser exemplo, porque não adianta ficar dando jeitinho e empurrando com a barriga para não pagar, porque os outros que pagam vão fazer a mesma coisa. Então, é por isso que nós temos que resolver a parada. E a contribuição de vocês, que sabem o tanto que é importante aposentado... Está aqui a Vale, você acabou de colocar: só no ano passado – você falou aqui de quantos bilhões – vocês recolheram 5





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

bilhões. Sabe o tanto que é importante, para a circulação do mercado, que a gente tenha realmente uma situação organizada da Previdência Social. Então, a contribuição de vocês é importante.

Vou aqui às perguntas: pergunta do Relator ao Dr. Octavio Bulcão, Diretor Global Tributário da Vale S/A. A Vale S/A aparece na primeira colocação na lista das maiores devedoras da seguridade de social, com montante de 13,12 bilhões inscritos na dívida ativa da União. Não obstante o exposto, a Vale possui uma sólida posição de caixa. Segundo sua última demonstração financeira, em 31 de março de 2017, a mineradora possuía em caixa e equivalente caixa a quantia de 21,28 bilhões – é uma das maiores empresas do mundo e do Brasil, graças a Deus. Pergunto a V. S^a: o que justifica uma dívida com a Previdência Social tão alta, em face dessa robusta posição de caixa da Vale? A dívida já foi renegociada por meio de algum programa de recuperação fiscal (Refis)? Já está sendo paga, ainda que parcialmente? Se positiva a resposta, o parcelamento representa uma proposição da dívida? Se positiva a resposta, o parcelamento representa que proporção da dívida? Nas dívidas previdenciárias em discussão judicial, quais são as principais discordâncias da Vale em relação à fundamentação das cobranças na Receita Federal?

2. Diferentemente das demais empresas aqui representadas, a Vale apresenta a maior parte da sua dívida na modalidade parcelada, ou seja, já foi objeto de algum acordo com confissão da dívida por parte da empresa. Essa dívida parcelada atinge o expressivo montante de 12,28 bilhões. Sobre essa parcela da dívida, gostaria que a empresa esclarecesse que tipo de divergência tinha com a Receita Federal para dar origem a tão expressivo montante.

3. Além desses valores parcelados retromencionados, a Vale ainda consta como devedora de 834,34 milhões na modalidade não parcelada, vinculados a débitos com a Seguridade Social, assim discriminados: na CSLL, 477,8 milhões; na Cofins, 39,35 milhões; no PIS e Pasep, 8,29 milhões e na contribuição previdenciária, 308,83 milhões. Pergunto a V. S^a: V. S^a poderia informar que percentual desses débitos não parcelados se encontram em contencioso administrativo e qual em discussão judicial? Quais são, em síntese, as fundamentações jurídicas em que a Vale se embasa para entender não serem devidos os valores cobrados pela Receita Federal?

4. A maior parte da dívida da Vale com a Seguridade Social, o total de 12,28 bilhões, é representada por débitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Qual é a controvérsia jurídica que ocasionou o acúmulo de uma dívida tão grande de CSLL? Em que fase se encontra essa discussão administrativa ou judicial? Os débitos da Vale, inscritos na dívida ativa, contam com garantias para honrar seu pagamento? No caso específico da CSLL, que representa a maior parte da dívida da Vale, as pretensões jurídicas defendidas pela mineradora estão de acordo a jurisprudência dominante nos tribunais em relação à matéria?

Porque o nosso objetivo aqui, viu Octavio Bulcão, de fato, é achar soluções, é encaminhar soluções. Então, as nossas perguntas aqui visam a confecção de um relatório técnico, realmente





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

propositivo e que realmente coloque os pingos nos is onde tem que ser feito. Por isso é que a gente pede a você e a todos os nossos convidados aqui – todas as empresas, todos as pessoas, tipo aqui o nosso jurista, todo mundo – que façam as respostas o mais claras, igual ao que o nosso nobre Senador Dário Berger aqui colocou, também com entendimento, para que todos possam entender, no português claro, a situação do por que está levando à situação que levou, entendeu?

5. Reportagem recente da revista *Carta Capital*, em março 2017, retrata que a reforma da previdência ignora os grandes devedores do INSS. Estou vindo de lá agora, acabei de ir lá fazer um pronunciamento dos 27 anos de existência do INSS. Todos sabem a importância do INSS para o Brasil, para os aposentados, para todo mundo. Então, nós não podemos, nós temos que arrumar uma saída. A PGFN informou, por meio de sua assessoria, que o que tem prejudicado a cobrança dessas dívidas, em realidade, são os sucessivos programas de parcelamento especial (Refis), editados nos últimos 17 anos. Os devedores têm utilizado esse parcelamento como meio de rolagem da dívida, migrando de programa de forma sucessiva, sem, contudo, quitar os débitos.

Estive com o Rachid, há duas semanas, quando inclusive acertei que o Rachid vai estar aqui, como convidado nosso da CPI, no próximo dia 6. Ele é um crítico contumaz à essa questão do Refis. Nós estamos aqui, agora, com essa questão da Medida Provisória 783, de que sou membro titular, discutindo exatamente essa questão de Refis. Então, essa resposta de vocês sobre esse tema é importante, porque esse tema tem causado algumas fugas de pagamento da real dívida com a Previdência Social. Na opinião de V. S^a, nobre Bulcão, o programa de parcelamento especial (Refis) incentiva o inadimplemento dos recolhimentos espontâneos das contribuições previdenciárias em detrimento das contribuições extraordinárias oriundas do parcelamento, e por quê?

As perguntas para a Vale são grandes, do tamanho que a empresa é: a empresa é grande, é uma empresa referência para o nosso País.

6. Representantes do ramo de

6) representantes do ramo de frigoríficos ouvidos em audiência pública nesta CPI alegaram que a pretensa dívida lançada na lista da PGFN não procede, pois já foi liquidada pela empresa mediante um procedimento de compensação de créditos tributários federais, homologados pelos Fiscos, que representam dinheiro e podem ser ressarcidos. Esse procedimento é chamado de compensação de ofício e se dá através do encontro de contas, onde o Fisco, antes de devolver o valor à empresa, apura se as contribuintes têm débitos, inclusive previdenciários. Ou seja, se o contribuinte tiver débito, o Fisco aceita a compensação. Havendo saldo remanescente, ele é depositado, devolvido efetivamente. Ou, se ele não tiver débitos, é simplesmente devolvido o valor integral.

Ante o exposto, pergunto a V. S^a: a Vale já adotou algum procedimento para a compensação de crédito tributário federal com débito previdenciário oriundo das contribuições patronais? B) Considerando que a Corte Especial do STJ entende não ser possível que os contribuintes compensem





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

créditos de contribuição previdenciária reconhecidos judicialmente com débitos de qualquer outros tributos administrativos pela Receita Federal do Brasil, nos termos da regra geral prevista no *caput* do art. 74 da Lei nº 9.430, pois há expressa vedação do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457. Na opinião de V. S^a, esse procedimento é legal? Essa é a pergunta que fica, falando aqui do nosso nobre Octavio Bulcão, que eu tenho certeza de que dará as respostas em cima do que foi perguntado, com clareza.

O que nós estamos fazendo aqui nesta CPI é convidando e dando oportunidade para as pessoas, e não convocando, e não ficar fazendo aquele jogo de pergunta e resposta, exatamente porque nós confiamos nas respostas dignas, porque, se for necessário, nós vamos convocar depois. Se forem respostas mentirosas, forem respostas que não têm nada a ver, nós vamos convocar. E aí sim... Porque, da forma que estamos fazendo, é exatamente para evitar constrangimento, porque empresas são importantes para o nosso mercado, setores são importantes para todos. Então, é muito melhor darmos oportunidade para que, juntos, construamos uma solução, que é o que nós queremos fazer aqui nesta CPI como um todo, que ficarmos aqui num jogo de bate e rebate, constrangendo setores, o que não é o nosso interesse. Então, para a gente são muito importantes essas respostas. Isso serve para todos os demais convidados, porque ela vai basear todo o nosso relatório, pelo qual sou responsável.

Obrigado, Octavio. Você vai ter mais cinco minutos para as suas considerações finais daqui a pouco.

Perguntas do Relator para o Sr. Sérgio Leme dos Santos, representante da Dedini S.A. Indústrias de Base, em processo de recuperação judicial. A lista de devedores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aponta que a Dedini Indústrias de Base tem dívidas com a seguridade social no valor de 1,02 bilhão, valor esse integralmente na modalidade não parcelada. Desse total, 648,64 milhões são referentes às dívidas previdenciárias, e o restante, ao PIS, CSLL e Cofins. A empresa encontra-se, atualmente, em processo de recuperação judicial. A cerca desse débito, gostaria de indagar a V. S^a, Dr. Sérgio: essa dívida se encontra em discussão administrativa ou judicial? B) Que percentual as dívidas previdenciárias da empresa representam sobre o total do débito? Com base em seu faturamento atual, pode-se afirmar que a Dedini tem condições de honrar sua dívida com a

pode-se afirmar tem condições de honrar sua dívida com a previdência? Qual a real possibilidade de a empresa sair do processo de recuperação judicial em que se encontra?

2) A maior parte da dívida da Dedini com a Seguridade Social – total de 648,45 milhões – é representada por débitos previdenciários não parcelados. A) Qual é a controvérsia jurídica que ocasionou o acúmulo de uma dívida tão grande de débito previdenciário? B) Em que fase se encontra essa discussão administrativa ou judicial? C) os débitos da Dedini inscritos na dívida ativa contam com garantias para honrar seu pagamento? D) No caso específico da Previdência, que representa a maior





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

parte da dívida da Dedini, a proteção jurídica defendida pela empresa está de acordo com a jurisprudência dominante nos tribunais em relação à matéria?

Isso serve, meu nobre Dr. Sérgio, inclusive, para pequenas empresas que devem, por motivo similar ao de uma empresa tão grande como a Dedini, ao INSS, porque nós aqui, pedagogicamente, precisamos resolver para todos. Não é só para o grande, para o pequeno e para o médio. Quando nós definimos aqui nesta CPI que convocaríamos os cinco maiores devedores de cada setor, não é porque nós estamos deixando de fazer toda a discussão com os pequenos. É porque aqui, pedagogicamente, os cinco maiores têm condições de dar aqui todo o *feedback* para que a gente possa tentar resolver a situação no geral. Então, as respostas de V. S^a são muito importantes.

Pergunta para o nosso Dr. Benedicto Celso Benício Júnior, representante da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A. É o Marchezan, nosso ex-Deputado, falecido, e pai do nosso atual Deputado do Rio Grande do Sul?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não? É outra família. Só por curiosidade.

A Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A. é, das empresas aqui representadas, a que possui a menor dívida com a previdência. Não obstante isso, esse débito, conforme apontado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atinge o vultoso montante de 757 milhões, dos quase 55,12 milhões na modalidade de parcelado. Em relação a esse débito, pergunto a V. S^a, Dr Benedicto: essa dívida se formou tendo em vista divergência de entendimento sobre a aplicação da legislação tributária entre a empresa e a Receita Federal ou decorreu da incapacidade da empresa em honrar os compromissos previdenciários? B) Foram oferecidas garantias ao Fisco para o pagamento dessa dívida? 2) A Marchesan Implementos ainda consta como devedora de 701,95 milhões na modalidade não parcelados, vinculados a débitos com a Seguridade Social, assim discriminado: o CSLL, 3,16 milhões; a Cofins, 171,24 milhões; o PIS/PASEP, 28,95 milhões; e a contribuição previdenciária, 498,59 milhões. Pergunto a V. S^a: V. S^a poderia informar que percentual desses débitos não parcelados se encontra em contencioso administrativo e qual em discussão judicial? Então, a parcela que está de um e de outro e por quê. Quais são, em síntese, as fundamentações jurídicas que a Marchesan Implementos se embasa para entender não serem devidos os valores cobrados pela Receita Federal? C) O que justifica a Marchesan Implementos ter uma dívida com a Previdência Social tão alta? D) A Marchesan Implementos... Por que essa pergunta? Porque o setor

na competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias resultantes de suas condenações e o seguinte teor da Súmula: "A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, inciso VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto de condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados."





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a) V. Ex^a teria uma estimativa do montante de contribuição previdenciária anualmente arrecadado, tendo em vista a atuação da Justiça do Trabalho?

b) Qual o tempo médio para se executar, na Justiça do trabalho, um débito previdenciário relativo ao objeto da condenação?

Muitos jogam aqui cinco anos, dez anos, quinze anos, vinte anos, e depois vence, decai, prescreve, e a pessoa não paga, depois que é julgado. É isso que nós temos de resolver. Se tiver de fazer mudança na legislação, vamos fazer. Precisamos de sugestões de vocês para nós aqui da CPI... Se tivermos de indicar mudanças... Precisamos mudar artigo tal, artigo tal, artigo tal, vamos mudar, seja por PEC, seja por lei, para garantir que essa farra não continue prevalecendo, entendeu?

c) A Associação Latino-americana de Juizes do Trabalho [meu mandato está á disposição da Anamatra para apresentarmos PECs, para apresentarmos projetos de lei ou o que for necessário para podermos resolver essas questões] coordenou o lançamento do livro *O Golpe de 2016 e a Reforma da Previdência*, cuja sinopse manifesta muita preocupação com o texto original da Proposta de Emenda à Constituição 287, de 2016, naquilo que é considerado um ataque brutal ao bem-estar de toda a população brasileira, em especial a que depende dos benefícios sociais.

Eu tenho conversado com o Presidente Temer. Tem de conversar, tem de dialogar com todos os setores. Temos de fazer uma coisa que seja real para o Brasil e que não simplesmente atenda a um setor e desatenda a todos os outros setores. Hoje há um descontentamento geral da população brasileira. O meu Partido, que é o Partido do Presidente da República, numa consulta interna, numa pesquisa interna com os filiados, reprovou a atual reforma da previdência com 96%, e isso na base do meu Partido. E isso acontece no Brasil todo, porque ninguém aceita.

Fazer reforma da previdência é necessário. É claro que é necessário. Houve mudança de vida, mudança na longevidade, mudança na pirâmide etária... Nós temos de resolver, primeiro, essa questão dos devedores, resolver a questão realmente das contas da seguridade, não é doutor? E, depois, fazer a mudança correta que precisamos fazer. E outra: não fazer mudança que venha, dentro de um campeonato, mudar a regra para quem já está no jogo do campeonato! Qualquer mudança nesta Casa... Não há problema nenhum em fazer mudança, mas para todos que vão entrar de agora para a frente e alguma mudança que facilite recebermos o que estão devendo, não ficar empurrando com a barriga, que facilite para vocês fazerem compensação até de créditos, caso seja possível, não é? Então, o que nós precisamos é sentar a quatro, oito, dez, vinte mãos e resolver o problema.

Eu tenho falado para o Presidente da República que, neste momento conturbado que vive a Nação, o ideal seria retirar essa reforma da previdência. O ideal é isso. É sentar... Esta CPI da Previdência visa sair daqui com sugestões concretas, com números reais, com cálculo correto, para que, juntos, possamos arrumar uma solução, caso ela exista, para a dificuldade que alguns estão apontando.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

...está certo? a dificuldade que alguns estão apontando.

Então, ninguém aqui está tapando o sol com a peneira. O nosso objetivo é cidadão. O nosso objetivo é cumprir a Constituição cidadã e cumprir um Brasil que seja perene, porque governos passam e o Estado continua. Hoje, é o governo A, amanhã o governo B, depois o governo C. Mas o Estado vai ser sempre o Estado A, não vai mudar. O Estado é o Estado chamado Brasil, com o povo brasileiro que precisa subsistir; com os empresários brasileiros que precisam sobreviver; que precisam gerar emprego; conosco, servidores públicos, que precisamos fazer esse Brasil acontecer e que não podemos ser prejudicados porque alguns iluminados, interessados em algumas outras coisas controversas, ficam colocando coisas aqui que não são reais.

Então, não podemos aceitar isso, entendeu, gente?

Então, a associação latino-americana que fez o livro *O Golpe de 2016 e a Reforma da Previdência*, que coordenou o lançamento, pergunto para você: Quais são as ressalvas de V. Ex^a em relação ao substitutivo apresentado pela Comissão Especial?

Aspas – isso é coisa minha – para mim piorou, para nós, servidores públicos. Um absurdo! O cara conseguiu... O servidor público já estava como bode expiatório, e o Relator conseguiu transformar a proposta pior para o servidor público, o que não tinha nem que estar lá, quando tira a regra de transição; que com 50 anos ninguém entraria nessa questão; quando não considera todas as... feitas anteriormente, quando desconsidera todas as questões.

Na minha visão, vai dar uma avalanche, mas uma avalanche gigantesca de processos na Justiça, porque ninguém que participou da reforma em 2003, 2012, 2014, vai aceitar qualquer coisa que porventura passe a fórceps aqui nesta questão.

Então, quer dizer, se fosse fazer qualquer coisa tinha que ser para todo mundo, por pior das hipóteses, para quem entrou depois de 2014 na área de servidor público. Não deveria entrar porque não tem nada a ver com a situação.

Então, esse tipo de incoerência é que está atrapalhando. Estou falando para o setor produtivo, que é um setor importante na questão dessas reformas.

Quais seriam as principais sugestões de aperfeiçoamento que V. Ex^a, Dr. Juiz, teria a fazer a esse substitutivo?

Então, como eu também gostaria da resposta de V. Ex^a por escrito, para embasar todo nosso procedimento... Mais seus cinco minutos regulamentares comentar o que foi perguntado ou outros pontos, para fazer as suas considerações finais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO – Sr. Presidente e Relator da Comissão, eu agradeço muito à compreensão pela possibilidade de responder antes dos demais. Agradeço inclusive a compreensão dos meus companheiros de bancada.

Quanto à primeira pergunta, a questão da integração do regime próprio de Previdência, da DRU, do PIS/Pasep, a minha opinião coincide exatamente com a de V. Ex^a, que já foi manifestada aqui.

Em primeiro lugar, na avaliação do déficit ou superávit do sistema previdenciário, os recursos relacionados com o regime próprio de Previdência dos servidores não é considerado nem para menos, nem para mais.

Ele não é simplesmente considerado. Agora, a DRU/PIS são, e têm que ser porque há previsão constitucional nesse sentido. Eles são fontes de custeio da Previdência e devem ser assim considerados para efeito de computo do cálculo da arrecadação e das despesas e para apuração ao final como superávit como tem sido demonstrado por diversos estudos realizados pelos maiores especialistas no assunto.

Então, quanto à primeira questão, não é relevante que alguns considerem...

...quanto à primeira questão, não é relevante que alguns considerem que a Previdência dos Servidores Públicos não esteja integrada para efeito de avaliação de déficit ou superávit, porque ela nunca foi considerada a esse propósito, apenas a arrecadação relativa à remuneração dos trabalhadores do setor privado.

Quanto à segunda pergunta, que diz respeito a súmula do Supremo Tribunal Federal e as perguntas são: "Uma estimativa do montante da contribuição previdenciária anualmente arrecadado".

Eu tenho aqui os dados efetivos que eu mencionei de forma genérica, mas posso especificar, que vem em um crescente.

Em 2006, R\$ 1,009 bilhão; em 2007, 1,260 bilhão; em 2008, R\$1,475 bilhão; em 2009, R\$1,669 bilhão; em 2011, eu vou pular aqui, R\$1,945 bilhão; já em 2012, passamos dos R\$2 bilhões, para R\$2,299 bilhões.

E assim estamos nessa evolução, o que, nos últimos dez anos como mencionei, representa aproximadamente R\$20 bilhões de arrecadação pela Justiça do Trabalho, apenas apenas na execução de contribuições sobre os valores de suas próprias condenações. E isso, diga-se, sem um real de despesa para o Estado, porque a execução é promovida de ofício pelo Juiz do Trabalho.

Então, não é necessário que um Procurador vá lá e postule a execução daquela parcela. A sentença trabalhista já traz o valor devido ao trabalhador, o valor devido de Imposto de Renda, o valor devido a título de custas e o valor devido a título de contribuição previdenciária.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A partir daí, a execução é única. O juiz não faz execuções separadas, a execução é uma só. A empresa é executada pelo montante da condenação, inclusive, da contribuição previdenciária.

E aí está mais um grande equívoco do legislador, se é que ele vai ser concretizado, no PLC 38, de 2017, a reforma trabalhista. O PLC está acabando a execução de ofício pelo Juiz do Trabalho. Agora, vai precisar a provocação da parte interessada, portanto do exequente, na execução previdenciária, com despesa imensa para o Estado brasileiro e mais: está instituindo a prescrição intercorrente no âmbito da Justiça do Trabalho, o que até hoje não existia.

A prescrição intercorrente vai trazer a preocupação do Senador Hélio de que mesmo em execução iniciada...

(Soa a campanha.)

O SR. HUGO CAVALCANTI MELO FILHO – ...venha a prescrever por falta de ação, de providências do exequente ou pela inexistência de crédito a ser executado.

E isso é muito preocupante, não apenas a questão previdenciária, mas nas questões trabalhistas propriamente ditas, porque muitas vezes o juiz não encontra imediatamente bens que satisfaçam a dívida, mas, no curso dos anos, esses bens são encontrados e retoma-se a execução sem que haja prescrição intercorrente.

Agora, haverá prescrição intercorrente e mais: acaba-se a execução de ofício. O juiz não vai, de ofício, poder promover a execução. Vai precisar da provocação da parte interessada, do exequente, seja a Previdência Social, seja o trabalhador que busca na Justiça a reparação de prejuízos.

Quanto ao tempo médio, isso varia muito do propósito empresarial. Se é uma empresa idônea, por exemplo, a execução contra um banco, dificilmente haverá demora na execução. A demora pode haver na discussão da matéria de fundo – o recurso ordinário; eventualmente, concurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho. Uma vez que a sentença é a mesma haverá aí alguma demora ou poderá haver.

Mas na execução, não. A dificuldade e a demora, a Justiça do Trabalho, todos sabem, é...

Mas na execução, não. A dificuldade e a demora, a Justiça do Trabalho, todos sabem, é estatisticamente a mais célere de todos os ramos do Poder Judiciário, e os prazos para a execução são muito razoáveis, a menos que haja dificuldade na localização de recursos que garantam a execução trabalhista.

E, por fim, a pergunta diz respeito às ressalvas da associação em relação ao substitutivo e as sugestões para aperfeiçoamento. Em relação às ressalvas, acompanho mais uma vez o Senador Hélio José, piorou muito em relação aos servidores públicos, que, agora, se tornaram, como o senhor disse,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

os principais atingidos pela reforma. Nós, que já passamos por três reformas, não é? A primeira, a reforma administrativa, ainda na década de 90, a Emenda 41, a Emenda 47.

Basta dizer aos senhores: eu ingressei no serviço público por concurso aos 18 anos; depois, passei a juiz. Com 48 anos, eu me aposentaria, porque eram 30 anos de contribuição. Pela primeira reforma, eu passei para 53. Depois, passei para 60. Agora, vou passar para 65. Estou desistindo de me aposentar. Vou desistir de me aposentar, porque... E mais, tudo isso, como o Senador mencionou, mudando a regra no meio do jogo.

Quer dizer, eu podia fazer gol de cabeça. Agora, não. Só vale gol de pé. Enfim, estou dando o meu exemplo. Convenhamos que 48 anos é muito pouco para se aposentar. Sim. Ainda que eu tivesse trinta anos de contribuição, que é muito, mas, vamos dizer, 35 anos de contribuição, valendo qualquer idade para quem entrou no regime naquele momento, não é?

Mas, você, depois... Porque, quando,... Isso daria até dano existencial. Eu ingressei no serviço e na magistratura, com a perspectiva de, se quisesse, me aposentar aos 48, 50 anos. Agora não! Eu tenho que esperar os 65. Será que eu entraria, se eu pudesse voltar o tempo? Não sei! Não sei se eu entraria, para ficar até os 65 anos obrigatoriamente.

E a mitigação que foi feita é cosmética. Foi feita a cosmética. Nós costumamos dizer, na associação, que o Governo botou 50 bodes na sala e, depois, tirou 10, e ficaram 40 bodes. Mas os bodes estão lá! E é muito prejudicial, é muito incômodo, porque os critérios foram todos dificultados. A verdade é que o relator abriu aqui para as categorias que invadiram o Congresso Nacional, o que é uma coisa absurda. Quer dizer que quem institucionalmente lutou pelas medidas apropriadas para melhorar as condições não foi contemplado e quem quebrou aqui as portas, invadiu e.... Esses foram contemplados até com a exclusão. Isso é um contrassenso absoluto! O que demonstra a falta de norte nessa reforma previdenciária.

E, por isso mesmo, complemento as minhas observações, Sr. Presidente, respondendo ao item "b", dizendo que não há sugestões. Nós, como o senhor mesmo, defendemos a simples retirada do projeto. Esse projeto tem tudo nocivo, feito de afogadilho, sem a discussão necessária, desobedecendo a todas as normas internacionais sobre o tema, às convenções da OIT, das quais o Brasil é signatário, que se constituem, em nosso País, como normas supralegais, ainda que infraconstitucionais, que estão sendo desobedecidas pelo Congresso Nacional, na medida em que mudanças desse jaez só podem ser promovidas segundo essas normas subscritas pelo Brasil, depois de profundo debate social, porque nós teremos um percentual... Aliás, fala-se que 100 milhões de brasileiros serão atingidos por essa reforma; brasileiros que não foram minimamente consultados; brasileiros que são, em mais de 90%, contrários à reforma, e ela será feita na marra, porque, se ela vier a ser feita, será feita na marra por este Congresso Nacional, em um momento de dificuldade institucional terrível, de quase exceção democrática, o Governo





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de uma dificuldade institucional terrível de quase exceção democrática, o Governo quer implementar mudanças na área trabalhista e previdenciária que demandariam pelo menos quatro anos de debate ou mais para serem promovidas após um profundo debate social, com a oitiva dos interessados, dos atores sociais, enfim, de toda a sociedade brasileira, o que absolutamente não foi feito.

Então, o propósito da Associação Latino-Americana – eu diria dos juízes em geral – seria a simples retirada da proposta para que, se for necessária uma reforma, ela seja feita com base em discussão e em consenso, e não na marra, como se pretende fazer aqui.

Volto a agradecer a comissão pelo convite e a possibilidade de expressar aqui a posição da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho. Agradeço pela compreensão, pela paciência de V. Ex^a, dos demais integrantes e dos senhores que me ouviram. Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Dr. Hugo. V. Ex^a está já dispensado para poder fazer sua viagem. Muito obrigado pelas suas explicações. Fica aguardando a comissão até segunda-feira o seu envio. Muito obrigado, Dr. Hugo.

Quero primeiro registrar a presença do Sr. José Everson Nogueira Reis, Secretário Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Estado de Goiás, Sinjufego, e Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal, Ministério Público da União, Fenajufe. É isso? Muito obrigado pela presença. Seja sempre convidado para acompanhar as atividades. Sou goiano de Corumbá de Goiás e sei da importância do nosso querido Estado de Goiás, embora Senador por Brasília que sou. Mas sou de Corumbá de Goiás.

Eu quero também homenagear o nosso Dr. Rogério Nery, Diretor-Presidente da Vale do Rio Doce e Presidente anterior do Conselho da Vale do Rio Doce, que participou, uma semana antes da tragédia que o levou tão jovem, uma pessoa tão dinâmica, dessa vida na terra, aqui na Comissão de Infraestrutura de um debate amplo, no qual eu estava lá como membro da Comissão de Infraestrutura que sou, nesse debate construtivo. Sempre uma pessoa que nunca negou participar do debate, que nunca negou participar conosco nesta Casa das Instituições do Brasil.

Então, meu querido Octavio Bulcão, quero desejar-lhe muito sucesso. Eu sei que você também é um cara que me lembra um pouco o Nery, uma pessoa que não tem medo de encarar o debate, de conversar, de falar. Que Deus o tenha em bom lugar. Que a família dele seja abençoada. Que a Vale do Rio Doce nos ajude a ver nortes para a gente superar esta grave crise que passamos no nosso Brasil e que não aponte situação de penalizar os milhares de trabalhadores, que trabalham inclusive para a própria Vale no Brasil inteiro, notadamente em Minas, Pará e o resto do Brasil todo. E que essas respostas que vocês, da Vale, vão nos dar que não cabem nesses cinco minutos, pois precisam fazer





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

suas considerações, sua última fala, sirvam para a gente junto tentar construir uma proposta adequada para o nosso Brasil.

Então, com a palavra Dr. Octavio Bulcão, representante da Vale.

O SR. OCTAVIO BULCÃO – Gostaria de reforçar o compromisso de a Vale continuar contribuindo com o financiamento da seguridade social, com a manutenção da sua condição de regular fiscalmente e dizer que essa contribuição é expressiva na proporção de seu porte. Ano passado, como dissemos, representamos com o pagamento de R\$5 bilhões, a título de financiamento da seguridade social.

de financiamento da seguridade social.

Segundo a lista da PGFN com relação a débitos previdenciários, nós estamos aqui em uma lista, em uma posição de 22º lugar nessa lista, e essa lista traz quatro elementos de composição. E a CCL representa 50%, ou um pouco mais de 50% desse montante. E aí eu gostaria de fazer o registro, que esse valor já foi definido pelo Supremo Tribunal Federal como indevido, uma decisão de repercussão geral em que ele disse que não haveria retroatividade daquela mudança. Então, do remanescente, algo em torno de 300 milhões, são verbas, na sua maioria, discussões de divergências de interpretação, em que a Vale e empresas de porte similar e do próprio setor debatem no sentido do caráter remuneratório e indenizatório das verbas trabalhistas.

O Judiciário ainda não pacificou esse tema, então esse tema ainda está em andamento, aguardando um desfecho, e sempre que a Vale se faz presente em algum programa de parcelamento, por esse perfil de não deixar de recolher os seus tributos, apenas discutir algumas teses, ela o faz na condição de transação. A natureza do parcelamento para a Vale é sempre na condição de concessão recíproca. Quer dizer, no caso, o fisco coloca condições de diminuição de multa e juros. De outro lado, a empresa avalia a questão do tempo que esse litígio demanda, os riscos envolvidos de lado a lado e paga o principal de forma parcelada. Então, ela não faz uso dos programas no sentido de financiamento de débitos declarados e não pagos. Essa condição, no caso da Vale, não é presente.

Então, coloco enfim que a Vale procura cumprir, de uma forma bem rigorosa, os mandamentos legais, inclusive na questão das compensações. Ela não interpreta como possível, inclusive referendado pelos tribunais superiores, a condição de compensar tributos administrados pela Receita com verbas previdenciárias.

Enfim, eu gostaria de agradecer a oportunidade de fazer os esclarecimentos. Permaneço à disposição dos senhores para esclarecimentos adicionais e também, eventualmente, para um debate na construção de um novo modelo tributário que ataque também a causa desse estoque grande da própria previdência. Quer dizer, também temos a chance de entender onde está a origem e também,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

no ponto seguinte, as formas de efetividade da própria cobrança, que diz muito respeito à capacidade de patrimônio garantidor desse débito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso Dr. Octavio Bulcão. Bulcão mesmo! É que aqui nós tínhamos o Athos Bulcão, que é um artista de Brasília. Quem conhece o Distrito Federal sabe que, nos principais monumentos do DF... Inclusive eu acabei de vir de Taiwan, passei por Taiwan uma semana atrás, e o presente que eu levei para presentear todas as autoridades que encontrei em Taiwan foi exatamente obras de arte de Athos Bulcão, que é uma referência no Distrito Federal. É da sua família? Muito bom!

Vamos aqui ouvir o Dr. Sérgio Leme dos Santos, representante da Dedini S/A Indústrias de Base. É importante, Dr. Sérgio, o senhor entender que essa fase de recuperação judicial é uma coisa normal acontecer com qualquer empresa, os negócios vão bem uma época, o tempo pode ir mal, é normal. As respostas que V. S^a vai dar para nós são muito importantes, porque tem várias empresas nessa situação, e nós vamos ter saída, porque empresas, olha, você chegou a ter um porte de 5 mil, 6.400 empregados; hoje está com 1.200.

Então, quer dizer, isso representa quase 5 mil famílias, um desemprego que poderia até empregar, além dos indiretos, agregados que gera.

Então, quero cumprimentar V. S^a e dizer que esse ramo dos destilados, somente a região lá, que você representa, Pirassununga, Jaboticabal, essa região de São Paulo que virou exatamente uma indústria da cana, do açúcar – eu, que sou engenheiro electricista –, do aproveitamento global da biomassa, para gerar energia, para diminuir os gastos e coisa e tal, através da energia limpa da biomassa, do aproveitamento do bagaço da cana, da cogeração. Então, digo que é muito importante ouvi-lo e esse setor, porque o senhor é um âncora desse setor. Então, é importante estarmos aqui, neste debate.

O senhor com a palavra, 5 minutos.

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS – Agradeço, então, a oportunidade que tivemos aqui. Nós procuramos aqui mostrar um pouco do contexto das causas que levaram a essa situação. Sabemos que há um problema complexo e que é necessário realmente a composição de vários fatores, de várias partes da sociedade para resolver.

A recuperação judicial é um fator difícil para a empresa, principalmente em bens de capital, que precisa receber antes e entregar o equipamento, mas nós já avançamos bastante nesse tema, conseguimos fazer um plano, aprovar pelos credores e já estamos executando esse plano. E a contribuição que eu coloquei no início da apresentação seria que ela deveria contemplar também aspectos dos impostos tributários, para que possamos equalizá-lo de uma forma completa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou responder as perguntas aqui. Nós temos ações, lógico, são várias, de diferentes matérias, e vamos responder as perguntas de pronto, conforme foi solicitado. E agradeço, então, a oportunidade e a participação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Dr. Sérgio. Um abraço a todos os paulistas, porque paulistano é quem mora na capital, o senhor é de Piracicaba. Nosso prefeito, lá de Piracicaba hoje é?

O SR. SÉRGIO LEME DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Barjas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exato, Barjas! Muito bom! Então, um abraço lá para ele.

Nosso querido Benedicto Celso Benício Júnior Benício Júnior, representante da Marchesan Implementos e Máquinas. Quando eu vi sua apresentação, a Marchesan de onde que é, Benedicto?

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – A Marchesan é de Matão, (*Fora do microfone.*)

Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – São Paulo também!

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Interior de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bacana! Olha, Benedicto Celso Benício Júnior, esse setor é um setor, igual eu coloquei aqui, na minha fala, que era para estar na ponta, na crista da onda do desenvolvimento, porque o setor de agronegócio do Brasil é o que mais tem crescido ao longo do tempo. Então, para nós as suas respostas são esclarecedoras, embora você seja o menor devedor aqui hoje, nesta audiência. É importante para entendermos por que um setor que é tão pujante como o seu chega a essa situação, porque aí fica parecendo para o nosso público externo: "Não quer pagar porque quer fazer o jeitinho da malandragem para ficar livre de não pagar." E eu creio que não seja isso, porque é um empresa idônea, é uma pessoa que está aqui, inclusive, com a maior tranquilidade, representando essa empresa tão importante para o nosso País. Então, as suas respostas são importantes para esse setor e outros setores iguais ao seu, que estão na crista da onda, mas, de repente, estão tendo dificuldade para poder quitar seus débitos com o INSS

dificuldade para poder quitar seus débitos com o INSS, o que leva a uma crise que, de repente, ele pode superar.

Então, com a palavra o Dr. Benedicto Celso Benício Júnior.

Esse Benedicto é italiano, com esse c mudo aqui?

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – É italiano.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – De Matão, São Paulo.

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor.

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de prestar esses esclarecimentos.

A Marchesan é uma empresa idônea, é uma empresa familiar. É importante frisar que hoje vem cumprindo regularmente com todas as suas obrigações, o seu estoque de dívida já foi pacificado.

Eu falava da importância regional da Marchesan – o senhor não estava aqui. Tem 2 mil funcionários e a intenção sempre foi de pagamento. Hoje, para o senhor ter uma ideia, essa dívida é uma dívida já antiga, que será detalhada minuciosamente nas respostas dos ofícios, mas hoje, dessa dívida, mais de dois terços são consecutórios, juros, correção, o que dificulta o cumprimento e o pagamento disso. Você tem que cumprir não só o pagamento da dívida passada, como da dívida corrente. Essa história de não mudar o jogo no meio do campeonato está acontecendo agora com relação à Previdência. Estamos migrando agora, em julho, da receita bruta para a folha, e a folha nossa é muito expressiva: a nossa contribuição vai saltar de R\$1 milhão por mês para R\$3 milhões por mês, apesar de haver uma garantia legal de que isso não aconteceria ao longo do ano-calendário. Então, tudo isso vai dificultando o cumprimento das obrigações.

A concorrência é muito grande, as margens são muito apertadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Máquinas agrícola, implementos, colheitadeiras, tudo aquilo que vai conectado nos tratores, e há uma concorrência muito grande. A empresa é muito antiga, tem um passado, uma folha muito expressiva e altamente capacitada – são mais de 2 mil funcionários –, e tudo isso é base de cálculo dessas contribuições previdenciárias.

E o que a Marchesan anseia e almeja é a regularização para voltar a ter acesso a esse capital.

É importante frisar, deixar a colaboração aqui, para que, de fato, as autoridades tributárias consigam entender quem são os devedores: aqueles que utilizam de leis de parcelamento como forma de postergação dos seus compromissos daqueles que se utilizam dessas leis como forma de regularização do passivo e de impulsionamento do seu próprio negócio, que é o caso da empresa aqui, uma empresa idônea, uma empresa regular e que almeja voltar para esse momento. Estamos hoje estudando aderir ao PERC, com grande dificuldade nessa adesão, porque hoje há essa história da antecipação, isso é novo. Antecipação são 20% do pagamento à vista, e, desses 20% do pagamento à vista, dois terços são muitos juros. Então, tudo isso começa a dificultar o cumprimento das obrigações regulares.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Sr. Presidente, finalizo a minha fala, deixo o Projeto de Lei 5.082, de 2009. Esse projeto de lei tratava de um programa de transação tributária de acordo com a capacidade contributiva de cada contribuinte, era uma forma de recuperação com a participação das autoridades fazendárias. Então, reputo muito importante isso, porque, de fato, a autoridade poderia entender e separar que contribuinte está tratando e salvar aquele contribuinte que precisa ser salvo. Não podemos matar a entidade produtiva, não podemos matar uma empresa que tem 2 mil funcionários desde 1946. Ela precisa contratar mais. Precisa crescer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR – Vai voltar certamente a essa capacidade. Agora, hoje a autoridade tributária não tem condição de negociar com o contribuinte – não há lei para isso, tem que sair desta Casa – e entender que, se o contribuinte quer pagar, precisa pagar e tem uma capacidade contributiva para esse pagamento, tem que ser de acordo com a capacidade dele, porque ele tem os outros compromissos por mês, os outros tributos para pagar também.

Então, é nessa linha que gostaríamos de deixar essa contribuição, entendendo que esse projeto de lei seria uma forma de trazer recurso aos cofres públicos e minimizar esse déficit também. Está certo, Sr. Presidente?

Muito obrigado e vamos responder e atender todas as intimações

Muito obrigado e vamos responder e atender todas as intimações deste Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer aos nossos convidados, eu sei que foi bastante esclarecedora esta audiência pública.

Com certeza, as respostas de todos vocês serão muito bem aproveitadas no relatório final a que nós vamos proceder aqui nesta Comissão e vão ajudar o Brasil a superar essas dificuldades que vivenciamos momentaneamente.

Eu, sinceramente, sempre sou do que melhor, do que pior, melhor nunca... Sempre defendo que temos que melhorar a situação e tentar construir saídas. E é o que aqui estamos tentando e apresentar para o nosso País.

Eu, como Senador da República nesta Casa, como servidor público concursado, 30 anos de servidor público concursado – 30 anos não, bem mais de 30, quase 35 de servidor público –, posso dizer que o Estado não é nem para dar lucro, nem para dar prejuízo: o Estado é para fazer o equilíbrio, a interface entre o privado e o Estado. É por isso que o servidor público está aí, está para fazer essa intermediação, atender bem, encaminhar de forma adequada as questões, de forma célere, para não haver problema. Isso em todas as esferas: Judiciário, Executivo – onde eu sou concursado público





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

federal do MPOG – e o Legislativo – onde eu sou hoje Senador da República, nesses quatro anos: dois passados e dois até fevereiro de 2019, com meu mandato de titular nesta Casa.

O legado que me interessa deixar é que temos condições de construir um Brasil melhor, um Brasil que gere mais emprego, que gere mais oportunidade, que tenha uma gestão adequada, que respeite as leis, que realmente ouça, que priorize a democracia, que faça atitudes interessantes, como foi feito ontem pelo Presidente da República, que, mais uma vez, elogio, por ter nomeado a Raquel Dodge, reconhecendo a importância das mulheres.

Essa reforma como está, por exemplo, começou de forma muito drástica com as mulheres, com servidoras mulheres. Quantas colaboradoras vocês têm na empresa de vocês? E as mulheres têm especificidades, porque, além de cuidar do lar, cuidam do provimento, que é gerar emprego, trabalhar, ter jornada dupla, tripla de trabalho, o que não é fácil. Desse modo, não é possível comparar previdenciariamente a situação de uma mulher com dupla ou tripla jornada de trabalho com um homem normal. Não dá para comparar o ser humano que é submetido a uma mina de carvão, com aquela dificuldade respiratória terrível, com um ser humano normal, que é submetido a um escritório ou uma linha de produção que não seja periculosa ou que não seja insalubre, que tiram a idade da pessoa, que tiram a condição de saúde das pessoas.

Então, precisamos ter critérios, ter cuidado.

Outra: não dá para sobrepor regras em andamento e acordos já feitos. Acordo é acordo; bom ou ruim, acordo, se foi feito, tem que ser cumprido. As pessoas têm que medir tudo que medir antes de fazer acordo. Fez acordo, não pode, depois, no meio do jogo, querer quebrar a regra do acordo, que é o que está sendo feito contra o servidor público.

Então, eu conclamo todos os servidores públicos do Brasil, do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. Mobilizemo-nos, mostremos que não temos nada a ver com essa reforma da previdência. Inclusive, o regime próprio

Então, eu conclamo todos os servidores públicos do Brasil, do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. Mobilizemo-nos, mostremos que não temos nada a ver com essa reforma da previdência. Inclusive, o regime próprio da Previdência Social está com sua conta decrescente a cada ano – exatamente ao contrário dos demais –, porque, com a mudança que foi feita em 2014, com a definitiva criação da Previc, as contas do servidor público, do RPPS, cada vez diminuem e a Constituição brasileira diz que as contas do RGPS não se somam com as contas do RPPS.

E outra mais grave: militar é dever de todos nós, é dever do setor produtivo, é dever do Legislativo, é dever do Executivo, é dever do Judiciário sustentar; todo mundo tem que sustentar seus militares, no mundo inteiro é assim. Então, o Estado, via Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é que tem que garantir a questão dos militares, e não querer jogar na conta da Previdência, para forçar um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

falso déficit da Previdência. Pode pegar contas erradas, preservar uma PNAD que demonstra serem totalmente equivocadas as contas, como foi demonstrado aqui, na última audiência, pelos atuários.

Então, é nesse tipo de incoerências que o Presidente Temer está sendo vítima de alguns assessores que estão encaminhando a coisa de forma equivocada. Eu falei isso para ele. Eu, sinceramente, tenho o maior respeito por ele, uma pessoa que dialoga, conversa, ouve todo mundo, tem experiência, foi Presidente da Câmara por muito tempo. As coisas precisam tomar os eixos.

Então, eu acho que a proposta do Dr. Juiz do Trabalho de retirar a reforma da previdência, fazer um grande pacto social de discussão com o setor produtivo, com o setor público, com o setor privado, com a sociedade em geral para arrumarmos saídas, porque é uma coisa que aflige todo o brasileiro – não aflige um, não aflige dois, não aflige três, aflige todos: o rico, o pobre, o mediano e até o sem condição nenhuma, todos estão envolvidos, porque há a assistência social, que é para socorrer as pessoas que estão na situação totalmente contraditória...

A nossa Constituição cidadã, a Constituição construída em 1988, quando definiu critérios de seguridade social, visou exatamente a isto: assistência, saúde e previdência, conta única, constando todos esses impostos e coisas que a Constituição previu, essas contas que não são para fazer superávit primário, que não são para fazer jogada de juro, não são para fazer jogadas econômicas, são para resolver o problema do povo brasileiro. E é isso que eu tenho certeza de que pelo menos nós, a nossa Bancada do PMDB, estamos discutindo com o nosso Governo, para que consigamos ter uma construção mais adequada. Esperamos que, com a contribuição de vocês, que são do setor produtivo, representantes executivos importantes, consigamos chegar.

Vamos esperançosos para que consigamos avançar.

Devemos suspender os trabalhos desta CPI no dia 13 de julho e retornar em agosto, para talvez até... O tempo final nosso é outubro ou é novembro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dia 8 de setembro? Não, mas é dessa aqui. E com a prorrogação... A prorrogação é de quatro meses, que é a previsão no Regimento.

Então, até o final do ano, pretendemos, de fato, ter uma proposta discutida com todos os setores, porque aqui estamos chamando todos os setores para ouvir: os intelectuais, os estudiosos, os catedráticos, os atuários, os auditores fiscais do trabalho, os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, os procuradores federais da Fazenda, o setor produtivo dos vários ramos – bancário, financeiro, industrial, comercial, frigorífico etc. Estamos chamando aqui juizes, legisladores, de modo que estamos tentando fazer aqui uma verdadeira discussão ampla. Vamos estar com a presença aqui do





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rachid, da Receita Federal; do Presidente do INSS, Dr. Leonardo Gadelha, que acabei de encontrar na sessão em que estive o Presidente da Previc, Dr. Fábio, e o Secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Já estivemos com a presença da AGU, já estivemos com a presença da PGFN, quando discutimos essas questões todas, já estivemos com a presença da STN, da SOF (Secretaria de Orçamento Federal da União), com o intuito de trabalhar de forma harmônica para apresentar uma proposta, sem fazer firula, como vocês viram aqui, sem ficar fazendo chacota, sem desrespeitar ninguém e procurando ter certeza de uma coisa: estamos trabalhando para apresentar uma proposta para o Brasil, para todos, indistintamente, para que possamos, de fato, ter um amanhã melhor para nossos empresários, para o nosso setor produtivo, para o nosso setor comercial, para todo mundo, para o pobre e principalmente para o consumidor, porque o grande cliente de vocês é o consumidor, que vai usar o produto da indústria que vocês produzem.

Não havendo mais nada a tratar, consideramos encerrada esta CPI da Previdência por hoje.

Até a próxima segunda-feira, na reunião nossa às 9h da manhã, quando estaremos ouvindo o setor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Opa, segunda-feira às 14h30, quando estaremos ouvindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O setor do comércio.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 20ª REUNIÃO DA CPI DA PREVIDÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia três de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a CPI da Previdência com a presença dos Senadores Hélio José e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Lasier Martins, João Capiberibe e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar Audiência Pública com os convidados do Requerimento nº 140/2017-CPIPREV. **Participantes:** Paulo Pompilio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição; Geraldo Roberto Gomes, Representante da Megafort Distribuidor Importação e Exportação Ltda. Ana Celia Fidalgo da Silva, Superintendente Executiva Jurídica das Lojas Americanas. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da CPI da Previdência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/03>





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 161, de 2017, de nossa autoria e de outros 61 Senadores para investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo, com precisão, as receitas e as despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os convidados indicados no Requerimento nº 140, de 2017.

Convido, de imediato, a tomarem lugar à mesa os Sr. Geraldo Roberto Gomes, representante da Megafort Distribuidor Importação e Exportação Ltda. Seja bem-vindo!

A Srª Ana Celia Fidalgo da Silva, Superintendente Executiva Jurídica das Lojas Americanas. Seja bem-vinda também!

Chamamos o Sr. Paulo Pompilio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição.

Sejam todos bem-vindos!

Só para situar todos, nós fizemos, como sempre, uma pequena introdução.

Hoje teremos a 20ª Reunião da CPI da Previdência. Novamente, esta CPI reúne em sua Casa alguns grandes devedores da Previdência Social, conforme dados fornecidos pela Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda.

Em matéria de devedores, esta deve ser a quarta ou a quinta reunião em que vieram aqui os expositores. Todos que vieram até o momento – e vamos ouvir os senhores – foram naquela linha – não vou ler o que está aqui – que diz, mais ou menos o seguinte: devo, não nego, agora tem de ver como pago. E aí apontam que há um litígio, que está na Justiça esse debate, para ver como a Justiça vai definir.

Há preocupação de todos nós, por exemplo, com o setor de educação e a sua inter-relação com forma de arrecadação e as isenções por meio das entidades filantrópicas, ao qual o setor de educação tem grande fatia. Na verdade, mostram que, no encontro de contas entre bolsas que eles dão aos estudantes e a dívida com a Previdência teriam até de receber, em alguns casos. A preocupação nossa é que, na verdade, quando a bolsa é dada, quem está pagando são os trabalhadores, porque, a partir do momento em que se usa o dinheiro da Previdência... Que a bolsa é importante é claro, mas que seja a União que a pague e não, a contribuição de empregados e empregadores. Essa é uma das preocupações.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Grandes frigoríficos: alegam que possuem crédito tributário, que não são compensados para as obrigações previdenciárias e que foram para a Justiça. Foram na mesma linha também, o que nos preocupou muito.

Os maiores bancos brasileiros estiveram aqui – o Itaú, o Bradesco, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Bancos que afirmam, quase em uma única voz, que cumprem a legislação e que há um grande questionamento, o entendimento de que a verba remuneratória, que cabe ao pagamento das contribuições previdenciárias, das verbas indenizatórias onde esta contribuição não se aplica. A maioria disse, em resumo – não li o texto todo que está aqui; só o li por cima –: nós não temos apropriação indébita. Nós pagamos a parte... Recolhemos dos empregos e pagamos."

Há uma denúncia gravíssima aqui – claro que não são todos – de que o setor empresarial fica com 25 bilhões por ano, que arrecada do trabalhador e não repassa pela Previdência. Dados que vieram oficialmente, naturalmente. E temos o nome de todo esse pessoal que está fazendo isso. Alguns diziam sim, outros diziam que não, mas ninguém assumir que cometia o crime de apropriação indébita. Mas não é só isso. Tem de cumprir também com a parte do chamado empregador, que são aqueles 20% sobre a folha, ou, em alguns casos, de 1,5%, 2% sobre faturamento.

Sector da indústria: mais uma vez ouvimos afirmações sobre a crise financeira e a deficiência na...

... e a deficiência na forma de cobrança por parte do Governo. Eu diria que os argumentos são quase os mesmos.

A preocupação que nós temos também é a incapacidade de gestão dos governos. O que a gente percebe ao longo desses debates de que estamos participando – não só agora; eu digo quase que ao longo das nossas vidas – é que foi desmontado o sistema de fiscalização e arrecadação. E não estou me referindo a governo nenhum. Aqui, para mim, o debate não é ideológico e muito menos político-partidário.

Sempre disse a todos e repito hoje: vocês são nossos convidadas, para a gente avançar neste debate.

Na verdade, os auditores fiscais, o Romero poderia até ajudar, devem ser em torno de 2 mil hoje; deveriam ser quase dez mil. Os procuradores da Fazenda falam que estão em torno de pouco mais de dois mil, e deveriam ser, no mínimo, cinco mil, para que eles pudessem operar a arrecadação, a fiscalização, entrar com os processos. E isso não acontece. Esta CPI, com certeza, no final, há de apontar caminhos de uma estrutura decente – porque esta é indecente – de cobrança e fiscalização daqueles que deixam de pagar corretamente a previdência, levantando cada um os seus argumentos.

Enfim, as falas indicam que temos um problema sério de gestão nos recursos da previdência, tanto na esfera de arrecadação como também na caracterização e efetivação das despesas. Usa-se o dinheiro para tudo, menos para pagar corretamente os aposentados. O sistema, parece, foi





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deliberadamente feito, para que não se consiga efetivar de forma transparente os reais devedores do sistema, separando os processos administrativos e os já judicializados. É muita incoerência!

Eu diria que, com este conjunto de documentos que temos aqui, já precisaríamos contratar uns 30 trintas assessores para cuidar dos documentos que recebemos de todos os lados, do Tribunal de Contas da União, Ministérios da Fazenda, Planejamento, Previdência, Receita Federal. É muita coisa!

Hoje, claro, vamos ouvir também os senhores.

Quero reafirmar que cumprimento aqueles que aqui se fazem presentes – não vou repetir os nomes –, mas faço a crítica que tenho feito àqueles que não vêm e não justificam. Foram convidadas as seguintes empresas: Elmo Calçados e Supermercados Vianense, e não vieram. A gente, da forma que tem adotado nesta CPI... Sempre digo que nesta CPI ninguém está a procura de holofotes, e esse é objetivo desde o início. É só esclarecer os fatos e buscar a verdade. Nós vamos convidá-los mais uma vez e, se não vierem, vamos convocá-los. Aí será convocação mesmo. Eles terão de vir de uma forma ou de outra. Como diz aquela frase antiga, a gente convence pelo amor ou pela dor.

Eu, se fosse eles, eu viria, até porque vocês sabem a forma como a gente trata aqui os convidados. Nenhum de vocês aqui, com certeza, será tratado de forma desrespeitosa; pelo contrário. De cara eu agradeço pela presença dos representantes convidados.

Claro que nós faremos... Às vezes, quem está assistindo diz: "Esta CPI está muito frouxa! Não bate duro nos devedores." Pessoal, são dois momentos, e isso eu tenho de esclarecer para vocês e para eles – inclusive o Relator vai encaminhar a todos perguntas por escrito. São dois momentos: neste primeiro, momento nós vamos ouvir vocês, mas, no segundo momento, mediante as respostas às perguntas que vocês vão remeter por escrito, vêm Receita Federal e os Procuradores da Fazenda. E vamos fazer a checagem das informações.

Serão até convidados, se quiserem fazer o debate; três em uma posição e três vinculados aos órgãos que nos passam as informações.

É importante que todos saibam disso, pela importância das respostas que vocês vão nos dar aqui neste momento – eu sei que todos estão conscientes disso – ou mesmo por escrito, no segundo momento.

Já falei demais. Eu gosto de falar pouco, ainda mais na abertura.

De imediato, eu passo para o Relator, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente Paulo Paim. V. Ex^a sempre é muito bem ouvido, e as suas falas nunca são demais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero cumprimentar todos os convidados presentes e o nosso público que está nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado.

Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta CPI, esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social, a CPIPREVI do Senado Federal foi criada com o objetivo de investigar a contabilidade da Previdência Social e apurar se o déficit anunciado pelo Governo Federal, como justificativa para implementação de uma ampla reforma no sistema previdenciário brasileiro, corresponde à verdade dos fatos.

Nas audiências que foram realizadas, podemos observar o seguinte:

A) existe uma divergência conceitual sobre quais as receitas tributárias financiam a previdência social no Brasil. Nas apresentações realizadas perante esta Comissão por inúmeros especialistas, ficou claro que a contabilidade previdenciária é elaborada a partir de convicções governamentais e não, no estrito postulado legal e constitucional sobre esse tema, o que faz crer que o alegado déficit para o ano de 2017, que é anunciado como sendo mais de R\$131 bilhões, torna-se questionado e insubsistente.

B) ao excluir receitas oriundas das contribuições sociais que potencialmente deveriam financiar a previdência social, conjuntamente com as demais áreas da seguridade, como a Cofins, a CSLL e as receitas do PIS/Pasep e loterias, apura-se um resultado orçamentário negativo, com a intenção clara e inequívoca de induzir a aprovação de uma reforma previdenciária, que, tudo indica, é equivocada.

C) ainda mais grave é que o modelo de cálculo agrega, na contabilidade previdenciária, despesas que, em tese, deveriam ser financiadas com recursos do orçamento fiscal e não, do orçamento da seguridade social. Assim, infla-se a despesa, fazendo crer a toda sociedade que o sistema previdenciário social brasileiro está em colapso e que sua solvência depende de uma reforma do sistema.

D) Também ficou demonstrado que os estudos apresentados, no que se referem aos dados demográficos de expectativa de vida e de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), são frágeis e desprovidos dos critérios técnicos que deveriam nortear qualquer discussão que envolva deliberação sobre o futuro da proteção social que todos desejamos.

F) Preocupam sobremaneira as consequências que a reforma previdenciária, tal como foi apresentada, possa trazer ao sistema da Previdência Social, que, todos nós sabemos, é construído sobre uma complexa base de vasos comunicantes que, se obstruídos ou interrompidos, poderão levar ao comprometimento da arrecadação, ocasionando uma verdadeira isquemia hemorrágica de importantes receitas oriundas de contribuições sociais que muitos desejam ver suprimidas, reduzidas ou comprometidas com anistias e refinanciamentos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

G) O sinal de austeridade, quando é propagado como necessidade emergente da política fiscal e econômica de um país, não pode ter como finalidade a seletividade de sacrifícios sociais, mas a distribuição ampla de suas representações sociais e econômicas, de tal forma que possa ser absorvida com menores impactos, especialmente para aqueles mais desprotegidos.

H) Nessa perspectiva é que esta CPI tem atuado, pois já é possível observar que a Previdência Social saneada de inúmeros descompassos e com melhor gestão é capaz de ser financiada, inclusive com menores encargos para os empregadores brasileiros.

Por isso é que nós aqui somos propositivos. Por isso é que nós aqui, quando o Senador Paulo Paim fez um relato dos devedores dos vários segmentos, estamos apontando algumas saídas possíveis para superar essa questão, saídas, obviamente, constitucionais, saídas, obviamente, que garantam o encontro correto de contas e não o encontro fictício de contas, que não pode ser feito.

I) Aliás, os próprios empregadores e empresários brasileiros que se esforçam para manter organizados os pagamentos de suas contribuições sociais deveriam ser os primeiros a exigir equidade e igualdade de tratamento, impedindo que os empresários e empregadores que atuam de má-fé comprometam a nossa economia com práticas abusivas e concorrência desleal, a partir de posturas irresponsáveis no que concerne à arrecadação, na expectativa de que o Governo Federal e este Congresso Nacional possam ser sempre condescendentes com a reiterada inadimplência tributária.

Isso, lamentavelmente... Vocês são do ramo do comércio e, por isso, sabem que, no interior, os irmãos de vocês bem menores do que vocês sobrevivem muitas vezes da aposentadoria das pessoas, que movimenta o comércio da maioria das cidades brasileiras, principalmente no interior, mas também nas capitais – aqui em Brasília também: quando todo mundo recebe, há uma movimentação global, no Pão de Açúcar, nas Americanas e na sua loja. Qual é mesmo o nome dela?

O SR. GERALDO ROBERTO GOMES (*Fora do microfone.*) – Megafort.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Prossigo:

J) Também podemos observar que a legislação tributária brasileira é repleta de contradições e de brechas que facilitam a sonegação e a discussão do débito tributário com a utilização de inúmeros mecanismos processuais e de ordem legal que visam estabelecer, por assim dizer, uma espécie de planejamento tributário às avessas, onde o foco deixa de ser... ..onde o foco deixa de ser a exploração eficiente do negócio e passa a se concentrar na administração de hipotéticos créditos tributários oriundos da discussão exagerada da aplicação da lei tributária, sempre falha para esses contribuintes.

Lamentavelmente isso ocorre, por isso é que nós precisamos, de fato, de uma reforma tributária. Nós temos consciência disso e queremos apontar algumas coisas no final desta CPI.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A previdência social, assim como outras áreas públicas e estatais, precisa que todos paguem para que todos paguem menos e possamos alcançar maior desenvolvimento para o País a partir do impulso também do investimento público, especialmente em áreas críticas, como as políticas sociais básicas e o investimento em logística, energia e segurança.

Por fim, a constatação de quase completa impunidade daqueles que cometem crimes contra a Previdência Social, como a sonegação e a apropriação indébita, um crime arraigado mas muito pouco combatido. Não que o objetivo seja criminalizar a arrecadação, mas agir para que sequer esses potenciais crimes sejam tentados, efetivados ou sistematicamente atenuados e perdoados via medidas legislativas.

Este é um pequeno resumo de algumas conclusões que eu adendo tranquilamente às que o meu nobre Presidente aqui colocou com relação aos devedores, que estão sendo construídas a partir de elementos técnicos coletados em diversas audiências e requerimentos de informações respondidos perante esta CPI. Fiz questão aqui de não discorrer muito sobre a questão demográfica porque constituímos um grupo especialmente para tratar desses números da Pnad, da questão demográfica, porque está claro, está provado que há um desencontro total dos números com relação a esse setor. Por isso, nós constituímos um subgrupo aqui para tratar e fazer um capítulo sobre Pnad, sobre conta demográfica e sobre essas previsões colocadas de forma errônea na forma da justificativa da lei.

Hoje ouviremos a manifestação de vários convidados. Estão conosco o Sr. Geraldo Roberto Gomes – já falamos aqui –, representante da Megafort Distribuidora Importação e Exportação Ltda.; o Sr. Paulo Pompílio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição; e a Sr^a Ana Célia Fidalgo da Silva, Superintendente Executiva Jurídica das Lojas Americanas.

Lamentamos, como foi dito, a ausência dos vendedores de calçados – Alvaro Calçados – e do Supermercado Vienense, que foram devidamente convidados – todos foram convidados conforme a ordem da PGFN de dívidas com o Tesouro Nacional, não há ninguém aqui que esteja fora dessa sequência.

O nosso objetivo, prezados senhores e senhoras convidados, é ouvir os argumentos dos maiores devedores da Previdência Social por segmento econômico de forma que possamos, sem nenhum prejulgamento, entender quais as razões do enorme endividamento tributário dessas instituições e como chegaram a tal situação, em especial no caso do setor do comércio, que V. S^{as} aqui representam.

Por essa razão, informo aos senhores e às senhoras que, em virtude de expressa disposição regimental, na audiência de hoje V. S^{as} poderão prestar esclarecimentos na condição de convidados desta CPI. Nessa condição, sintam-se à vontade para prestar as informações que julgarem ser necessárias à melhor compreensão dos fatos, manifestando-se com honestidade, uma vez que esta CPI poderá, se for o caso, promover a apuração da veracidade das declarações aqui prestadas. Por isso insistimos que as informações e declarações trazidas à CPI sejam fidedignas, evitando uma eventual





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

convocação na qual V. S^{as}, aí sim... ...convocação na qual V. S^{as}, aí sim, seriam inquiridos não mais como convidados, mas como depoentes.

Todas as perguntas de V. S^{as} foram encaminhadas por escrito – se não as receberam, estarão recebendo daqui a um minutinho – e terão até a próxima audiência pública, que ocorre na próxima quinta-feira, às 9 horas, para encaminhar as respostas para a nossa assessoria.

Esse discurso que aqui fiz e o que Paulo Paim fez no início estão à disposição de vocês também no nosso *site* da CPI, à disposição de todos – basta acessá-lo que vocês os encontraram na íntegra. Tenham a mais absoluta certeza de que o nosso tratamento sempre será cordial com todos os convidados, oportunizando o tempo necessário para que as informações requeridas possam ser prestadas com tranquilidade.

Esperamos que esta audiência de hoje contribua para o trabalho legislativo da CPI.

Muito obrigado, meu nobre Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José. Cumprimento V. Ex^a, que está melhorando seu poder de síntese. Logo que começamos, ambos falávamos o dobro do que falamos hoje, viu? Os convidados estavam esperando, mas nós estamos aprendendo, nosso poder de síntese está melhorando. Meus cumprimentos, viu? V. Ex^a está a cada dia mais tranquilo no seu encaminhamento, à altura da responsabilidade de sua relatoria.

Passamos a palavra ao representante da Megafort Distribuidora Importação e Exportação Ltda., Sr. Geraldo Roberto Gomes.

O SR. GERALDO ROBERTO GOMES – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais componentes da Mesa, senhores convidados.

A Megafort é uma empresa que está no mercado há 19 anos. Nós atendemos o pequeno varejista nos Estados de Minas, São Paulo, Rio, Goiás, Tocantins e Maranhão. Estamos inadimplentes, realmente, afetados por essa crise econômica, e existem dois fatores determinantes para o segmento atacadista, que são os seguintes.

De 2012 para cá, o crescimento do segmento de atacarejo não tem uma legislação brasileira específica. Ele retira o pequeno varejista do atacado – o distribuidor que faz a entrega na porta – e a expansão das grandes redes pelo interior, onde é o nosso mercado e o nosso foco. Não conseguimos fazer uma concorrência com esses dois concorrentes de peso que temos hoje, principalmente em Minas Gerais. Além disso, há a informalidade, que é crescente, e vemos uma omissão das autoridades fiscais na fiscalização.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, do nosso ponto de vista, no setor atacadista, esses são os três problemas principais que temos, que afetam o segmento do atacado. Nos últimos 12 meses, temos feito todo um trabalho de reorganização para colocar a casa em ordem. Buscamos uma assessoria junto à Falconi e à Fundação Dom Cabral, a empresa não está parada. Estamos buscando o que há no mercado, estamos nos reinventando para colocar a casa em ordem e regularizar todas as questões fiscais da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ouvimos o Sr. Geraldo Roberto Gomes, representante da Megafort Distribuidora Importação e Exportação Ltda., que resumiu em três pontos a situação da empresa. Não negou a dívida, mas falou da situação em que a mesma se encontra.

Passamos a palavra agora ao Sr. Paulo Pompílio...

Passamos a palavra agora ao Sr. Paulo Pompílio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição.

O SR. PAULO POMPILIO – Exmº Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Exmº Sr. Relator Senador Hélio José, senhoras e senhores, boa tarde.

Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu gostaria de fazer uma apresentação, que trouxemos, que vai ajudar bastante a esclarecer a nossa situação.

Primeiro vou explicar um pouquinho o que é a CBD, o que é o Grupo Pão de Açúcar, do setor alimentar.

Eu não estou com o controle aqui. Acho que vou pedir um auxílio para ir mudando.

Nós somos um *player* alimentar multiformato. Temos bandeiras conhecidas – como Pão de Açúcar e Extra –, cada uma delas no seu segmento. O Pão de Açúcar tem lojas que atendem as classes A e B; o Supermercado Extra atende todo mundo, há os hipermercados; os segmentos de proximidade crescem bastante – são os minimercados Extra e o Minuto Pão de Açúcar; o consumidor, cada vez mais, tem menos tempo e quer lojas mais próximas –. e nós temos um segmento que cresce bastante, que é o atacado de autosserviço, que é o Açaí, um segmento bastante importante e que também vai muito na linha de atender os pequenos comerciantes, restaurantes e também o consumidor final.

Por favor.

O nosso tamanho hoje.

Nós estamos faturando 45 bi – para 2016. Nós temos 1.135 lojas. São 1.800 mil metros quadrados de área de vendas, 91 mil funcionários. E aqui se percebe que tivemos uma pequena redução, que é reflexo dos desafios econômicos que nós estamos vivendo. Em 2005 nós éramos maiores em termos de número de funcionários do que em 2016. São 23 centros de distribuição, 600





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

milhões de tíquetes que clientes passam para a nossa loja – é um volume bastante grande – e estamos em 19 Estados.

Por favor.

Isso aí é a nossa presença. A nossa maior concentração é no Sudeste, depois no Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul. Temos presença nacional e temos a obrigação de distribuir mercadorias e serviços para toda a população brasileira.

Agora vou fazer referência ao convite que nos foi feito.

A CBD não possui débitos exigíveis perante a União – isso é bastante importante. A CBD nunca deixou de pagar um tributo para gerar caixa, isso não existe na nossa gestão. Sempre que entendeu que a cobrança era indevida ou inconstitucional, ela buscou seus direitos. É dessa forma que trabalhamos. Então, de forma alguma consideramos que a empresa esteja inadimplente com a União.

Por favor.

Agora, referência aos quadros que foram apresentados, que devem ser os quadros em relação aos quais vocês têm informação.

São dois quadros.

No passado pela PGFN, nós temos uma dívida de R\$ 1,3 bilhão. O que é importante? A situação atualizada conforme a consolidação manual do Refis mostra que 72% daquele valor já estão parcelados e devidamente pagos em dia. Então, nós já estamos pagando isso. O que nos resta? Apenas 28%, que são os R\$364 milhões, que estamos discutindo. Isso é algo importante, porque nós não temos nenhuma dívida, está tudo sendo discutido.

Por favor, o segundo quadro.

A CBD está regular em suas obrigações tributárias, não havendo qualquer débito em aberto perante a União.

Parecer da PGFN emitido em 22/6 atesta a regularidade dos débitos inscritos em dívida ativa. Então, nós continuamos com o certificado. Tudo o que está ali está resolvido, e nós vimos cumprindo rigorosamente as nossas obrigações.

inscritos na dívida ativa contam com garantias para honrar seu pagamento?

Isso você até já respondeu. Você vai colocar isso por escrito também.

3) Em 2013, o STF proclamou o resultado do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.588, declarando, com eficácia *erga omnes*, ou seja, com efeito para todos,





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou efeito vinculante, que a regra prevista no *caput* do art. 74 da Medida Provisória (MP) 2.158-35, de 2001, que prevê a incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os resultados de empresas controladas ou coligadas no exterior na data do balanço no qual tiverem sido apurados, aplica-se às controladas situadas em países considerados paraísos fiscais, mas não às coligadas localizadas em países sem contribuição favorecida, que não são os paraísos fiscais.

Ante o exposto, pergunto a V. S^ª:

a) a Companhia Brasileira de Distribuição possui uma dívida com a Seguridade Social no valor de R\$8,17 milhões, referente à CSLL. A justificativa para esse montante está relacionada a algum tipo envolvendo os resultados econômico-financeiros de empresas controladas ou coligadas no exterior?

b) No período de 2012 a 2016, segundo dados do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais)...

Aí vem aquela pergunta com base na Rais, ao ver a tabela. Considerando a tabela da Rais, vêm as perguntas para o grupo Pão de Açúcar:

a) nos últimos cinco anos, de acordo com a Rais, quais foram os valores da massa salarial dos empregados comunicados pela Companhia Brasileira de Distribuição?

b) Dos valores comunicados na Rais, considerando os últimos cinco anos, quais os montantes arrecadados de contribuição previdenciária devida pelo empregado?

c) Dos valores comunicados na Rais, considerando os últimos cinco anos, quais os montantes arrecadados de contribuição previdenciária devida pelo empregado foram realmente repassados à União?

Essas são as perguntas.

4) Sabe-se que a Lei nº 8.212, de 1991, inciso IX do art. 30, estabelece a solidariedade entre as sociedades empresariais que participem de grupo econômico, como é o caso da Companhia Brasileira de Distribuição e do grupo Casino, no que diz respeito às obrigações para a Seguridade Social.

Diante do exposto, pergunto a V. S^ª:

a) quem é o controlador do grupo econômico do qual a Companhia Brasileira de Distribuição faz parte?

Creio que seja o Casino, mas V. S^ª vai responder por escrito.

b) Quantas e quais são as empresas que integram o grupo econômico do qual a Companhia Brasileira de Distribuição faz parte?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

c) Por quais motivos a Companhia Brasileira de Distribuição ainda não efetuou o pagamento da dívida que tem com a Seguridade Social?

d) A Companhia Brasileira de Distribuição, na qualidade de devedora da Seguridade Social, solicitou formalmente ao controlador do grupo econômico que efetuasse o pagamento das dívidas em tela? Se não solicitou, por que motivos não o fez?

5) Segundo os representantes da Vale... É aquela questão do Refis. Venho falando aqui do financiamento da dívida, de toda a questão com o Fisco. Em seguida, a gente vem aqui e fala da transação.

Ante o exposto, pergunto a V. S^ã:

a) a dívida previdenciária foi renegociada por meio de algum Programa de Recuperação Fiscal (Refis)? Já está sendo paga, ainda que parceladamente?

b) Se positiva a resposta, em que natureza de grupo a Companhia Brasileira de Distribuição

b) Se positiva a resposta, em que natureza de grupo a Companhia Brasileira de Distribuição se enquadra no tocante aos seus parcelamentos, no grupo cuja natureza de parcelamento é o financiamento para a rolagem da dívida ou no grupo de natureza transacional?

c) Na opinião de V. S^ã, o programa de parcelamento especial, o Refis, incentiva o inadimplemento dos recolhimentos espontâneos das contribuições previdenciárias em detrimento das contribuições extraordinárias oriundas dos parcelamentos? Por quê?

6) Segundo informação dos representantes dos bancos e dos setores da indústria ouvidos nesta CPI, a maioria do estoque da dívida relacionada no financiamento da Seguridade Social e, conseqüentemente, ao contencioso existente decorre de divergência de interpretação existente entre a natureza remuneratória e indenizatória das verbas trabalhistas.

Aí vem toda aquela exposição da Lei 8.212.

Vamos diretamente às perguntas:

a) a maioria dos estoques da dívida da Companhia Brasileira de Distribuição também decorre da divergência de interpretação entre a natureza remuneratória e indenizatória das verbas trabalhistas?

b) Se positiva a resposta, favor justificar o porquê dessa divergência, uma vez que os arts. 22 e 28 da Lei 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, estabelecem os critérios para a consideração da base de cálculo dessas contribuições, que, com riqueza de detalhes, são dificilmente notados nos dispositivos da normatização.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que falo para vocês? Eu li rapidamente, porque o senhor está com elas por escrito. Não é objetivo nosso vocês responderem isso agora, na considerações finais. Vocês vão falar por cinco minutos sobre tudo que aconteceu aqui e vão nos garantir o envio das respostas, para que tomemos as providências na CPI. O.k.?

Vamos agora – está terminando – às perguntas para a nossa querida Ana Celia Fidalgo.

Não li esta folha que fala do STF, mas ela pode ser considerada como lida. As perguntas estão na sua mão. A gente precisa das respostas. Está bom? Ela se perdeu no meio das demais aqui.

Perguntas do Relator para a Dr^a Ana Celia Fidalgo da Silva, Superintendente Executiva Jurídica das Lojas Americanas.

1) As Lojas Americanas são o segundo *marketing* do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar), a quarta maior rede varejista do Brasil. Sua receita bruta consolidada no exercício de 2016 atingiu R\$21,4 bilhões. A empresa apresenta uma dívida total com a Seguridade Social no valor de R\$489,4 milhões, não havendo nesse montante nenhum valor parcelado. Os valores mais relevantes dessa dívida são R\$221,8 milhões, relativos ao Cofins, e R\$187,9 milhões, referentes às contribuições previdenciárias.

Pergunto:

a) qual a controvérsia jurídica que ocasionou o acúmulo de uma dívida tão grande de Cofins? A posição da empresa, neste caso, está de acordo com a jurisprudência dominante nos tribunais?

b) Nas dívidas relativas à contribuição previdenciária em discussão judicial, quais são as principais discordâncias das Lojas Americanas em relação à fundamentação das cobranças da Receita Federal do Brasil?

Inclusive, a Receita Federal do Brasil estará aqui na próxima quinta-feira. Eu queria comunicar a todos os nossos ouvintes que estará aqui conosco o Delegado da Receita Federal Dr. Rachid; o Secretário da Previdência, Dr. Marcelo Caetano; o Presidente da Previc, Dr. Fábio; e o Presidente do INSS, Dr. Leonardo Gadelha. Eles estarão aqui conosco. Então, são muito importantes todas essas respostas.

c) Os débitos da empresa inscritos na dívida ativa contam com garantias para honrar seu pagamento?

2) A Lei nº 13.202, de 2015

2) A Lei nº 13.202, de 2015, que criou recentemente o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit), estabelece que não é necessário recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os resultados de empresas controladas ou coligadas no exterior. Já existiu um





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tratado para evitar a bitributação entre o Brasil e aquele país. Em caso de aplicação do tratado, o contribuinte entende que fica isento do pagamento de uma alíquota sobre o lucro no exterior de 34%, sendo 25% desse percentual correspondentes ao Imposto de Renda, e 9%, à CSLL.

No Supremo Tribunal Federal (STF), há precedente favorável aos contribuintes. Em 2013, o STF proclamou o resultado do julgamento da ADI 2.588 – era aquela pergunta que eu não fiz para você sobre o Pão de Açúcar –, declarando, com eficácia *erga omnes*, para todos, com efeito vinculante, que a regra prevista no *caput* do art. 74 da Medida Provisória (MP) 2.158-35, de 2001, que prevê a incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os resultados de empresas controladas ou coligadas no exterior na data do balanço no qual tiverem sido apurados, aplica-se às controladas situadas em países considerados paraísos fiscais, mas não às coligadas localizadas em países sem tributação favorecida, que não são os paraísos fiscais. Também por maioria, o Colegiado declarou inconstitucional a retroatividade prevista no art. 1º da MP 2.158-35, de 2001.

Na mesma esteira, segue o STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em 2014, ao julgar um processo bilionário da Vale, o STJ afastou a incidência do Imposto de Renda e da CSLL sobre o lucro de controladas da companhia instalada no exterior, Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, países com os quais o Brasil possui acordo para evitar a bitributação.

Tais entendimentos não são compartilhados pela Fazenda Nacional, que defende a União nos processos tributários.

Ante o exposto pela PGFN, pergunto a V. S^a:

a) as Lojas Americanas possuem uma dívida com a Seguridade Social no valor de R\$34,14 milhões, referente à CSLL. A justificativa para um montante tão expressivo está relacionada com algum litígio envolvendo os resultados econômico-financeiros de empresas controladas ou coligadas no exterior?

Aí vem aquela pergunta que faço em toda exposição, a pergunta do Sinait. Coloco a tabela do Sinait. Repito só as perguntas aqui:

a) nos últimos cinco anos, de acordo com a Rais, quais foram os valores da massa salarial dos empregados comunicados pelas Lojas Americanas?

b) Dos valores comunicados na Rais, considerando os últimos cinco anos, quais os montantes arrecadados de contribuição previdenciária devida pelo empregado?

c) Dos valores comunicados na Rais, considerando os últimos cinco anos, quais os montantes arrecadados de contribuição previdenciária devida pelo empregado foram realmente repassados à União?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aí vem toda aquela exposição sobre a posição da Vale, que foi colocada aqui. A gente fala sobre o financiamento da dívida, sobre transação.

E aí pergunto a V. S^ª:

a) a dívida previdenciária foi renegociada por meio de algum Programa de Recuperação Fiscal (Refis)? Já está sendo paga, ainda que parceladamente?

b) Se positiva a resposta, em qual natureza de grupo as Lojas Americanas se enquadram no tocante aos seus parcelamentos, no grupo cuja natureza de parcelamento é o financiamento para a rolagem da dívida ou no grupo de natureza transacional?

c) Na opinião de V. S^ª, o programa de parcelamento especial, o Refis, incentiva

c) Na opinião de V. S^ª, o programa de parcelamento especial, o Refis, incentiva o inadimplemento dos recolhimentos espontâneos das contribuições previdenciárias em detrimento das contribuições extraordinárias oriundas dos parcelamentos? Por quê?

Aí vem a última pergunta para a senhora, a pergunta nº 5, em que faço todas as considerações sobre a questão da CPI. Falo aqui sobre a questão de natureza remuneratória e indenizatória e do previsto na Lei nº 8.212, de que já fiz a leitura aqui.

Vou diretamente à pergunta para V. S^ª:

a) a maioria do estoque da dívida das Lojas Americanas também decorre da divergência de interpretação entre a natureza remuneratória ou indenizatória das verbas trabalhistas?

b) Se positiva a resposta, favor justificar o porquê dessa divergência, uma vez que os arts. 22 e 28 da Lei 8.212, de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, estabelecem os critérios para a consideração da base de cálculo dessas contribuições, que, com riqueza de detalhes, são dificilmente notados nos dispositivos da normatização.

Quero dizer para vocês que esta nossa forma de trabalhar se dá porque esta CPI está comprometida com a verdade, como o nosso nobre Presidente já falou. Não é pirotecnia. Queremos estritamente a verdade. Queremos que vocês, que representam o comércio do Brasil – foi uma pena a Elmo, que é do ramo dos calçados, e a outra não terem vindo aqui, porque teríamos um espelho mais ou menos de todo o setor –, nos propiciem a oportunidade de apontar para o País saídas. Nós, aqui, na CPI, e todos os Senadores, os 12 Senadores que fazem parte desta CPI, queremos que o País retome o crescimento, queremos que o Brasil volte a não ter 15 milhões de desempregados, queremos que o Brasil tenha saída, sem matar seus aposentados, sem matar o seu servidor público, sem matar a dona de casa, tendo a compreensão clara de que um sistema, um arcabouço todo montado está fazendo uma sangria na Previdência Social e de que nós precisamos consertar isso. Esse é o grande objetivo desta CPI. É dessa forma que nós vamos trabalhar. Agora, se for preciso aqui ser inquerido ou





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

convocado, aí será pergunta e resposta, é "paraibola", e a pessoa vai ter de falar e depois bancar as consequências do que falou. Não é isso, meu amigo, nobre Senador Pimentel, nosso ex-Ministro da Previdência?

Passamos a palavra para o nosso Presidente, Senador Paulo Paim.

Fico no aguardo das respostas de V. S^{as}, com toda a tranquilidade do mundo, no tempo das empresas de vocês, para responderem para nós da forma mais ética, mais tranquila e mais transparente possível a tudo que foi perguntado aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Relator, Senador Hélio José, que, gentilmente, encaminha as perguntas para os nossos convidados.

De imediato, passamos a palavra para o Senador José Pimentel, que, permitam que eu diga, é ex-Ministro da Previdência. Como dizem aqueles que nos assistem, esse conhece do riscado.

É assim que dizem, Senador? É isso mesmo! Está com o senhor a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr. Relator, Senador Hélio José; nossos convidados, quero começar registrando que as perguntas formuladas pelo nosso Relator e os dados já adiantados pelos expositores vão permitir que tenhamos uma radiografia melhor do setor econômico e das suas dificuldades.

Eu queria adiantar que nós estamos ouvindo vários setores da economia brasileira. Esta forma de fazer nos permite construir saídas para viabilizar a Previdência Social e, ao mesmo tempo, a nossa economia. É exatamente por isso que resolvemos segmentar os trabalhos desta Comissão por ramos de atividade, para dar essa tranquilidade

verba pra transporte das pessoas dos seus estados [em] Brasília. [...] Democracia é isso, o povo tem que participar ativamente. "Espero que essa CPI [apure] os desvios de dinheiro e as falcatruas cometidas na previdência desde a muito tempo, com certeza essa é uma das razões do déficit da previdência social [se é que existe]. É preciso dar nomes dos culpados e puni- los com o rigor da lei, seja quem for." Agora, aqui sobrou para os políticos. "Os políticos sentem-se acima de tudo e de todos [e no fundo eles mesmos querem] tirar os direitos dos trabalhadores, ganham milhões, por quê não mudam [então] o código penal, [a Justiça, para cobrar os grandes devedores? Tanta barbaridade e vai ficar tudo por isso mesmo. Parece que que] vivem em outro Brasil [...]" "Tem é que cobrar [sim] dos grandes devedores da previdência e não dos trabalhadores, que passam a vida trabalhando e contribuindo e ainda querem repassar para [nós] o prejuízo [deles]. Eles também não incluem a arrecadação da seguridade social, que é arrecadado das loterias, para onde vai [isso tudo]?" "Até





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quando continuaremos, nós os trabalhadores, pagando a conta [da sonegação e da roubalheira]? É preciso contribuir mais, cada vez mais sem fim, então que comece [pelo menos] pelos que mais mais ganham, ou seja, [pelos poderosos, ricos] e não o contrário." "Para quê esta reforma [...]? Mesmo que seja aprovada, não importa como, daqui [a um pouco, passem alguns] anos [e] estará tudo do mesmo jeito, pois os desmandos [a roubalheira é igual, os que não pagam vão continuar não pagando e depois nos chamam a pagar a conta]" "Que esta CPI passe a limpo a situação da previdência. [...]" "Estudei anos para [chegar onde cheguei, sou um trabalhador, e estão me chamando de novo a pagar a conta]" "Aí ele diz, outro, aqui já é outro cidadão: "Vai haver eleições ano que vem enviaremos este congresso e vamos investigar as irregularidades cometidas por este que se dizem representantes do povo, faremos uma nova lava jato contaremos [tudo o que foi feito por este Congresso, e atenuando os devedores]". "Os jornais têm noticiado que vários grupos empresariais são grandes devedores da previdência e não é ético, [não é] justo, [não é] legal, é, se já não for, o perdão Das dividas enquanto eles querem aumentar o tempo de contribuição do trabal que esta prox. [de se aposentar]." "Criar previdência para os políticos exercer somente um mandato sem salario [isso é um absurdo, deveríamos ter no Brasil é salário] voluntario."

Isto aqui eu leio sempre, porque mostra a indignação do povo brasileiro. Pode ver que alguma coisa eu pulei, viu? Eles chamam de santo para cima, eles falam para todo mundo, para os grandes empresários, para o Congresso Nacional e para o Executivo. O elogio, digamos, mais leve é chamar tudo de uma cambada de ladrões. Mas essa indignação que está no povo brasileiro tem uma razão de ser, ao ponto em que nós chegamos neste País. E eu me comprometi com eles, que eu leria sempre o resumo dos questionamentos que eles fazem.

Eu, de fato, confesso que, quanto mais eu leio tudo o que chega, eu fico preocupado. Se nós não soubermos achar um caminho, uma saída, para esse povo tão sofrido

...soubermos achar um caminho, uma saída para esse povo tão sofrido, nós estaríamos contribuindo para uma convulsão social e isso não é bom para ninguém.

Mas, enfim, essas são as considerações finais. Os senhores têm, se quiserem 5, 10 minutos já que as perguntas receberam por escrito e vão nos remeter até a quinta.

Então, são as considerações finais de cada um dos nossos convidados.

Eu começo agora... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele tem que sair às 17; então, vai dar tempo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou começar pela Sr^a Ana Célia Fidalgo da Silva, Superintendente Executiva Jurídica das Lojas Americanas.

O SR. ANA CELIA FIDALGO DA SILVA – Mais uma vez, eu queria agradecer estar presente aqui, por ter sido convidada.

Acho que temos muito trabalho pela frente. A nossa intenção sempre será contribuir com V. Ex^{as}. No que for possível, a gente vai contribuir.

Eu queria reforçar também – e até o Ex^{mo} Sr. Relator fez esse questionamento – que nos nossos litígios judiciais não há nenhuma contribuição de empregado que esteja sendo discutida. São só contribuições patronais, a questão realmente de interpretação da legislação.

Agradeço mais uma vez e estamos à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Sr. Paulo Pompilio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição.

O SR. PAULO POMPILIO – Eu quero agradecer também a participação e colocar a CBD à disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Quero dizer que o grupo acredita no País. E nós falamos um pouquinho sobre geração de empregos. É uma companhia que gera 100 mil empregos diretos, sendo que paga todos os seus impostos. E, colaborando também, a dívida de INSS que nós tamos falando é 100% patronal. E dessa dívida, 40% dos débitos já foram ganhos em primeira instância.

Então, todo tributo recolhido diretamente do colaborador é 100% repassado. Então, pode sempre com a CBD, estamos dispostos a trabalhar e a fazer um País cada vez melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Paulo Pompilio, Diretor de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Distribuição.

Passamos a palavra agora para o Sr. Geraldo Roberto Gomes, representante da Megafort Distribuidor Importação e Ltda.

O SR. GERALDO ROBERTO GOMES – Eu queria também agradecer a oportunidade do convite.

A Megafort se coloca à disposição para prestar todos os esclarecimentos e contribuir dentro do que for necessário com a CPI.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É uma empresa de pequeno porte ainda e também acreditamos bastante no País. Dentro das nossas dívidas que estão inadimplidas, também de parte do empregado não temos nada. Somente parte do empregador.

Então, no que pudermos colaborar, estaremos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dar uma satisfação ao Plenário, esse foi Geraldo Roberto Gomes, representando a Megafort Distribuidor Importação e Ltda.

É que vieram do Plenário alguns questionamentos, mas pelo que percebi, Relator, já estão na suas perguntas.

Por isso, como nos comprometemos que eles poderiam responder por escrito, mas veio do Plenário: Participação em Refis – você questionou não é? De quantos Refis já participaram? Em quantos foram financiados valores negociados de Refis anterior?

Isso pelo que percebi do conjunto...

foram financiados valores negociados em Refis anteriores. Isto, pelo que eu percebi no conjunto, está incluído.

Aí vem aquela parte da apropriação indébita. Também está incluída nas perguntas do Relator. Recolhe a parte do trabalhador, apropriação indébita? Alguns já responderam aqui de pronto. Qual o valor da dívida? Também já foi explicitado aqui. E quais os planos para pagar a dívida nos próximos anos? Uma, que o Relator já colocou, e outra, que eles também já colocaram, que uma parte estão devendo, e outra, que estão devendo, está tudo no Judiciário. Então, eu acho que, de uma forma ou de outra, as perguntas foram respondidas, e o Relator também propicia aos senhores, e é importante a resposta por escrito para que a gente possa fazer o cruzamento de informações no segundo momento.

Agradeço a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

Voltaremos quinta-feira.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CPI DA PREVIDÊNCIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia dez de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a CPI da Previdência com a presença do Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Lasier Martins, João Capiberibe e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar Audiência Pública com os convidados dos Requerimentos nº 66, 74, 165, 166 e 169/2017-CPIPRREV. **Participantes:** Maurício Oliveira, Assessor Econômico da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (representante de: Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP); Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da Agricultura - CNA; Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Jaira Maria Alba Puppim, Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Cleusimar Alves de Andrade, Presidente da Associação Recycle a Vida. Carlos Eduardo Chaves Silva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2017** que : "Solicita informação à Sra. Secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi." **Autoria:** Senador José Pimentel e outros. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da CPI da Previdência





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2017/07/10>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço desculpas a todos. Sou muito de cumprir horário. Já são 15 horas e iríamos iniciar, como sempre fizemos, às 14h30. Como já está na Casa tanto o Senador Hélio José como o Senador José Pimentel, e ambos já estão se deslocando para cá, vamos iniciar nosso debate do dia de hoje.

Havendo número regimental na Casa, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 161, de 2017, para investigar a contabilidade da Previdência, esclarecendo com precisão as receitas e as despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Vou fazer rodar alguns informes, enquanto os Senadores estão se deslocando para cá.

Primeiro, me informaram que eles, terminando a fala no plenário, estão vindo para cá.

Hoje, teremos aqui a 21ª Reunião da CPI da Previdência. Ouviremos duas atividades, em princípio, que parecem distantes, mas, na verdade, todos caminham juntos. Vamos ouvir os agricultores e também os catadores de material reciclável.

O trabalhador rural se destaca nessa área e, claro, muito fortemente na questão da sua aposentadoria. Segundo documento que recebi aqui, ele continua executando suas atividades diárias, continua tirando leite de vaca – como diz o outro – mas, além de fazê-lo, continua alimentando toda a rede em que ele se destaca, seja na colheita da produção, seja no tratamento dos animais. Muito mais do que falar o que está escrito aqui, tive a experiência porque estive lá; passei uma parte, pelo menos, de um fim de semana, numa propriedade rural e, como elas e eles me disseram, lá não tem feriado, não tem domingo, não tem Natal, não tem dia primeiro do ano, não tem nada, tem que trabalhar, porque a produção exige que você esteja na área.

O trabalho rural se apresenta, como aqui já foi dito, como um trabalho permanente; muitas vezes esse trabalho penoso, insalubre, perigoso. Então, seria importante ouvirmos aqui os trabalhadores rurais.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra questão a que eu dou certo destaque é a chamada apropriação indébita. Eu, quando estive lá, vi muito bem os talões de nota que são pagos regularmente e depois fiquei sabendo em outras regiões que quem não paga a Previdência é o que recebe as compras, ou seja, o que compra não repassa à Previdência, a tal da apropriação indébita. Há muitas denúncias. Há até projeto, aqui na Casa, de anistia. O trabalhador rural, quando vende o produto, paga no talão. O que compra desconta do trabalhador, paga menos, mas não repassa para a Previdência. Tanto que os dados mostram que, tanto na área rural como urbana, chega a 25 bilhões por ano o desvio, que deveriam repassar para a Previdência e não repassam, mas descontam do trabalhador, cobram do trabalhador e não repassam, seja no talão de nota, seja na folha de pagamento.

Mas, enquanto eu estou aqui aguardando a chegada dos nossos Senadores, queria enfatizar para vocês que amanhã nós teremos um debate e uma votação, que está prevista – espero que não aconteça, gostaria que não acontecesse –, sobre a reforma trabalhista. O que nós estamos pedindo é que as pessoas façam vigília, dentro do possível, em cada Município, enfim, em cada Estado, indo para o sindicato, indo para a associação, indo para o clube de mães. Vigília cívica contra a reforma trabalhista, 11 de julho, terça-feira, junte o seu grupo. A recomendação é que a gente aqui tenha velas, lamparinas, luzes, lanternas e acompanhe o voto de cada Senador, porque é importante que os Senadores saibam que o Brasil estará em estado de alerta e vai acompanhar o voto de cada Senador, de cada Senadora. Tudo eu disse no plenário eu estou repetindo aqui, enquanto chegam os Senadores.

Eu tenho recebido também muitas charges do Brasil todo que fazem e me mandam gratuitamente, como esta, por exemplo: "Essa Reforma Trabalhista e Previdenciária é um verdadeiro Cavalo de Troia, bonitinha por fora e podre por dentro". Todo o mundo sabe a história do Cavalo de Troia, que invadiram a cidade de Troia, massacraram os moradores da cidade. Nesta aqui nós vemos o Michel e o seu grupo empurrando o Cavalo de Troia sobre o Congresso e há outra que aí desce um monte de engravatados chicoteando os trabalhadores. Esta outra aqui é de Judas, que lembra Temer beijando um trabalhador, seguindo o exemplo histórico de Judas quando beija Cristo, traindo, então, aquele que é o Mestre dos Mestres. E aqui é o Temer, como sempre, pedindo indiretamente apoio, mas, na verdade, está traindo os trabalhadores. Outra que eu recebi também que é, com faca, isqueiro, tesoura, querendo acabar com a CLT, e nós outros a estamos defendendo. Aqui, Ratos e Gatos comendo o dinheiro do povo, bem gordinhos e com a faixa presidencial.

Aqui, essa foi a que teve mais repercussão. Esta aqui teve mais de 500 mil pessoas que curtiram, dizendo que aqui, no Congresso, tem muito escorpião, e, casualmente, tem um escorpião aqui, que eu não vou falar o nome, porque a responsabilidade é o chargista, que fica ali, querendo liquidar os trabalhadores, com as garras.

Aqui o princípio é aquele. Qual é o princípio? Sabe aquela história do elefante que ia atravessar o rio? Já contei dez vezes, mas eu vou contar de novo. O elefante ia atravessar o rio, e o escorpião





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pediu carona. O elefante disse: "Olha eu não vou te colocar nas minhas costas; ao chegar no meio do rio, você vai me ferroar, e vamos morrer os dois." Aí o escorpião disse: "Não, não vou fazer isso, prometo que o acordo vai ser cumprido." Acordos que não cumpriram, inclusive aqui, em relação a esta reforma trabalhista. Chegando ao meio do rio, o escorpião o ferroou, aí o elefante disse: "Vamos morrer afogados os dois." Aí o escorpião disse: "Mas não tem jeito, é da minha natureza, eu sempre tenho que ferroar os outros, que o veneno está em mim e eu tenho que passar para a frente." Aí morreram os dois. É o que vai acontecer com as denúncias que se tem sobre a Lava Jato. Eles podem nos ferroar, mas eles vão todos juntos.

Esta aqui eu achei muito interessante, eu acho que é uma das melhores, que mostra Pôncio Pilatos sentado em cima do Senado e o Judas sentado em cima da Câmara, porque a Câmara já fez, já operou a traição, quando pediu voto para todo o mundo, traiu o povo e votou essa reforma absurda que só retira direitos dos trabalhadores, que eu, com certeza, acho que nem a Câmara acreditava que o Senado iria querer votar assim. Então, colocaram um monte de bode ali, e o Senado está dando uma de Pôncio Pilatos, não quer mexer em uma vírgula e quer aprovar na íntegra. Então, esta aqui, para mim, é uma das melhores, também da mesma linha do escorpião, e houve mais participações.

E hoje de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, como eu tenho dito desse pessoal avarento, que não sabe o que fazer mais para ganhar tanto dinheiro, eu peguei essa musicazinha Trem-Bala, autora Ana Vilela, e eu peguei uma partezinha dela que diz: "Não é sobre tudo o que o seu dinheiro/ É capaz de comprar/ É sim sobre cada momento/ Sorriso [e, sim, você deveria olhar a cada momento e sorriso] a se compartilhar/ Também não é sobre correr/ Contra o tempo para ter sempre mais [mais, mais]/ Porque quando menos se espera/ A vida já ficou para trás/ Segura teu filho no colo/ Sorria e abraça teus pais/ Enquanto estão aqui/ Que a vida é trem-bala, parceiro/ E a gente é só passageiro prestes a partir."

Eu dizia lá que nós, mais velhos, nós temos o quê? Mais 20 anos. Quem tem mais ou menos de 60 a 70, tem mais 20 anos, e fazer um crime como esse, que vai atingir 100 milhões de trabalhadores, se ele não responder aqui embaixo, vai responder lá em cima. Por isso que eu digo: não vai ter caixão nenhum com alça que vai suportar e nem gaveta, tudo que eles roubaram e trouxeram de sacrifício para o povo, porque eles não vão levar lá para cima.

Eu tenho esperança ainda de que consigamos, no plenário, ou reverter, ou que não haja votação. Vamos pelear até o último momento, com certeza, e temos destaques também, que poderão ser apreciados. Alguns Senadores, pelo menos, me disseram que nos destaques acompanharão o nosso voto. Eu espero que aconteça.

Mas vamos agora formatar a nossa Mesa, para depois começarem as exposições.

Convido a tomarem lugar na mesa os Srs. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por favor, Dr. Renato.

Seja bem-vindo aqui. (*Palmas.*)

Convidamos Cleusimar Alves de Andrade, Presidente da Associação Recicle a Vida.

Palmas também para o Cleusimar. (*Palmas.*)

Convidamos Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). (*Palmas.*)

Convidamos o Maurício Oliveira, assessor econômico da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). (*Palmas.*)

Por fim, convidamos Jaira Maria Alba Puppim, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. (*Palmas.*)

Convidamos também Carlos Eduardo Chaves Silva, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar). (*Palmas.*)

Tudo bem? Sejam todos bem-vindos.

A Cobap, por problema de horário e de agenda, pediu se podíamos iniciar, o que não vejo problema nenhum. Então, de imediato, nós vamos passar para a Cobap, para fazer uso da palavra.

Só dizendo a todos que nós já ouvimos aqui os grandes devedores, ouvimos os empresários. Esta deve ser a 21ª Reunião desta CPI. Vocês podem ter certeza absoluta de que esta CPI há de provar que a nossa Previdência é superavitária, que não tem déficit. É uma grande sacanagem, pois eles roubam, vão na linha do desvio, da fraude, da sonegação e querem passar para o trabalhador pagar a conta.

Eu digo: é a CPI da verdade. No fim, nós vamos mostrar qual é o problema da Previdência. É só de gestão, organização, fiscalização, arrecadação e de executar os grandes devedores.

Então, passo a palavra para a Cobap, Maurício Oliveira.

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas! É um prazer estar nesta CPI, pela qual lutamos muito – não é Senador Paim? – para chegar até aqui. Ela continua firme, não parou. Isso é muito satisfatório para nós, para todo mundo.

A Previdência Social tem déficit, segundo o Governo, desde 1921, quando foi criada. Então, quer dizer que é uma lei que foi aprovada e que já nasce deficitária. Quer dizer: o sentido já está completamente comprometido. Mas é o contrário do que a gente fala. Ela nasce com dinheiro e passou a vida inteira, até hoje, com dinheiro fácil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A história da Previdência é a história da liquidez de recursos sociais. São recursos permanentes, contínuos, diários, mensais, anuais e que o Governo historicamente tratou de pegar sempre onde é mais fácil.

Mesmo que haja déficit, como o Governo fala, alguém paga, porque está sendo pago; eles estão recebendo, todo mundo está recebendo aposentadoria e pensão. Estou tratando aqui de INSS, setor privado, CLT, e não de servidores públicos. Se eles estão sendo pagos, alguém está pagando, e não é o Governo que paga, porque o Governo não tem dinheiro. O Governo simplesmente é uma entidade que administra os tributos que são arrecadados pelo povo brasileiro, e esses tributos têm que ser devidamente alocados, e não são devidamente alocados. Portanto, a sociedade paga, e o Governo rouba. No final das contas, na execução orçamentária, ele tem que devolver. Então, ele faz, na verdade, um desfalque, que eu fiz questão de frisar no meu título ali. O que existe é uma crise financeira do Estado, com um déficit fiscal de 150 bilhões, que eles estão transferindo para a Previdência – este foi o último déficit que eles divulgaram da Previdência: 149 bilhões. Eles estão transferindo o déficit fiscal de 150 para o déficit previdenciário, que é 149.

Mas vamos conhecer um pouquinho.

Vamos passando, por favor.

Disso aí eu praticamente já falei. A Previdência sobrevive simplesmente porque há contribuição, senão, com todas as crises que o País sofreu ao longo da história, não teria existido. Isso já teria sido derrubado há muito tempo. Mas é um patrimônio do trabalhador que não vai ser vencido nunca. Entra crise, sai crise, ela continua viva e está dentro do orçamento da Seguridade Social, como nós vamos analisar agora. O que importa são os orçamentos públicos, nada além disso.

Os dados estão ali e são administrados pela área federal. Quando a gente consegue os dados verdadeiros – nem sempre a gente consegue –, é uma batalha, porque é preciso fazer política no Congresso Nacional, obviamente – todo mundo faz, as entidades fazem –, já que nem todos podem ter acesso ao Siafi, de que eu vou falar mais à frente. Eu queria só dizer isso.

Pode passar.

O OGU (Orçamento Geral da União) – todos nós aqui, nesta sala, sabemos, mas o povo brasileiro não conhece – é dividido em três. O dinheiro está todo aí. Se não está aí, alguém pegou. O orçamento fiscal, que é o principal da Nação, não tem mais dinheiro – há décadas ele não tem dinheiro, porque aí está o endividamento público do País, aí está a rolagem da dívida pública, com juros e encargos da dívida que têm que ser cobertos, anualmente, de alguma maneira – existem várias maneiras, e a previdência é uma das principais maneiras. O orçamento de investimentos é pequeno. Não está se investindo em nada, e ele deve estar não sei onde; não sei onde está esse orçamento aí, mas é





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pequeno. E o orçamento da seguridade social, que é exatamente onde há a liquidez do País hoje. O País tem dinheiro é aí! A União, desculpe. Não é o País como um todo.

A União tem dinheiro é aí. Fora daí, não existe. Ele compreende as políticas sociais da saúde, da Previdência Social do regime geral, não do servidor público, ou seja, da previdência urbana e rural, dos trabalhadores rurais, que têm seus representantes aqui – achei muito bom terem vindo. O fiscal é que tem que ser sempre coberto. Por quê? Pelo gigantismo do Estado e pelo mau gasto do Estado.

Podemos passar para a frente, por favor.

O uso da seguridade social como fonte de recursos para o endividamento público do País já vem também de décadas. Todos os governos fazem isso ou fizeram isso – não é só o Temer ou qualquer outro que entrar aí e que ninguém sabe quem é – e vão continuar a fazer, até o ponto em que não existir mais receita. Aí é quebradeira da seguridade, é quebradeira da previdência e do País. Logo depois que acabou o superávit primário... E vocês também se lembram disso muito bem. Isso durou muito tempo, foi desde FHC até o segundo governo Lula. Houve dinheiro sobrando da União, e esse dinheiro ia direto para o Tesouro que, por sua vez, repassava direto para os juros da dívida pública. Acabou o superávit primário, e a seguridade social ficou sendo como a galinha dos ovos de ouro. Ela já era assim e ficou sendo mais, porque, agora, o Governo só tem duas alternativas para não ter que radicalizar – ele tem quatro alternativas, mas ele tem duas para não radicalizar –: continuar vendendo título federal para pegar dinheiro do mercado e cobrir juros e serviços da dívida, que vai para aquele orçamento fiscal lá de que eu falei, e secar cada vez mais a seguridade. A DRU, que é uma das rubricas que o Governo pega da seguridade, foi aumentada de 20% para 30% pelo Congresso, para pegarem mais. Vão pegar mais enquanto houver. Quando não houver, o que vai explodir é a dívida, o que vai explodir é o País. É isso que nós temos que entender, porque não estamos tratando de um ou dois governos, não. Nós estamos tratando das contas da Nação, que teve uma pequena prosperidade no primeiro mandato do governo Lula e depois veio só caindo. E não se sabe para onde.

Vamos continuar, por favor.

Este é o resultado, ou seja, o Governo tem que cobrir... Este são os três orçamentos juntos, o resumo do endividamento do Estado junto com os três orçamentos: fiscal, seguridade e investimento. Todo ano, a União tem que cobrir aquela área amarela. O que é a área amarela? O rombo do orçamento fiscal – está ali. São quase 40% de tudo que a União arrecada. Tem que se cobrir aquilo ali. Se não se cobrir, não se honram os compromissos internacionais e vai haver uma intervenção estrangeira no País. Vão tomar conta daqui.

E para mostrar também que dentro desse todo orçamentário, a Previdência representa só 22% do gasto, com tudo pago. Paga assistência social, paga os rurais que estão aqui, paga a área urbana. Entendeu?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Soa a campanha.)

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – Ajuda a pagar os juros e os serviços da dívida pública brasileira e continua funcionando. Então, como é que pode? É porque é um sistema de liquidez, e essa liquidez não para, ainda que o Governo manipule, em termos orçamentários, todo dia! Todo dia ele faz isso dentro do Siafi. Quem é especialista em Siafi que, depois, se apresente junto ao Senador Paim, para que possa nos esclarecer; sistema de informações da Administração Federal, é lá que está tudo.

Isto é um absurdo: R\$1,130 trilhão para pagar juros e amortizações da dívida, e o Governo apontando a previdência como a culpada do caos. O déficit fiscal que antes tinha superávit – até o primeiro ano da Dilma, tinha superávit –, nos últimos quatro anos acabou o superávit.

Vamos passar.

Isto eu já falei, que é a questão do Siafi, e eu sem poder, Senador Paim, sugiro até que o Siafi se faça presente em alguma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está aprovado o requerimento convocando o Presidente.

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – Ótimo, porque é na execução orçamentária financeira que está todo rolo de manipulação de dinheiro, porque, no final, as aposentadorias e pensões são pagas. E que negócio é esse que são pagas se há um rombo de 149 bilhões? Que o Governo não tem para cobrir. Então, é por aí o negócio.

Eu não sou um especialista orçamentário, eu gostaria até de ouvir, durante a sua exposição.

Pode passar.

E esse é o balanço do sistema como um todo, de que a previdência faz parte, previdência de regime geral, criada pela Constituição de 1988 – previdência, assistência e saúde –, e criou o sistema tributário que financia seguridade, que é a sociedade brasileira. Está lá na Constituição. São vários tipos de tributos, contribuições sociais, que a União se apropria de todas, todas – não vão a lugar nenhum, vão só para a União. E eles ainda conseguem fabricar sobra nesse sistema, no Siafi, dentro do Siafi. Eu não sei os mecanismos, não, mas nós temos, nos últimos seis anos, 352 bilhões que já foram para a dívida pública. Eu citei seis anos por acaso. Eu tinha um arquivo meu, o que já é muita coisa.

Agora, olhando com atenção 2014 para 2015, caiu muito fortemente esse superávit. O que significa isso? A crise está afetando a seguridade social, a receita da seguridade social está caindo, significa que a receita da Previdência está caindo. A assistência social depende de repasse. Da saúde, está caindo. Não sei a que ponto nós vamos chegar, mas isso é para provar ali, 55 para 11. Em 2016, que não está disponível ainda, está em estudos, deve estar, não sei, zero – tomara que não! – o superávit na seguridade social.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E tirar dinheiro da seguridade social é inconstitucional, mas eles fazem pela execução financeira do Siaf. Então, não se pode fazer nada. Ninguém é pego no flagrante.

Próximo, por favor.

Esse daí, eu estou assustando vocês com muitos números agora porque tem que colocar todos para não ter dúvida. Está sendo televisionado, está sendo filmado, está sendo fotografado, então têm que estar todos os números. Esse é o fluxo de caixa do INSS. Esse era o modelo, Senador Paim, até 2014. Esse era o modelo.

Passa a próxima, que é só para completar. E aí, benefício. Pode voltar. Aí o pagamento. Aí são as receitas. Todas as receitas, todos os recebimentos da Previdência Social, para assistência social, para o rural e para o urbano. Todo esse conjunto de vermelho, todas essas rubricas são seguridade social. Está aí, elas estão aí: R\$92 bilhões em 2013, R\$103 bilhões em 2014. Está ali, é 2.4 e 2.5.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – Então, ali em 2013 e 2014. E também tinha saldo inicial superavitário. Olha lá: R\$22 bilhões em 2013 e R\$18 bilhões em 2014. E, no próximo eslaide, que é de pagamento, no final de pagar tudo, sobrou R\$18 bilhões em 2013 e R\$8 bilhões em 2014.

Agora, esse é o documento oficial do INSS. Se não for esse, é qual? Mostrem-me, porque eu não conheço. A Cobap não conhece. A gente trabalha com esse e, assim mesmo, pesquisando. Sabe por que pesquisando? Porque eles mudaram o modelo. É a próxima transparência. Eles mudaram o modelo e retiraram todos os recursos da Seguridade Social do modelo, do fluxo, tiraram do fluxo. Aqui ele não fica mais. Para quê? Para criar os dois déficits lá: R\$85 bilhões e R\$149 bilhões em 2015/2016.

Onde que estão ali os recursos, os repasses constitucionais da seguridade social? Naquela outra tinha. Aí, esse conjunto de rubricas da seguridade social, que vai para previdência e assistência social e rural, sumiu. Sumiu, Senador Paim, porque eu não sei onde está, nem eu nem o Warley, presidente da Cobap. Nós não sabemos porque não está no fluxo de caixa. Deveria estar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Warley, ele cobrou aí. Você sabe? Só para descontrair. Sumiu, o gato comeu. O gato comeu.

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – É, sumiu por aí... O gato comeu. Porque o único local que era para estar é aí, porque sai do orçamento da seguridade, vai para aí. O que é de direito da previdência. Claro, o resto vai para saúde, para assistência social, etc.

Então, nós temos que só em 2000... Passa, só um minutinho, para o anterior. Esse. Só em 2014, R\$103 bilhões que desapareceram, ou seja, está dentro do Siafi. Mas eu não sei mexer com isso, sei lá onde é que está isso.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está em várias contas lá, repartido, atendendo buraco aqui, buraco acolá, e saindo também para não sei onde. Ele sai também, não é? Ele fica no circuito orçamentário até certo ponto, mas depois ele sai.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto para concluir.

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – O.k., Senador Paim.

Concluindo, quero mostrar os estragos que ainda existem na previdência, se o senhor me permitir até um pouco mais de um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lhedou dois então.

O SR. MAURÍCIO OLIVEIRA – Desculpe, mas, quando se trata de estatística, é fogo.

Isso que falei de fluxo de caixa, é só fluxo de caixa. E os demais desvios?

A DRU... Vamos mostrar logo a tabela por favor. Eu vou especificando na tabela.

O superávit da seguridade social, ainda em 2015: 11 bilhões; Desvinculação das Receitas da União (2016): foi em torno de 60 bilhões, mas vai para 90 bilhões, porque, em 2017, a alíquota foi para 20% na seguridade social; renúncias fiscais previdenciárias (legislação especial que permite que alguns segmentos econômicos não contribuam com Previdência) – que bom, não é? Está com rombo, e há alguns setores que não precisam pagar, isso tem que ser revisto –; as fraudes, que sempre são escandalosas: 5 bilhões; desoneração da folha, que nunca foi devolvida (acumulado de 2012 a 2016): 78 bilhões; desemprego no País, que já foi analisado pelo IBGE: em torno de 15 bilhões; repasses do fluxo de caixa, que só entraram até 2014: 103 bilhões. Subtotal: 312 bilhões – isso aí já foi, e é nosso, da Previdência; já foi, foi embora.

POTENCIAL DE RECEITAS Valores

Devedores (valor variável) R\$ 426 bilhões

Sonegação e inadimplência (valor variável) R\$ 26 bilhões

Subtotal R\$ 452 bilhões

Total Geral R\$ 764 bilhões





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para finalizar, ainda há o potencial de receitas. Para os devedores, que têm valor variável, o último que eu tenho é de 426 bilhões – já foi dito até aqui na CPI a que assisti –; sonegação e inadimplência, que também é um valor variável, de 26 bilhões – estimados também, porque é variável, então tudo é estimado.

Então, concluindo, nós temos: perda, 312 bilhões de receita que já foi embora; e potencial de receitas de 452 bilhões, para entrar. Total: 764 bilhões.

E a minha pergunta é a seguinte: precisa de reforma? Sob o ponto de vista de receita? Nunca. Nós somos contra a reforma até do ponto de vista de despesa, porque, aumentando a receita, não é preciso reduzir nem direito e nem despesa. Nós defendemos a previdência social pública, constitucional, como está e com o seu orçamento da seguridade social funcionando, funcionando muito bem, apesar dos grandes desfalques que o Estado e a União fizeram ao longo da história.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Maurício Oliveira, Assessor Econômico da Cobap, que foi muito preciso ao mostrar onde está o furo da bala.

Vamos agora ao Sr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor estava anunciado, mas agora o Relator pediu a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra porque vou ter que me retirar, vou ter que ir ao médico – realmente estou muito mal, não estou conseguindo nem falar.

Faço questão de falar aqui. Eu queria ter feito um pouco antes da sua fala, mas não pude chegar antes porque estava fazendo um pronunciamento sobre o Qatar, que tem sofrido esse embargo econômico, de fronteira, muito forte, da Arábia Saudita e do Egito. Isso coloca o Qatar, que sempre foi uma potência amiga do Brasil, numa situação insuportável. Então, fiz o pronunciamento lá e vim correndo para cá.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta CPI, esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social, CIPREV, do Senado Federal prossegue nas suas audiências públicas ouvindo os seus representantes da sociedade brasileira oportunizando o debate sobre a situação financeira do sistema previdenciário social do Brasil. Esta já é a 21ª audiência pública.

Hoje ouviremos a manifestação e vários convidados ligados à agricultura nacional. Estão conosco Marcos Rochinski, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Rochinski está aqui? Quem é Rochinski? Ele foi substituído? Então, estou atrasado.

Ouviremos também Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da CNA; Cleusimar Alves de Andrade, Presidente da Associação Recicle a Vida; Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); O Aristides está aqui; o Warley Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, a Cobap.

Considero a audiência de hoje uma das mais importantes realizadas por esta CPI, pois está direcionada a tratar dos impactos da previdência social para empregados e empregadores rurais e também para os produtores rurais, especialmente aqueles enquadrados como segurados especiais. Esse assunto ainda não foi abordado com a profundidade que merece. Por isso mesmo têm passado despercebidos pela opinião pública os reflexos que serão decorrentes da eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016. Os maiores prejudicados serão os produtores da agricultura familiar enquadrados como segurados especiais do Regime Geral da Previdência Social e os Municípios brasileiros, principalmente os do interior deste País, que terão sua arrecadação fortemente impactada pela reforma previdenciária.

Importante ressaltar que não tem deixado de chamar atenção a desoneração imposta pela Emenda Constitucional 33, de 2001, que exclui as exportações brasileiras do recolhimento das contribuições sociais. Ocorre que, antes disso, a Emenda Constitucional nº 20, de 98, já havia estabelecido no *caput* do art. 201 da Constituição que a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral de caráter contributivo e de filiação obrigatória observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Observa-se do cotejo do contexto constitucional vigente o absurdo da incongruência, na medida em que a Emenda Constitucional nº 33 veio retirar recursos da seguridade social em benefício da balança comercial brasileira e da política cambial, sem que essa receita fosse substituída ou compensada por outra qualquer, mesmo oriunda do orçamento fiscal. Há quem sustente que essa desoneração é inconstitucional e que o STF ainda será chamado a examinar essa questão.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não obstante tudo isso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 287/2016), pretende instituir mais uma desoneração ao suprimir a contribuição social arrecadada sobre a comercialização da produção rural do segurado especial. Pretende-se agora uma arrecadação do segurado especial como se fosse um contribuinte individual, submetendo-se ao sistema de pagamento mensal de contribuição social. A arrecadação por essa sistemática poderá gerar enorme exclusão previdenciária pela dificuldade que esses produtores terão para administrar esses pagamentos, ainda mais se considerarmos o enxugamento da rede bancária no interior do Brasil, com fechamento de dezenas de agências, principalmente do Banco do Brasil e de outros bancos importantes. Em muitas situações, a despesa com o deslocamento e o transporte para o pagamento da contribuição social poderá ser de valor maior do que a própria contribuição social.

Não foi feita uma única estimativa financeira e orçamentária sobre o que o impacto dessa mudança na sistemática de arrecadação traria de benefício ao sistema previdenciário e aos produtores rurais. Sem recolhimento regular das contribuições sociais, os produtores perdem a condição de segurados, gerando pressão, por via reflexa, no sistema de assistência social dos Municípios brasileiros, que já é precário na maioria dos casos.

Também não se considera, na PEC, a sazonalidade da produção rural nem a sazonalidade climática que muitas vezes leva a períodos de estiagem, como a que recentemente ocorre no Nordeste brasileiro, onde existem locais em que há cinco anos não chove. Como querer que os produtores rurais desses locais contribuam mensalmente para a Previdência Social se não conseguem tirar o mínimo da terra para o seu sustento e da própria família?

Ressalte-se que toda essa sistemática não é para que o trabalhador receba uma fortuna a título de aposentadoria, pois o benefício da aposentadoria será, após anos de trabalho, correspondente ao valor de um salário mínimo. Um salário mínimo é o valor a que o segurado especial faz jus como direito a aposentadoria e nada mais. É preciso que tenhamos consciência dessa realidade para que não sacrifiquemos essa parcela da população, que é responsável pela comida que colocamos na mesa todos os dias.

Também, para finalizar, é equivocado pensar que existem dois regimes previdenciários: um para o trabalhador do campo e outro para o trabalhador das cidades. As contribuições vertidas para o regime geral da previdência social são arrecadadas pelo regime de repartição e estão submetidas ao princípio da solidariedade, sendo equivocado fazer qualquer distinção entre trabalhadores urbanos e rurais.

Esperamos que esta audiência contribua para que possamos agregar maior conhecimento e recolher as valiosas contribuições de nossos convidados a fim de melhor relatar essa situação em nosso relatório.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero dizer a vocês, convidados, a V. S^{as}, que meu compromisso, o do Senador Paulo Paim e desta CPI é com a verdade. Então, nós não estamos aqui para fazer firula nem para fazer jogo de cena ou para fazer onda. Nós vamos por o dedo na ferida doa a quem doer. Vamos fazer o que deveria ter sido feito pelo Governo, que é ouvir todos os setores, todos os envolvidos, e apresentar uma proposta de reforma da previdência que garanta a sobrevivência do sistema e que garanta que todos possam conviver com tranquilidade, podendo ter um norte de sobrevivência para o futuro das gerações. Nós não vamos aqui nos embasar em conta falsa da Pnad; não vamos nos embasar aqui em forçação de barra de pôr valores de conta de militares, o que não cabe na conta da assistência social, para forçar déficit; não vamos admitir somar regime próprio da previdência com regime geral da previdência, que são coisas distintas e que não se somam, para poder fazer conta falsa e tentar justificar o injustificável. Então, vamos colocar aqui um ponto final nessa mentira.

O Brasil inteiro, após a prorrogação desta CPI, após ouvirmos toda a sociedade, vai ter um relatório íntegro, limpo e comprometido com a verdade. Vamos ouvir – nós íamos ouvir na semana passada – o Presidente do INSS, o Secretário da Previdência Social, o Presidente da Receita Federal do Brasil, Rachid, e o da Previc, que vamos ouvir no dia 17 de agosto. E vamos ouvir toda a outra parte, o Governo, além dos demais setores envolvidos da sociedade.

Com esse intuito, com esse olhar, para isso, eu vou deixar aqui com o Senador Paulo Paim, porque estou saindo agora para ir ao médico, as perguntas que ele vai ler e passar para vocês, e vocês darão as respostas até nossa próxima audiência, que vai ser na próxima segunda-feira. Então, vocês terão até a próxima quinta-feira para encaminhar para nós da CPI as respostas escritas. Embora vocês possam aqui, nos cinco minutos de considerações finais, falar alguma coisa, nós queremos as respostas escritas, embasadas em estudos, em fatos que vocês tenham, o que vai nos ajudar a consubstanciar a CPI dentro do nosso compromisso com a verdade, dentro do nosso compromisso de buscar a sobrevivência de todos os setores. Então, Paim, eu passo às suas mãos. Eu queria que você pudesse ocupar novamente a mesa, porque eu vou ter que me retirar. Estou pedindo ao Senador Paulo Paim para fazer essas perguntas, pois eu estou sem condições de permanecer aqui em ar-condicionado – eu vou ao médico.

Parabéns, Paim, porque você é um democrata e uma pessoa, como eu já falei, que, se for candidato a Presidente do Brasil, tem meu voto. Eu queria que todo mundo do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como diz um amigo meu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... que estamos sofrendo com essa proposta da previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes de você sair, já que você falou isso, há duas coisas. Um diz o seguinte: "Vai falando, vai falando, deixa





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

falar..." Se a moda pega... O outro diz o seguinte: "Não me arruma confusão mais do que eu tenho já". Mas, obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O Paim tem uma história... Eu tive o prazer de fundar o Partido dos Trabalhadores. Hoje, eu sou Senador pelo PMDB. Eu acompanhei o Paim na primeira legislatura com cinco Deputados do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, e ele estava naquela bancada. Desde aquela época em que ele chegou a esta Casa como Deputado...

Foi Deputado por dois ou por três mandatos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por quatro mandatos.

Depois foi Senador, já no segundo mandato. Ele está totalmente talhado para que o povo brasileiro... O Paim não é xiita nem de direita, nem de esquerda, nem de centro; ele dialoga com todos os setores. É uma pessoa séria e honesta, trabalhadora, formada na universidade da vida, e é isso que... O povo brasileiro precisa de alternativa na próxima eleição, para votar em um ficha limpa, que não seja xiita nem de um lado nem do outro e que tenha condição de unir, numa frente ampla, a sociedade brasileira, para termos alternativa. Então, se, algum dia, ele resolver isso, com certeza, eu serei um dos entusiastas dessa possibilidade.

Desculpe-me, Senador Paim, eu ter que sair. Eu estou até com dor de cabeça aqui.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos dar uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Não por ter me elogiado, mas porque fez questão de vir aqui para dar quórum – se não viesse, nós não poderíamos ouvir os expositores –, embora esteja com um problema de doença.

Vamos então para o Sr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

O SR. RENATO CONCHON – Senador Paim, demais membros da Mesa, em nome da CNA eu quero agradecer o convite para expor o nosso ponto de vista em relação ao que tange à previdência, notadamente à previdência rural.

Se o senhor me permite, eu vou me ater àquelas primeiras perguntas, às quatro primeiras perguntas encaminhadas pelo Requerimento nº 165, de 2017, à CNA, e depois há mais algumas questões que eu poderia abordar na sequência.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se me permitem, a primeira pergunta que foi feita, a que eu vou me ater, é sobre a importância do sistema de pagamento das contribuições previdenciárias do setor via produção, e não de forma individualizada ou sobre a folha de pagamento.

No nosso entendimento, Senador Paim – já foi dito aqui, a gente não precisa bater na mesma tecla todas as vezes –, um dos pilares trazidos pela Constituição de 1988 foi exatamente a reconstrução da seguridade social e a universalização da previdência social. Dito isso, naquele momento da discussão da Constituinte, o primeiro passo era exatamente saber por que não cobrar sobre a folha de pagamento dos produtores rurais, mas, sim, sobre a comercialização de sua produção, como é hoje. Como o senhor bem colocou na abertura desta CPI, deste encontro de hoje, desde aquele momento até hoje é conhecido que a produção agropecuária de todos os produtores sofre um forte efeito de sazonalidade. A gente sabe que há safras, que há condições climáticas. Naquele momento, e até hoje, o melhor entendimento é que o produtor rural pague a contribuição que lhe é devida sobre a comercialização no momento que haja receita.

Realmente, a agropecuária mudou em alguns setores. Algumas atividades agropecuárias já possuem um ciclo de receita. Então, no nosso entendimento, seria a permissão da opção, por parte do produtor rural, de pagar de acordo com a sua comercialização ou de acordo com a sua folha de pagamento, desde que ele possua um fluxo de caixa permanente, para que ele recolha e não fique inadimplente junto à Previdência Social. No nosso entendimento, caso haja a possibilidade de o produtor fazer a opção para o pagamento pela folha ou pela contribuição, ela é a mais indicada neste momento e permitiria que o produtor fizesse a sua escolha no momento oportuno, de acordo com a sua produção agropecuária. Dito isso, então, com relação à produção, a gente sabe que existe o pagamento da contribuição no ato da comercialização, e aqueles produtores que julgarem que têm fluxo de caixa permanente pagariam sobre a folha de pagamento, assim permanecendo adimplentes com a contribuição previdenciária rural.

Existe também a proposta da criação de uma contribuição individualizada, correto? De acordo com o texto da reforma da previdência, isso vai ser mensurado em lei posterior. No nosso entendimento, uma possibilidade como essa seria alguma coisa próxima à figura do microempreendedor individual, que hoje está no urbano – o mesmo seria permitido ao rural. No nosso entendimento, Senador Paim, existe um grande risco para a Previdência Social. É que, no caso da opção do produtor rural por esse recolhimento individual e diante da obrigatoriedade de pagar junto à Previdência... Se porventura ele não tiver condições ou renda para pagar aquilo, vai ser gerado um débito e, num segundo momento, pararão esses débitos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e os Procuradores dificilmente conseguirão reaver esses créditos. Isso vai, no nosso entendimento, se tornar um grande problema para o Poder Executivo estar executando isso lá na frente.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós acreditamos que a opção entre o pagamento da folha ou o pagamento via comercialização... A opção sendo feita pelo produtor é a opção mais viável. Nós acreditamos que o microempreendedor individual rural pode se tornar um problema mais à frente. Esse é o nosso entendimento com relação à questão nº 1 que foi enviada para a CNA.

A questão nº 2 trata da visão da CNA sobre a alíquota que deve ser aplicada para os produtores rurais e para os exportadores de produtos agrícolas na defesa dos mercados internacionais.

Nós acreditamos, Senador Paim, que existe até a possibilidade de uma redução da alíquota. Como hoje 2,1% são cobrados sobre a comercialização da produção agropecuária, nós acreditamos que existe espaço para reduzir a alíquota.

Mas muito vão nos questionar: como reduzir a alíquota num momento em que se está discutindo déficit e aquela coisa toda? No nosso entendimento, ações que promovam a fiscalização cobririam exatamente esse déficit, Senador Paim. Então, no nosso entendimento... Mas trata-se de fazer com que todos paguem a mesma alíquota. Como foi dito também no começo e é de conhecimento, inclusive com outras reuniões anteriores a esta aqui nesta CPI, existem alguns contribuintes...

E o senhor muito bem colocou no início que o produtor rural está na figura de sub-rogado. O que é isso? Ele vende um boi, um saco de café, uma tonelada de soja ou o que seja: o primeiro adquirente tem que recolher, e ele é obrigado a descontar 2,3% daquele produtor rural, pagar e ir junto ao INSS fazer aquele recolhimento dessa alíquota. E, como o senhor bem colocou, muitos fazem apropriação indébita, e isso está gerando uma grande distorção, porque, em uma mesma cadeia de uma atividade agropecuária, alguns contribuintes estão pagando e outros não. Isso não pode acontecer. Então, do nosso ponto de vista, existem também ações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E fica até uma concorrência desleal, não é?

O SR. RENATO CONCHON – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tu tens que pagar certinho, mas o outro, que não paga, acaba usufruindo...

O SR. RENATO CONCHON – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... tanto na venda de um produto até mais barato... Ele que vai revender.

O SR. RENATO CONCHON – Correto.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, por outro lado, quebra a Previdência.

O SR. RENATO CONCHON – Exatamente.

Então, o que a gente imagina? Que existe a possibilidade de redução da alíquota cobrada hoje, mas desde que todo mundo pague por igual, e que ações que promovam essa fiscalização sejam feitas para que todo mundo pague exatamente o que é devido hoje.

Então, no nosso entendimento, existe a possibilidade de redução de alíquota dos produtores pessoas físicas para 1% (atualmente é 2%) e, para pessoa jurídica, até para 1,5%. Existe essa possibilidade desde que haja um caminho para evitar sonegação, como eu vou bem colocar aqui.

Para ser mais propositivo, Senador Paim, se o senhor me permite, a nossa proposta é criar exatamente duas ações para promover essa fiscalização.

A primeira é a seguinte. Hoje, imagine a figura de um produtor rural que comercialize a produção agropecuária. O que acontece? Eu emito a nota fiscal, há o desconto, não necessariamente a empresa adquirente faz o recolhimento em meu nome, muitas vezes vira fluxo de caixa para empresa. O produtor pagou, do ponto de vista de retenção, mas não houve o recolhimento para a Previdência: prejuízo para a Previdência Social e concorrência desleal.

O que que nós sugerimos? A criação, seja no eSocial a partir dos próximos anos, o que está previsto, ou na Gefip atualmente. Que a empresa adquirente seja obrigada a informar, no momento da sua obrigação acessória mensal: "Olha, eu, empresa X, adquiri um saco de café" – um exemplo – "do Senador Paim, CPF nº tal, e recolhi, em nome dele, 2,3%". É muito simples do ponto de vista de elaboração dessa fiscalização, e a Receita Federal vai olhar que a empresa adquirente comprou do produtor A, B ou C e vai confrontar com o valor que foi recolhido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me fazer uma perguntinha que está na mesma linha da sua resposta: se é tão simples assim, por que que não fazem?

O SR. RENATO CONCHON – Porque é trabalhoso. A empresa adquirente, em muitas discussões, inclusive nas que a CNA trouxe, Senador... O senhor pode imaginar, e realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou apenas ilustrando tua proposta.

O SR. RENATO CONCHON – Não... Correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Independente do percentual, enfim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RENATO CONCHON – Mas o senhor concorda que é muito... Imagine um grande frigorífico ou um grande laticínio que adquira de inúmeros produtores rurais. Eles argumentaram, em várias discussões, que é muita burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, para descontar, dá.

O SR. RENATO CONCHON – É.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para tirar do trabalhador, dá. Agora, para repassar, não dá.

O SR. RENATO CONCHON – Concordo. Concordo com o que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma contradição, não é?

O SR. RENATO CONCHON – É uma grande contradição. Para eliminar esse tipo de coisa, que se obrigue: todo mundo é obrigado a declarar de quem comprou, o que comprou e quanto pagou. A Receita vai fazer esse cálculo e vai ver: se o adquirente não recolheu...

(Soa a campainha.)

... que vá buscar os seus direitos.

A outra, que é um pouco mais técnica.

O Ministério do Trabalho fala que uma das figuras da criação do microempreendedor individual rural é para que os produtores rurais figurem na estatística, para que o Executivo, o Poder Executivo, saiba quem pode se aposentar daqui a cinco, dez ou vinte anos. É muito fácil. É só saber: com essa obrigação, se o produtor vendeu e entregou, ele vai ter na sua estatística que ele comprou do produtor rural Senador Paim aquela comercialização, então ele tem direito.

E no caso do produtor em que, porventura, não houve receita, não houve comercialização? Que se crie, então, uma obrigatoriedade para o produtor real de fazer uma declaração de aptidão, que ele fale: "Não, realmente...". Não é como acontece hoje, por exemplo, mas para que ele figure nas estatísticas para fins de aposentadoria no futuro. Essa é a outra proposta.

A questão nº 4, que eu queria trazer: "Qual seria o impacto dos preços dos alimentos se as alíquotas fossem majoradas de forma idêntica às das atividades industriais e comerciais não optantes pelo Simples?"





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Olha, no nosso entendimento, como já foi falado, existe margem até, Senador Paim, para aumentar a arrecadação de uma forma justa para toda a sociedade brasileira de uma maneira equânime, exatamente reduzindo a proposta, até, de alíquotas. Por quê? Qual que é o reflexo nos preços dos alimentos?

Nós entendemos que haverá dois reflexos. O primeiro: para o produtor rural exportador que vende *commodities*... É importante dizer que, no mercado de *commodities* – soja, café, algodão, os principais produtos da base de exportação –, eles vêm com preços formulados no mercado internacional. Ou seja, não é porque se aumentou ou se reduziu a minha carga tributária que eu vou repassar isso para o meu cliente lá fora. Mas o que que vai acontecer? Reduzindo-se essa margem, o produtor rural vai ter uma rentabilidade reduzida.

Então, como está a proposta hoje, que é inclusive voltar a tributação nas exportações, nós acreditamos que o setor agropecuário brasileiro tem condições de continuar com a sua rentabilidade, fornecendo divisas para o País, fornecendo até contribuições para a seguridade social, desde que todos paguem exatamente como tem que ser pago, como determina a lei, sem mexer na contribuição. Caso se revogue a isenção da exportação atual, o que vai acontecer? Queda na rentabilidade justamente dos produtores rurais pequenos.

Vamos lembrar o setor de café. O Brasil é o maior produtor e exportador de café, e grande parcela da produção agropecuária de café no Brasil é de pequenos produtores rurais também. Então, esses serão impactados via, justamente, corrosão da sua rentabilidade.

Então, esse é o nosso entendimento quanto a essas quatro questões principais.

Para o nosso entendimento, só para para demais questões...O tempo está acabando...

O que nós imaginamos, o que nós propomos, Senador Paim, no âmbito da CPI da Previdência? A intensificação do combate às fraudes, com a adoção de medidas que inibam o grande número de concessões de benefícios previdenciários ilegais.

Existe também uma proposta de aprimoramento das ações institucionais da Advocacia-Geral da União para estimular uma ação institucional mais eficaz da cobrança e recuperação das apropriações indébitas de grandes devedores do INSS, como o senhor bem colocou no início. Recolhem do produtor, descontam do produtor, mas isso não chega ao caixa do Governo. Isso não tem como, não tem mais espaço, Senador Paim.

Então, na nossa visão, as respostas às principais perguntas encaminhadas à CNA são essas.

Eu fico à disposição, a CNA fica à disposição, e a gente pode discutir sempre que o senhor assim promover.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Renato Conchon, Coordenador do Núcleo Econômico da CNA, que deixou aqui as suas contribuições para o debate e para a formulação que a equipe há de fazer no final sobre mudança na legislação, já que é unânime aqui que o problema da nossa Previdência é uma questão de gestão e combate à sonegação, enfim, de desvio do dinheiro da Previdência.

Vamos para o Presidente da Associação Recicle a Vida, o Sr. Cleusimar Alves de Andrade.

O SR. CLEUSIMAR ALVES DE ANDRADE – Boa tarde a todos.

Meu nome é Cleusimar e eu sou presidente de uma cooperativa de catadores do Distrito Federal que se chama Recicle a Vida.

A gente está numa cidade que se chama Ceilândia, que fica próxima do do centro. E eu faço parte também de uma rede que se chama Rede Alternativa. Essa rede hoje tem 15 cooperativas que são filiadas a ela, sendo três do entorno daqui de Brasília: Formosa, Águas Lindas e Valparaíso. A gente também faz parte de um programa do Governo Federal, que já é um programa antigo, chamado Cataforte.

Com esse programa, a gente teve a oportunidade de conhecer a realidade dos catadores do Brasil inteiro. Cadastradas nesse programa temos 33 redes, representando praticamente todos os Estados, com exceção do Piauí, que ficou de fora, mas a gente conhece bastante a realidade dos catadores de todo o Brasil.

Quando me convidaram para aqui falar dessa matéria, eu confesso que sou um cara muito na prática mesmo de catar, de fazer o nosso ganha-pão lá trabalhando. Entendo muito pouco essas questões de previdência, de reforma, mas consigo entender que, quando uma catadora, por exemplo, morre lá no lixão, igual aconteceu recentemente, eu tenho certeza de que a família dessas pessoas está totalmente desamparada, ninguém recebeu nada. Temos uma catadora, que é uma das velhas lá da minha cooperativa, a D. Tereza, que recentemente pisou num pedaço de plástico, quebrou o pé e ficou quase um ano em casa, ganhando sabe quanto? Nada, não ganhou nenhum real, não conseguiu receber nada. Tivemos que fazer vaquinha e levar cesta básica para ela não morrer de fome.

Então, eu acho engraçado, porque eu estou vendo o povo aqui da agricultura também, eu vejo o agricultor, que trabalha sob o Sol... Eu sei que hoje a coisa está mais moderna, a máquina colhendo, mas eu tenho a visão daquele que ainda puxa enxada sob o Sol e tal – quando se trata de agricultura familiar, eu acho que é um pouco por aí –, o que não é diferente da nossa realidade. Muitos catadores Brasil afora estão lá trabalhando nos lixões sob o Sol, alguns aqui no Cerrado. Então, são um pouco parecidas essas realidades.

E o que acho engraçado é que eu estou vendo o povo aqui vindo defender – o povo dessa questão rural – para não perder o que eles já conquistaram, ao passo que a gente ainda não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conquistou nada ainda. A gente queria muito colocar e deixar isso bem claro aqui para vocês, porque, no Brasil, aqui no Distrito Federal, temos o segundo maior lixão do mundo, muito próximo daqui, a 13km daqui do Senado Federal, e ainda há seis cooperativas de catadores que ainda estão lá. O Governo do DF está trabalhando, está construindo centro de triagem, já inaugurou um aterro sanitário, mas o fato é que os catadores ainda estão lá.

Eu fico imaginando como a gente vai fazer para mudar essa história. A gente esperando, com muitos anos de luta, a gente vê que a Política Nacional de Resíduos Sólidos fala catadores de materiais recicláveis no mínimo umas dez vezes, e o que acontece? Eu vejo a reforma da previdência, não sei o que da previdência, essas discussões todas aí e não vejo falar: "Vamos dar uma força para os catadores, vamos ver aqueles miseráveis", porque é assim que as pessoas veem os catadores como aqueles coitadinhos, os caras da cesta básicas. A Política Nacional fala de logística reversa, vamos ajudar, a Coca-Cola emite não sei quantas milhões de garrafas e as colocam no mercado. Se eles colocassem meio centavo – nós fizemos uma conta um dia desses – os catadores do Brasil estariam todos ricos, digamos assim. Se eles cumprissem realmente.

E aí a gente a pensar de uma forma diferente aqui no Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal contratou de forma inédita quatro cooperativas de catadores para fazer a coleta seletiva do lixo. Nesse contrato, eles pagam por uma rota. Não é novidade para ninguém que quem ganha dinheiro com o lixo, quem faz o trabalho com o lixo são os grandes empresários. Acho que isso é claro para muita gente ou para todo mundo. Alguém lá teve a ideia de fazer o seguinte: vamos dar uma chance para esses caras. E contrataram quatro cooperativas de catadores, sendo que uma delas é a que eu represento.

Recebemos R\$31.932,46 para fazer uma rota com um caminhão, e o Governo vai lá e diz o seguinte: se você não pagar o INSS, vocês não recebem esses R\$31 mil para pagarem as despesas. Aí, beleza! Cooperativa de catador, Política Nacional de Resíduos e tal. Graças a Deus, a Política Nacional nos permitiu ser contratados com dispensa de licitação, e entra a tal Previdência Social, que nunca pensamos que íamos pagar, não sabíamos que tinha. O Governo diz o seguinte: se não pagar, você não recebe. E agora? Vamos pagar esse negócio.

O que acontece? A gente procura a contabilidade, o cara que entende do assunto... Eu vi um monte de pessoas aqui são especialistas em planilhas. Eu não sei fazer muito bem essas contas. Viram para nós e dizem assim: "Se você fizer o MEI, vai pagar 11% de contribuição. Se você contribuir como autônomo, é 20%". Aí a gente vira para o catador, e o cara fala: "Uai! Por que o outro, que é trabalhador, CLT, não sei o que de empresa paga menos, 11%, e a gente tem que contribuir como autônomo?" A gente paga 20% de INSS se a gente quiser receber, senão o Governo não vai pagar essa mixaria para a gente fazer a coleta seletiva.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O cara falou: "Nós somos inteligentes! Vamos pagar o MEI. Vamos fazer todo mundo o tal MEI para pagar 11%". Aí descobrimos o seguinte: a lei diz que o catador de material reciclável tem que sobreviver unicamente da catação, e a fonte de renda dele que ser só aquela. Se fizer o MEI, ele passa a ser microempreendedor individual, ou seja, um empresário, e deixa de ser catador. "Então vocês estão lascados. Vão ter que pagar 20% e acabou." E nós estamos pagando. Já tem mais de um ano esse contrato.

Detalhe: a nossa cooperativa tem 52 catadores. Mais uma vez, a gente tem que burlar a lei, tem que ser sem-vergonha. Por quê? A lei diz que os 52 catadores teriam que contribuir. Mas de onde nós vamos tirar o dinheiro? Se botarmos os 52 catadores para pagar isso, nós não vamos dar conta. Então, o que falamos para o Governo? "Governo, nós não temos 52 catadores, não. Nós só temos 12." Infelizmente nos obrigam a fazer isso, senão a gente vai trabalhar para pagar a previdência dos catadores. Então, Senador, eu não sei se eu estou confundindo a cabeça de vocês, mas eu queria frisar que, se a gente hoje fosse pagar o INSS desses 52 catadores que são associados, que são sócios da cooperativa...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEUSIMAR ALVES DE ANDRADE – ... a gente teria que pagar R\$128 mil por ano de contribuição, o que a gente não tem; mas, se a gente tivesse pelo menos o que o povo da produção rural tem, pelo menos, a gente poderia contribuir, em cima da nossa renda, só da nossa rede, com R\$50 mil por mês, em cima desses doze e pouco por cento, que é o que vocês pagam. Então, o Governo está deixando de arrecadar R\$50 mil, por quê? Porque a gente tem que trabalhar da forma...

Eu queria falar o seguinte... Eu nunca vi um tempo para correr igual a esse aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu te dei dez, agora mais cinco. Tem cinco minutos ainda.

O SR. CLEUSIMAR ALVES DE ANDRADE – Eu tinha muita coisa para falar...

Eu queria citar o exemplo da Neidinha. A Neidinha é uma catadora de uma cooperativa nossa que fica na cidade de Santa Maria. A Neidinha está com um problema, talvez seja um câncer. Ela está mexendo lá, nos exames, aquelas coisas todas. Dizem que é um cisto, mas eu não sei se é cisto ou se é câncer. Eu sei que, para convencer a Neidinha a pagar R\$187 de contribuição de INSS, porque, se ela tiver um câncer, para ela não morrer e ficar por isso mesmo... Ela não quer pagar! "Neidinha, então é o seguinte: a cooperativa vai te ajudar com um tanto". O pessoal está fazendo vaquinha para ajudar na contribuição da Neidinha, porque ela falou: "Eu prefiro morrer a pagar". Sabe por quê? Porque a média de renda do catador no Brasil é de R\$600. Como é que o cara vai tirar R\$187, que é o que o miserável do meu contador falou que eu tenho que pagar, 20%, de INSS? Me explica! Não dá! Então, o que acontece? *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É engraçado, mas é isso mesmo. A gente está vendo aí as políticas incluindo. A Política Nacional fala no nosso nome. Então, por que não nos colocar na previdência? Por que não dar esse empurrãozinho para nós?

Eu vou fazer uma continha rápida para concluir: o Governo do DF contratou oito cooperativas de catadores. Nós temos 33 no Distrito Federal. Ele está pagando R\$92 a tonelada de lixo reciclável que o catador tria. Então, aquilo que ele busca na rua, aquilo que o próprio caminhão da coleta busca e leva para dentro da cooperativa, o que acontece? Esse material foi triado, foi emitida a nota fiscal, o Governo vai pagar R\$92. E aí, vou explicar uma coisa para o senhor: esses R\$92 ele só paga se a gente pagar o INSS. Imagine o senhor que, na nossa cooperativa, a gente tria 100 toneladas de material por mês. Dá R\$9.200. O senhor calcule: 52 catadores vezes R\$187, que são os 20% que o meu contador mandou eu pagar. Os R\$9.200 dão para pagar? Não dão. E aí sabe o que nós temos que fazer? Mentir. Virar para o Governo e falar: "Não, nós não temos 52 catadores". Só vão trabalhar nesse serviço de triagem dez, porque aí, dos dez, nós pagamos mil, oitocentos e setenta e tal – faz aquela conta –, e é perigoso ainda uma sobra ou uma divisão de sobra no final do ano. Então, o que eu queria pedir, e eu nem sei se este é o momento ou como é que funciona... Parece que nós temos uma vida confortável porque nós estamos dentro de um galpão cedido lá e tal, e com toda a dificuldade nós estamos trabalhando. Mas e a vida dos catadores do lixão? Nós temos seis cooperativas dentro do lixão aqui de Brasília. E do Brasil? Quantas pessoas Brasil a fora fazem parte desses lixões? Em 2014 ia ser fechado, já prorrogou o prazo e tal. E essas pessoas vão aposentar quando? Os catadores do lixão, Senador, vão aposentar quando?

Então, eu queria finalizar a minha colocação aqui dizendo o seguinte: a gente quer ser reconhecido como profissionais, a gente quer mudar essa história de que o catador é miserável, de que o catador é coitadinho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. CLEUSIMAR ALVES DE ANDRADE – A gente quer trabalhar e a gente quer prestar o serviço de forma honesta. Mas a gente queria também o nosso respeito, queria que houvesse esse respeito pelos catadores, porque a gente trabalha, e o nosso trabalho não é muito diferente das outras profissões que existem Brasil a fora.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cleusimar Alves de Andrade, Presidente da Associação Recicle a Vida, que faz um balanço da situação deles e das dificuldades que eles têm para pagar a previdência, não é?





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos lá: Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Muito boa tarde a todos companheiros e companheiras e às pessoas aqui presentes. Queria cumprimentar o Senador Paim e os demais que estão aqui na Mesa com a gente. Queria aproveitar para cumprimentar também, aqui presente, parte da Direção da Contag.... (*Palmas.*)

... majoritariamente as companheiras mulheres: Edjane, Mônica, Thaísa e Rosmari. E da assessoria também há vários: vou cumprimentá-los e cumprimentá-las em nome de Urbano, que já até foi lembrado aqui, que está na nossa assessoria, mas já foi também ex-Presidente da Contag.

Eu queria, primeiro, que a gente visse, Paim, um vídeo rápido, de dois minutos; que a gente assistisse aqui a um exemplo de uma agricultora familiar, que produz, que vende e expõe para a gente um pouco a situação dela de vida.

(Procede-se exibição de vídeo)

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Esse é um exemplo de muitos agricultores familiares do Brasil. Fizemos questão de trazer essa companheira, uma mulher, para mostrar para a sociedade como um todo que a agricultura familiar produz e também contribui com a Previdência Social. Na nossa apresentação, vamos demonstrar isso melhor.

Mas eu queria só abrir um parêntese no início, para dizer a você, Cleusimar, que a Contag se soma à causa de vocês. Inclusive, nas nossas atividades, sempre procuramos fazer parcerias com vocês, trazer vocês para fazer aquela parte da limpeza final dos eventos aqui, no DF, para dar o exemplo: fazer o evento e deixar limpo o local. É com vocês que temos trabalhado. Essa é uma forma como temos procurado ajudar. Se houver outros meios, nos procure. Precisamos estar solidários, porque não há outra forma de construir um mundo justo, uma sociedade mais justa e mais igualitária se aqueles que tiverem um pouquinho mais não ajudarem aqueles que têm menos. Contem conosco.

A previdência pública...

Pode passar a próxima.

Nós queremos trazer aqui a mensagem dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais organizados pela Contag, que tem 27 federações, uma em cada Estado e aqui no Distrito Federal. São mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores rurais que estão nos Municípios de todo o Brasil.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A nossa opinião em relação à Previdência Social é que ela é uma política inclusiva de proteção previdenciária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que dependem de um eficiente e sustentável sistema de seguridade social.

Nós não estamos aqui para discutir possibilidade de agricultor familiar ir para a assistência social. De acordo com a nossa Constituição Federal, estamos discutindo aqui direitos. Nós estamos incluídos no Regime Geral da Previdência Social, porque somos trabalhadores, produtores, agricultores. Estamos no Regime Geral e dele não podemos sair.

O mito do déficit já foi demonstrado aqui pela Cobap. Foi uma boa apresentação. Queremos elogiar. E vamos apresentar algo que é semelhante ao que eles já colocaram.

Queremos deixar claro para a sociedade brasileira e para o Senado Federal que precisamos continuar no Regime Geral da Previdência, porque somos produtores, trabalhadores e contribuímos com a Previdência, contribuimos com o desenvolvimento deste País. Não há como garantir um país justo, desenvolvido, com um desenvolvimento sustentável sem uma agricultura funcionando plenamente. E quem emprega é a agricultura familiar. Quem emprega são os agricultores familiares. Quem produz para alimentar o mercado interno... A maioria da população brasileira, mais de 70% das mesas do povo brasileiro são alimentadas pelo produto que vem lá do campo, dos agricultores familiares. O agronegócio, que já se pronunciou aqui, representado pela CNA, tem importância para gerar divisas na exportação, mas quem alimenta a grande maioria do povo brasileiro, inclusive com produtos baratos... É bom lembrar isso. Quando o agricultor tem produto para vender, o preço cai. É a lei da demanda e da oferta. Isso é uma coisa importante.

Se a sociedade quer um alimento saudável na sua mesa, ela tem que ajudar nesse custeio como um todo. Então, nós temos que estar dentro do sistema geral. E o Governo tem separado as contas, como disse aqui a Cobap, para mostrar déficit que, na verdade, não é déficit. O que há é uma apropriação de parte dos recursos da Seguridade Social para fazer outros investimentos que depois não voltam, que poderiam incluir outros segmentos importantes da sociedade.

Próximo.

Queremos demonstrar que essa questão da contribuição dos trabalhadores rurais, dos produtores rurais, não é de hoje. Vejam o Estatuto da Terra, de quando é. Ele é de 1963. O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, pela Lei nº 4.214. Desde então, foi criado o fundo e já vem a arrecadação. O que aconteceu na ditadura militar, Paim, foi que ali se arrecadou muito dinheiro e só com a lei complementar de 1971, Prorural e Funrural, é que começam a aparecer os primeiros benefícios. Veja quanto tempo nós esperamos lá no campo, trabalhando, produzindo. E o Estado vem nos reconhecer... Reconheceu com o Estatuto tanto o direito previdenciário quanto o trabalhista, mas só veio a reconhecer de fato, para ter os primeiros benefícios, naquele momento. E era meio salário mínimo. Vocês se lembram: mulher não se aposentava, só se fosse arrimo de família, aquela história





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que todos conhecem. Historicamente, é isso que vivemos nessa realidade brasileira, só para mostrar um pouco esse período histórico.

Pode passar.

O sistema hoje que nós temos... A Constituição Federal de 1988, nossos Constituintes entenderam assim e a sociedade participou desse debate. Nós, trabalhadores rurais, contribuimos muito naquela época – Contag – nessa luta e conseguimos esse sistema. Está aí a previsão: é um sistema que é solidário. Tem que haver solidariedade no sistema. A universalidade, a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural foi garantido o direito de igualdade nesse processo entre o campo e a cidade; a equidade na forma de participação do custeio; a diversidade da base de financiamento. Ou seja, esse é um sistema solidário. A sociedade e o conjunto da sociedade têm que entender o todo. Vai haver segmentos com mais dificuldades de fazer grandes contribuições? Há outros com mais condições? Vão contribuir mais. Esse é um sistema que é solidário e que pode ser sustentável. Quem ganha mais contribui com um pouco mais. Quem ganha menos contribui com menos, mas contribui também. A regra tributária brasileira é que não é justa. Há muitos segmentos que podiam financiar mais não só a Previdência, mas as políticas públicas como um todo – e a gente sabe que a carga tributária brasileira é das mais injustas do mundo. Quem é penalizado mesmo é o salário. Esse não tem nem como sonegar, porque outros setores, como já foi dito aqui, têm várias formas de sair pela tangente.

Próximo.

O orçamento da seguridade social, que está lá no art. 195: "A seguridade social será financiada por toda a sociedade", como eu disse. É um sistema solidário para o qual todos devem contribuir, inclusive os orçamentos, tanto da União, como dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Próximo.

Aí são as fontes de financiamento. Veja o que é que se passa, como se toda a Previdência... Primeiro, eles separaram, não é, Paim? O Governo está fazendo assim. Separaram. Não é seguridade social. Separaram a previdência para um lado, saúde para outro, assistência para outro. E pegam a previdência e ficam mostrando aqueles números falsos do rombo. Olha aí o custeio que é da seguridade social: salário, receita e faturamento, lucro, concursos. Para traduzir isso aí, por exemplo, as loterias. Tudo gera recursos para aí: as importações de bens e serviços, a contribuição do produtor pessoa física. Enfim, é daqui que vêm as receitas, é daqui que a gente tem que discutir a sustentabilidade do sistema.

Próximo.

Aqui nós colocamos a Previdência Rural pós-Constituição de 1988 e como que ela está subdivida, a filiação dos trabalhadores rurais ao Regime Geral da Previdência, o contribuinte





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

individual, o empregado rural, o segurado especial, que atinge muito o nosso público. Sobre o empregado rural, o Cadu, daqui a pouco, no tempo dele, vai falar sobre isso. Cadu, perdoe-me. Nós estamos juntos aí, porque estamos num processo de desmembramento das duas categorias: familiares e assalariados na Contag. Nós estamos juntos nessa tarefa também para construir duas grandes organizações no campo brasileiro.

Próximo.

O empregador rural... A gente colocou esta planilha só para mostrar um pouco dessa realidade. Segundo, vejam o que está em vermelho ali embaixo. Na primeira observação, nós contribuímos com 2,1% da comercialização do produto da agricultura familiar, como expôs ali aquela companheira no vídeo. E nós, diferentemente da CNA, defendemos manter a alíquota do mesmo jeito. Nós defendemos manter a alíquota... Eu acho que se pode manter a alíquota em 2,1%. Nós estamos dispostos a continuar contribuindo como estamos fazendo.

O Estado brasileiro precisa não só fiscalizar, mas criar as condições também de arrecadar, porque, muitas vezes, a empresa que adquire, pessoa física ou jurídica, compra a produção...

(Soa a campanha.)

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – ... não aparece na nota do agricultor como ele tendo pago. Ou ele paga ou é sonegação de uma forma ou de outra. Acaba prejudicando. E não aparece naquele valor que é arrecadado.

A última observação lá, dita pelo IBGE: 40% da mão de obra assalariada no Brasil, de que o Cadu vai falar com mais propriedade que eu, é reconhecida, porque 60% dela estão na informalidade. Para isso também falta fiscalização do Estado brasileiro. Aí poderia aumentar muito a contribuição, porque é mão de obra contratada que está na informalidade.

Próxima.

As bases da Constituição, de que já falamos um pouco. A contribuição nossa da agricultura familiar, como eu disse, é 2,1%. Em regra geral, é reconhecida pela empresa. Eu já falei disso.

Pode passar para a próxima, porque o tempo aqui anda mais ligeiro, não é, Paim?, do que quando falamos na Contag. O relógio de lá demora um pouquinho mais. Controlamos o relógio, não é? É mais fácil.

Isso aqui é uma contribuição, que, daqui, não estou conseguindo ler. A lente do meu óculos não é suficiente. Mas aí é uma das notas para dar um exemplo para vocês de notas e contribuição de nossos agricultores familiares que nos mandaram nesta semana.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que há mais algumas. Daqui, eu não consigo ver essa daí também, mas essa é a prova, como a companheira mostrou, de várias contribuições que são feitas pelos agricultores familiares nos diversos locais do nosso País, nas diversas regiões do País.

Aqui é o mito do déficit, que já foi colocado também pela Cobap. Na nossa avaliação, o suposto superávit é calculado considerando apenas a contribuição previdenciária. Eu já falei sobre isso. Então, aí é um jogo de números, que tenta convencer a sociedade. Há setores da grande mídia que compraram essa ideia e estão tentando manipular a cabeça das pessoas, inclusive a dos trabalhadores na base.

Próxima.

Aqui são mais números em que mostramos a desoneração, já citado pela Cobap. As desonerações estão em azul: 857 bilhões que já foram desonerados ao longo de dez anos significam muito dinheiro da previdência nessas desonerações. Foram desonerações, muitas vezes, sem critérios. Isso não melhorou a indústria, isso não melhorou a economia, não houve contrapartida, não contrataram mais gente, não é, Cadu? E o dinheiro foi. E ele foi sempre na lógica do capital: para os mais ricos. Essas desonerações não foram para os catadores, não é, companheiros? Se fossem, vocês estariam com essas cooperativas em outra situação.

Próxima.

Há a questão da DRU, que já foi citada. Essa também é uma questão complicada. Por exemplo, se o orçamento da seguridade social é deficitário, por que há DRU? Por que ela era de 20% e agora aumentaram para 30%? Para utilizar esse dinheiro para fazer as desvinculações e, depois, fazer aplicação em outras áreas. Então, se utilizam dessa ferramenta, é porque há recursos. Então, há muita contradição no discurso de que é deficitária e, ao mesmo tempo, aumenta-se de 20% para 30% a possibilidade de a União mexer no recurso, fazer as transferências internas do recurso. Próximo.

Aqui é um diálogo que a gente precisa fazer de forma solidária com o setor de exportação do campo, com os companheiros da agroindústria, com os grandes produtores rurais, que produzem. Inclusive, nós temos companheiros na agricultura familiar, no café e em outras áreas, que estão nesse pacote aí. É verdade. Foi citado aqui na exposição da CNA. Nós estamos dispostos a discutir a participação nesse sistema, porque, se tudo é solidário e nós estamos bem nas exportações, é preciso também contribuir. Olhem aí quanto nós, em oito anos, poderíamos ter gerado de renda para a Previdência Social: R\$32 bilhões. Então, queremos participar. O sistema é solidário, todos têm que dar sua contribuição. Se o agronegócio vai bem, se as vendas estão bem, temos que contribuir, todos têm que participar. O nosso grupo está dentro desse processo, nós queremos contribuir, participar desse bolo, e ajudar no financiamento da Previdência Social e da seguridade como um todo.

Próximo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Esse é o quadro que mostra...

(Soa a campanha.)

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – ... a nossa participação, Paim. Sem a previdência social, a pobreza no País seria muito pior. Os índices seriam muito altos. Ela ajuda na distribuição de renda, é importante.

Próximo.

Meu tempo acabou. Ainda faltam algumas coisas. Paim, me dê mais um minuto, desse seu minuto aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pedido, mais um minuto.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Essa aqui é para mostrar, Paim, que 68% dos valores dos benefícios rurais são pagos em Municípios de até 50 mil habitantes. É importante os Municípios atentarem para isso, porque a previdência social gera renda nos Municípios, e como é que ficarão os Municípios brasileiros sem a previdência social se essa reforma passar? Em 71% dos Municípios brasileiros, o repasse da previdência rural ultrapassa os repasses do Fundo de Participação; ou seja, em 71% dos Municípios, o que entra da previdência é maior do que o Fundo de Participação. Que impacto teremos na economia e no desenvolvimento do País com uma reforma desse tipo?

Próximo.

Aqui é onde produzem macaxeira – aipim ou mandioca, dependendo da região, não é, Paim? São 78%. Não dá para citar todos, mas dá para ver que a gente produz muitos produtos importantes. Esses são só alguns. Também estamos na suinocultura, no leite, e em tantas outras áreas.

Pode passar.

Aí são as propostas que a gente apresenta: intensificar o combate à sonegação das contribuições e agilizar a cobrança dos créditos previdenciários constituídos; rever os critérios e regras aplicáveis às renúncias previdenciárias; rediscutir as desonerações de determinados setores, e exigir contrapartida das empresas beneficiadas, se houver; rediscutir a contribuição sobre o faturamento, e também do lucro...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – ... não desvinculação de receitas da seguridade social para outras finalidades que não sejam atender às políticas de saúde, previdência e assistência social.

Só um minutinho. A DRU pode gastar até 30%, inclusive; instituir o eSocial Rural simplificado, visando maior formalização dos contratos de trabalho no meio rural. Por exemplo, se nós tivermos um cadastro simplificado como é hoje para o empregado doméstico, nós podemos encontrar forma de resolver esse problema da alíquota de maneira mais fácil, pois pagar um contador – se cada agricultor tiver que pagar um contador – vai ser complicado, na lógica que foi dita aqui inclusive do empreendedor rural.

Aprimorar a arrecadação das contribuições provenientes do setor rural por meio de informações sobre a venda de produção rural a serem lançadas no CNIS Rural. Aqui você pode criar um sistema para fazer o melhor controle dessa situação...

(Soa a campanha.)

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – ... e facilitar inclusive a cobrança.

Por último, integrar as ações da União, Estados e Municípios visando obter maior formalização da agricultura familiar e adotar políticas unificadas nas áreas tributárias, sanitárias, ambientais, fundiárias e em outros setores.

É isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Aristides Veras dos Santos, que falou pela Contag.

Complementando essa questão rural, Carlos Eduardo Chaves Silva, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contrae).

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Boa tarde a todos.

Queria aqui, de imediato, agradecer ao Senador Paulo Paim por este espaço aqui na CPI. É o Senador que tem sido um parceiro importante na defesa dos direitos dos trabalhadores. Não é só nesta Frente que a gente tem o prazer de contar com o senhor. Como membro da Contrae, não posso deixar de citar aqui a importância que o senhor tem tido na defesa do conceito de trabalho escravo. É um dos Senadores com que a gente pode contar aqui nesta Casa.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós ficamos muito satisfeitos de poder participar desta audiência para mostrar um pouco para vocês uma situação tão grave quanto as que já me antecederam aqui relacionada aos empregados rurais.

Aproveito aqui para cumprimentar o Presidente da Contag, Aristides Veras, também o representante da CNA, também o Cleusimar e a Jaíra, todos que, cada um na sua área, têm conhecimento para tentar ajudar a gente neste debate.

Pode passar?

A Contar, Senador, é um desmembramento, como o Aristides falou, é uma dissociação da Contag. A Contag hoje representa só a agricultura familiar; e os assalariados e as assalariadas rurais são representados pela Contar, por esta confederação – o que não nos impede de continuar caminhando juntos em vários temas, e a reforma da previdência é um deles.

A grande questão por trás da reforma da previdência é saber se ela vai ajudar a resolver. E a discussão que é o objeto desta CPI é se há déficit, mas também se a reforma, em si, vai ajudar a resolver esse suposto déficit que é apontado pelo Governo em vários espaços. Então, a pergunta simples para trazer a visão dos empresários rurais é: por que a reforma da previdência não resolverá os principais problemas nem facilitará o acesso dos empregados rurais à proteção social?

Pode passar.

Com esse primeiro eslaide, a gente poderia já demonstrar por que é que essa reforma não vai resolver. Esse mapa aí, Senador Paim, é o mapa da informalidade. Como trazido aqui anteriormente, nós temos hoje quase 4 milhões de empregados rurais, e apenas 40% são formalizados, ou seja, têm suas carteiras de trabalho assinadas, têm os recolhimentos feitos junto à Previdência. E você tem um universo de... Então, isso dá algo em torno de 1,6 milhão. Isso é a média nacional – é preciso chamar a atenção para isso, porque, com o processo de mecanização, o centro-sul do País, por exemplo, hoje emprega muito pouco. Então, essa formalização acaba tendo essa média – entre aspas – "de 40%", que já é alta, mas baixa, se você analisar o resto do País, porque você faz uma compensação com alguns Estados como Sergipe, por exemplo, que tem mais de 90% de informalidade. O que isso significa? Que 90% dos trabalhadores desse Estado não contribuem com a reforma da previdência. Por quê? Porque suas carteiras não são assinadas e, em muitos casos, porque há, sim, a assinatura da carteira, mas não há o repasse daquela contribuição que é descontada dele para a Previdência.

Aqui eu trago um exemplo claro: alguns anos atrás fomos fazer apresentação com o Dieese lá em Alagoas, e os números do Ministério do Trabalho apontavam a existência de 8 mil cortadores de cana no Estado, só que um levantamento que foi feito pela federação e pelos sindicatos, usina por usina, apresentava um número maior que 40 mil. O que significa? Como são contratos curtos e o processo de fiscalização principalmente da homologação da rescisão do contrato de trabalho não





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

passa pelos sindicatos, muitos trabalhadores tinham a carteira assinada, recebiam salários, mas a homologação da rescisão era feita sem observar o recolhimento da contribuição previdenciária. Quer dizer, a rescisão era feita, porque não é necessário, para os contratos com menos de um ano, sequer passar por essa homologação no sindicato. Então, observamos que essa reforma desconsiderou totalmente a informalidade.

Pode até avançar mais um pouco aí.

Tanto ela desconsiderou que não há, na proposta de reforma, nenhuma linha para enfrentar a informalidade, nenhuma; ao contrário, as ações a que assistimos hoje são de destruição da Auditoria Fiscal do Trabalho, que é quem pode fazer isso lá na ponta, com o sucateamento do Ministério do Trabalho, o que já vem sendo denunciado ao longo dos últimos anos.

Então, para nós é muito claro que, para se analisar o que se arrecada, a capacidade de arrecadação que existe hoje para os empregados rurais é altíssima. Temos uma informalidade que é o dobro da informalidade urbana. Então, é preciso, para que consideremos essa reforma séria, enfrentar esse grave problema. Com isso aqui, estamos falando não só do direito de se aposentar não, é o trabalhador que se acidenta, por exemplo, que perde um membro, mas não tem o contrato de trabalho formalizado e deixa de acessar qualquer espécie de proteção social do Estado brasileiro.

Pode avançar.

Pode passar mais uma.

Então, veja só. Outro problema grave: ele não observa a sazonalidade da atividade, mas também a prevalência dos contratos temporários. Essa informação é importantíssima, para entendermos como fica a situação do assalariado rural, caso essa reforma venha a avançar. Dos assalariados rurais, 35% trabalham por menos de três meses no ano, 35% dos contratos de trabalho têm menos de três meses; 19,2%, de três a seis meses. Então, você tem um universo de 53% de trabalhadores que trabalham por seis meses durante o ano. Quando tentamos dialogar, explicar isso para o Governo, eles disseram: "Não, mas, quando não há atividade na agricultura, ele migra para outra", que é uma afirmação de quem parece não conhecer o País. Quantos Municípios vivem somente da atividade rural, têm as suas economias funcionando só por seis meses e, depois disso, o Município para? Então, não é um cálculo fácil, como o Governo tenta transparecer. Aí, gente, acima de um ano, só 26%, lembrando que eu estou falando aqui dos contratos formais, só contratos formais. São informações do Ministério do Trabalho, através da Rais.

Para a gente entender uma coisa, a lei atual já é bastante... Ela já causa uma dificuldade muito grande para o assalariado rural conseguir se aposentar. Só para se ter uma ideia, se pegarmos essa parcela que trabalha por menos de três meses... Vamos supor que esse trabalhador complete 18 anos e comece a trabalhar hoje. Você vai pegar o tempo de contribuição atual, que é de 180 meses, e dividir





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

por três meses de trabalho ao ano. Ele vai ter que trabalhar por 60 anos para conseguir se aposentar, se tudo der certo e se, durante esses 60 anos, ele trabalhar com a carteira assinada todos os anos.

Pode avançar.

Então, ele começa a trabalhar com 18 anos e conseguirá, em tese, se aposentar com 78 anos, e isso na regra atual.

Pode avançar mais um.

O que existe de contrapeso? É que a Lei nº 11.718, quando foi aprovada, estabeleceu um período de transição para que o Governo cuidasse de combater a informalidade. Na regra atual, de 2016 a 2020, esse tempo vai cair pela metade, porque cada mês trabalhado equivale a dois. Então, já conseguimos perceber que a regra atual é cruel, porque desconsidera uma situação grave no campo, que é a perda precoce da capacidade laborativa em algumas atividades que são executadas no meio rural. Muito trabalhador perde a condição de trabalhar antes mesmo dos 40 anos. No corte da cana-de-açúcar, a média em alguns Estados é baixíssima. Temos casos de trabalhadores que perderam a condição de trabalhar com 32 anos de idade. Então, já vimos que a regra atual é cruel.

Caso seja aprovada essa reforma, vejamos como ficaria essa situação da mesma faixa de trabalhadores que trabalham por até três meses. Como foi elevado para 300 o tempo de contribuição, você vai dividir esse valor por três, porque acaba também com a transição da 11.718. E não é chute, gente. Isso é matemática pura. Quem começar a trabalhar aos 18 anos, caso a reforma seja aprovada, vai se aposentar com 118 anos.

Pode dar mais um passo.

Já coloquei o caixão ali porque essa é a realidade. E, quando se vai conversar com o Governo, ou por má-fé ou por ignorância, eles tentam apresentar soluções que não existem, mas me esforçando um pouco e aproveitando que o senhor já apresentou algumas *charges* aqui, eu consegui identificar duas soluções que lá na Contag estamos discutindo: a primeira seria se ele fosse uma múmia. Se se mumificar ele vai conseguir acessar esse benefício...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – ... com 118 anos. Se ele não conseguir...

Pode passar.

A outra alternativa seria se tornar um vampiro, porque não morreria nunca e conseguiria acessar, sim, esse benefício da Previdência Social.

Pode dar mais um passo.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trago um segundo exemplo. Já conseguimos sentir a gravidade, mas vamos pegar mais esses 19% que trabalham por seis meses. A conta também é altíssima, porque, pela regra atual, ele trabalharia por 30 anos e se aposentaria aos 60.

Pode avançar, para a gente poder ganhar tempo.

Com a alteração da regra, ele vai ter que trabalhar por 50 anos e cair mais uma vez na questão dos 68. Por que eu coloco caixão? Porque a taxa de mortalidade em muitos Estados é bem inferior a essa, sobretudo para quem está no meio rural.

Um dos argumentos que trazemos é que essa proposta de reforma, Senador, descumpra um princípio básico que orienta a Previdência Social, que é a observância da perda da capacidade laborativa. Esse já é um vício específico. Quando você viola um princípio de um ordenamento, como é esse princípio, você acaba violando todo o arcabouço jurídico que regula aquele direito.

E aí vem uma situação muito grave e também tentamos avisar isso ao Governo...

Pode avançar. Não, pode voltar, só aquela outra tabela.

Tentamos avisar isso ao Governo e tivemos o desprazer de nos reunir com o Subsecretário do Regime Geral da Previdência, o Benedito Brunca – falo desprazer porque foi a primeira vez que vi um Governo se recusar a receber uma nota técnica de uma entidade sindical. Ele não quis receber a nota técnica. E eu o estou nominando, porque foi essa frase que ouvi dele: nós não vamos receber.

O que o relator da reforma fez? Ele fez uma modificação em relação à agricultura familiar, reduziu a idade mínima que estava proposta de 65 anos para todo mundo e ficou, para os homens, 60 anos, e 57 para as mulheres, e o tempo de contribuição de 15 anos. E para os assalariados rurais, que executam a mesma atividade, só que numa relação de emprego e não em regime de agricultura familiar, eles elevaram a idade para 65 para os homens e 62 anos para as mulheres. Então, ele está tratando, de forma desigual, dois trabalhadores que são iguais. A redução da idade e do tempo de contribuição lá atrás, quando foi aprovada essa seguridade especial, não foi um favor do Estado brasileiro, foi porque se observou, àquela época, que as condições de trabalho eram tão penosas que você precisava reduzir para garantir o acesso desse trabalhador à proteção social.

E nós alertamos isso ao Governo e explicamos que é inclusive inconstitucional, porque o art. 5º da Constituição veda. Você não pode estabelecer tratamento diferenciado para quem é igual. E não tivemos nenhuma espécie de resposta. Aliás, a resposta que tivemos lá do Subsecretário do Regime Geral da Previdência foi de que ele não receberia a nossa nota técnica que alertava... Inclusive, mais uma vez, ou por desconhecimento ou por má-fé, ele disse que isso se tratava de uma discussão de legislação trabalhista, que isso se tratava de equiparação salarial. Acho que ficou muito claro para todos nós aqui por que não pode haver esse tratamento diferenciado.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pode avançar.

Então, a gente está demonstrando, contamos inclusive com o apoio da Contag para nos apoiar nisso, para continuar demonstrando que somos iguais nesse aspecto.

E aí, trago só mais alguns elementos.

Esse é o último eslaide, Senador. Pode avançar até o final já.

Qual é o grande problema que a gente também não pode deixar de considerar?

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – É porque você tem uma proposta de reforma da previdência cruel e uma reforma trabalhista bizarra tramitando no Congresso.

Essa reforma trabalhista, que vai fazer surgir figuras sem controle, como os contratos de trabalho intermitentes, terceirização ampla e irrestrita, vai precarizar ainda mais. A chance de você fragmentar esse contrato de trabalho em tempos menores é ainda maior. E, além disso, no meio rural – não quero disputar sofrimento aqui –, mesmo com a reforma trabalhista, a gente depara depois com o Projeto 6.442, do Deputado Nilson Leitão, do PSDB do Mato Grosso, que, numa porrada só, extingue a CLT, a NR-31 e a Lei 5.889, precarizando ainda mais as relações.

Então, esse pacote de maldades que tramita aqui nesta Casa hoje... Eu vou fazer uma brincadeira que faço em todos os espaços: se você somar a reforma da previdência, a reforma trabalhista e esse 6.442, se a gente aprovar esses três, é o apocalipse para o trabalhador rural, para o empregado rural, porque é a legalização, de um lado, do trabalho escravo, porque o 6.442 é isso, e o afastamento do Estado das obrigações de proteger esse trabalhador, sucateando a fiscalização do trabalho e também deixando de cumprir a sua obrigação prevista na Constituição, que é garantir a seguridade social para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Então, agradeço, Senador, mais uma vez pela oportunidade. Já deixamos com o gabinete do senhor a nossa nota técnica, mas o senhor tem a apresentação agora, e nos colocamos à disposição para falar em outros espaços, em outras oportunidades, e agradecemos mais uma vez ao senhor pelo empenho que tem nas bandeiras dos empregados rurais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Carlos Eduardo Chaves Silva, que falou pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (Contar).

Agora temos a última convidada, que é a Jaira Maria Alba Puppim, que fala em nome da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Aí vamos para as considerações finais.

A SRª JAIRA MARIA ALBA PUPPIM *(Fora do microfone.)* – Boa tarde, Senador Paim.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde.

A SRª JAIRA MARIA ALBA PUPPIM – Boa tarde aos demais companheiros (*Fora do microfone.*)

da mesa. Eu queria cumprimentar, de forma muito especial, os representantes do agricultores familiares que estão nesta plenária e dizer que eu tenho um carinho enorme, porque eu sou filha de uma família de agricultura familiar. Então, muito cedo eu saí, virei técnica-agrícola, depois de técnica-agrícola, assistente social. Trabalho há 20 anos acompanhando a inclusão dos catadores na política de resíduos e tenho o prazer de representar a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seccional DF, que tem se posicionado favoravelmente a várias causas. Nós defendemos a inclusão dos catadores na previdência de longa data, nós defendemos uma logística reversa ampliada, onde a indústria, o fabricante, o distribuidor e o comerciante assumam sua parcela. E defendemos várias causas com posicionamento bastante firme. Uma das últimas lutas bastante árduas que nós tivemos foi aqui no DF, quando nos posicionamos fortemente contrários à PPP do lixo, que era uma parceria público-privada que praticamente excluía os catadores do ciclo da reciclagem.

Como o Cleusimar já falou antes, essa questão da inclusão dos catadores não é uma discussão recente. Em 1998, já tínhamos uma pauta nacional a favor da inclusão dos catadores. Naquela época, muitos trabalhadores trabalhavam nos lixões, trabalhavam nas ruas, nas condições mais precárias. E um fato motivou a Unicef a puxar para si essa questão, e a Unicef, em 1998, teve a iniciativa de criar o Fórum Nacional Lixo e Cidadania. O Fórum Nacional Lixo e Cidadania buscava uma solução técnica e ambientalmente correta para os resíduos, a qualificação dos trabalhadores, os catadores, e a retirada de crianças dos lixões.

Naquele período, de 1998 a 2002, a questão foi bastante discutida, teve uma adesão de milhares de prefeitos, e nós conseguimos alguns avanços significativos naquele período. O catador foi reconhecido como trabalhador, teve, inclusive, a profissão reconhecida no Código Brasileiro de Ocupações, mas, como a Política de Resíduos não avançava... Em 2002, quase foi aprovada uma Política de Resíduos, mas depois houve um retrocesso, e ela só foi aprovada, como o Cleusimar falou, em 2010. E, em 2010, dentro da Política de Resíduos, por mais de dez vezes o catador está citado, está reconhecido.

Em 2003, o Governo, por decreto, criou um Comitê de Inclusão Social e Econômica dos Catadores. Em 2006, o Governo Federal, também por decreto, definiu que todo o material da reciclagem dos órgãos públicos federais seria destinado aos catadores.

O Governo do Distrito Federal teve, na mesma época, uma lei com a mesma finalidade, destinando os recicláveis para os catadores, que é uma importante fonte de renda. Alguns dos órgãos públicos aqui da Esplanada têm potencial enorme de gerar renda a partir da reciclagem.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em 2007, a Lei de Saneamento 11.445 alterou um dispositivo da Lei das Licitações e permitiu que os Municípios contratem cooperativas e associações de catadores com dispensa de licitação.

A LDO, em 2009, alterou e permitiu que recursos fossem destinados diretamente para associações e cooperativas. Inclusive a Funasa foi uma das primeiras a implementar essa transferência.

Em 2011, os catadores foram incluídos no Programa Nacional do Brasil Sem Miséria. Houve medida para incentivar a indústria a comprar diretamente de catador.

Os catadores tiveram um campo específico, dentro do Cadastro Único dos programas sociais do Governo. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que não chegou a ser publicado, tinha uma meta bem ousada em relação à inclusão dos catadores. Como o Cleusimar falou, vários programas destinando recursos para equipamento, para galpões, para incentivar o setor de reciclagem.

E o que não avançou? O que não avançou foi a questão da Previdência.

Então, dá para falar que os catadores foram incluídos porque eles estão dentro desses vários programas? Não dá. Está faltando a parte principal. Como ele disse, se uma catadora hoje se afasta do trabalho, ela não tem nem um dia assegurado. O pessoal falava que "Cata hoje para comer amanhã." Hoje, eles dizem que "Cata hoje para comer hoje." Então, de fato, não há excedente para garantir por si só esse recolhimento.

O que já aconteceu? Desde 2009, como eu disse, a questão da previdência para os catadores vem e volta. Em 2009, durante o Festival Lixo e Cidadania, um evento que se iniciou também com o Fórum Nacional e com a iniciativa da Unicef, um conjunto de profissionais da universidade, do Ministério Público, de organizações governamentais e de catadores entregou um projeto de previdência para um Parlamentar, um projeto de iniciativa popular que não chegou a tramitar porque, na mesma época ou período, nos sessenta dias antes desse evento, o então Deputado Rodrigo Rollemberg começou, deu início, fez a apresentação de um projeto de lei incluindo a previdência dos catadores. O modelo da inclusão é exatamente o segurado especial. Ele segue o mesmo rito da agricultura familiar. Então, em setembro de 2009, ele foi apresentado em plenário e chegou a tramitar em algumas comissões.

Quando o Rodrigo Rollemberg se elegeu Senador, ele puxou, e aí nós tivemos um projeto de lei no Senado. Esse projeto foi aprovado e foi para a Câmara Federal. Na Câmara Federal, o projeto teve um Relator e começou a tramitar na comissão. Foram feitas algumas audiências públicas. Numa das audiências públicas em que estive a representação do Ministério da Previdência, eles reconheceram que, de cada dez trabalhadores no mercado, oito contavam com a previdência, e, no segmento dos catadores, a cada dez, somente dois contavam com o recolhimento da previdência. Então, eles estavam completamente desassistidos.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Disseram que o projeto de lei não era o instrumento adequado e que o instrumento adequado para incluir os catadores seria uma PEC. No mesmo dia, o Deputado Padre João, de Minas, e a Erika Kokay, do DF, iniciaram as tratativas e apresentaram uma PEC, que foi a PEC 309, de 2013. Em 5/11/2013, foi aprovada a sua admissibilidade. Depois, ela tramitou em várias comissões, e, em 10/2012, o parecer, na Comissão Especial, foi aprovado por unanimidade. Faltava, então, a questão da votação no plenário.

Quando a gente acompanha a PEC 309, de 2013, a gente percebe que há vários pedidos de Deputados para pautá-la, só que não acontece nada. Então, dá para identificar que, por três vezes, os Deputados tiveram a iniciativa, mas ela não prospera.

Essa é uma questão bastante delicada. Como o companheiro da Mesa aqui falou, se a previdência é solidária, eu acho que não dá para seguirmos adiante e fingirmos que estamos todos no mesmo barco quando se excluiu essa parcela, que é a parcela mais sofrida da sociedade. Se alguém tiver dúvida do que eu estou falando, eu convido a fazer um passeio no lixão que está prestes a ser fechado, onde facilmente... Quem sobe ao maciço não volta a mesma pessoa, porque o cheiro de gás, o cheiro do material machuca muito a gente. Então, eu imagino como é a vida de quem tem que se submeter a isso no dia a dia. Nos últimos tempos, a qualidade do lixo está diminuindo. Então, as mães de família, os pais de família têm que ficar mais horas por dia lá para poder garantir a sua sobrevivência.

E por que a previdência nos moldes da...

(Soa a campanha.)

A SRª JAIRA MARIA ALBA PUPPIM – ... agricultura familiar? O Ipea fez um estudo – acho que em 2011; está na página do Ipea – que fala que o Brasil perde, por ano, 8 bi por não reciclar. Então, se esses 8 bi entrassem na economia, com certeza eles iriam garantir o aporte desse segmento de trabalhadores.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas teve a iniciativa de criar um programa chamado Bolsa Reciclagem. O Bolsa Reciclagem, na sua primeira edição, fez um chamado, e todas as cooperativas que preenchiam a questão da documentação se habilitaram e foram capacitadas. E, de todas as capacitadas, ou elas teriam nota fiscal ou recibo, para comprovar a venda dos materiais... E todas elas comprovaram, exceto uma que não fez a coisa certa na finalização, mas não foi um desvio, foi um erro, eles esqueceram de fotografar os cheques que estavam sendo pagos, mas quase 100% delas receberam a capacitação e fizeram o procedimento correto.

E como é que o catador...? Só para dar uma fechada. O catador vive da venda do material. A venda do material só dá para ele se alimentar. Se se tirar qualquer coisa, inclusive para pagar a previdência, é menos feijão e arroz no prato. Não há outra fórmula. Quando que ele consegue avançar





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e chegar a outro patamar? Ele consegue chegar, quando, além do material, ele tem ou um contrato, como o Cleusimar falou, para fazer uma rota de coleta, ou ele passa a receber pela reciclagem.

Para além disso, há uma responsabilidade que, no nosso entendimento, deve ser do Estado, que é o pagamento dos serviços ambientais. Para cada tonelada de latinha, por exemplo, inserida no mercado, há uma economia, que esse estudo do Ipea aponta, de água e de luz. Então, essa economia pode ser paga pelo Estado mediante um programa, e o Estado de Minas fez esse programa que se chama Bolsa Reciclagem. Então, em Minas, há cooperativas que passaram para esse outro patamar. Elas continuaram vendendo seu material, elas recebem pela rota de coleta e recebem um incentivo do Estado. Então, essa cooperativa já consegue fazer os seus aportes, já consegue respirar com mais tranquilidade.

E assim, só para fechar: por que nós defendemos a questão de o catador ser o segurado especial e passar a contribuir? Porque, se isso não acontecer, ele vai continuar excluído. E o que resta de alternativa? Resta, de alternativa, a assistência social, o benefício da prestação continuada, da assistência social que o é por invalidez ou por idade, mas o por idade não conheço nenhum, porque as mulheres que estão no lixão trabalhando e que têm em torno de 50 anos, elas têm um prejuízo muito maior do que qualquer outro trabalhador, de qualquer outra área, e isso é visível na face de quem está lá. E a questão está lá para ser vista. Se vocês quiserem fazer uma visita e perguntar, vocês vão encontrar mulher de 50 anos com a aparência de 70, com aparência de bem mais do que é. Porque, se é difícil para uma agricultora – e eu sei o quanto é difícil, mesmo com os equipamentos que hoje facilitam a vida –, para o catador, a vida é muito mais difícil.

Então, o que tenho para dizer, Senador Paim, é que penso que essa é uma das últimas oportunidades para se fazer justiça. Da forma como está, acho que nenhum brasileiro deveria dormir tranquilo com esse fosso que separa quem está, por pior que seja a inclusão na previdência, por maior que seja a luta, para manter e para não perder, para que não haja retrocesso, nós temos que olhar um pouquinho para trás e trazer junto esse segmento que ainda está marginalizado.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr^a Jaira Maria Alba Puppim, que falou pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Deixa eu falar para vocês que, como amanhã nós vamos ter aqui o debate e provavelmente a votação da reforma trabalhista, os Senadores estão sendo chamados para essas reuniões. Tínhamos às 5h e outra às 7h. Como o Relator teve que se retirar, mas ele deixou por escrito as perguntas a todos os convidados, mesmo os dois que não receberam, eu já acertei que o Relator mandará...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já então. Então, todos já fizeram o contato com o Relator.

Mediante isso, nós vamos encerrar e vamos para o debate da reforma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que a assessoria me informa, que mostra que Roma está sendo incendiada por Nero – estou só fazendo uma brincadeira –, Brasília pegou fogo. Agora, o Relator na Câmara já apresentou o pedido, aceitando a denúncia contra o Presidente Temer. *(Palmas.)*

Eu sou obrigado a bater palmas também.

Significa que provavelmente nós teremos, como já foi anunciado por gente, dentro de um espaço muito pequeno, um outro Presidente...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato, exato.

A reunião a que eu estou indo agora é exatamente nesse sentido. Os Parlamentares estão dizendo que não há a mínima condição de votar a reforma trabalhista e a previdência na Câmara nesse clima em que um Presidente, foi acatado agora pelo Relator na CCJ, tem que, de fato, ser afastado por 180 dias. Claro que a CCJ vai deliberar ainda.

Então, mediante esse quadro e como eu tenho duas reuniões que vão tratar disso agora, eu, mais uma vez, afirmo que o Relator só não está, porque de fato ele estava ruim, ele não estava podendo nem respirar. Mas deixou por escrito, como fez com todos os outros convidados, para que os senhores respondam as perguntas até a próxima quinta-feira, quando teremos aqui a última reunião neste semestre.

E assim nós encerramos a nossa audiência de hoje sobre a CPI da Previdência.

Parabéns a todos! Todos deram uma excelente contribuição, que vai na linha daquilo que nós temos já apontado. Não há déficit; o que há é uma questão de gestão, de fiscalização, de arrecadação.

Eu recebi aqui mais de duzentos... Não é nem pergunta; é afirmação dos internautas. Todos nessa linha. É uma vergonha essa reforma trabalhista e também previdenciária!

Estou sendo chamado no plenário. Vou ter que ir.





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado a todos.

Uma salva de palmas aí a todos que vieram, mais uma vez, aqui, hoje a área rural.

Está encerrada a audiência de hoje.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

